

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**EFEITOS POSITIVOS GERADOS PELOS PARQUES URBANOS:**

**O Caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro**

**ADJALME DIAS FERREIRA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PGCA da Universidade Federal Fluminense - UFF, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Aos meus pais e irmãos, pela colaboração indispensável.

À Bióloga Hanriet, pelo carinho com que me estimulou em todas as etapas da realização deste curso.

Aos Mestres e amigos do PGCA, pelo companheirismo e pelos momentos felizes.

Aos professores e alunos das FAMATH, pelo apoio e incentivo.

Ao prof. David Azambuja † UFRRJ

Ao prof. Waldemir João Hora † UFRRJ

“[...] Nos bosques [...] um homem se despoja dos seus anos como a serpente de sua pele, e em qualquer fase de sua vida ele é sempre uma criança. Nos bosques está a perpétua juventude. No seio dessas plantações de Deus, reina a decência e a santidade, um perene festival está em preparação e o convidado não vê como poderia cansar-se delas em mil anos”.

Ralph Waldo Emerson \*

---

\* EMERSON, R. W. (1985) – Select essays. Harmondsworth: Pequin Books, p. 38

A Deus, por me dar saúde, sobriedade, paciência e força de vontade.

Ao PGCA, pela oportunidade de formação em Mestre em Ciência Ambiental.

À Profa. Dra. Vera Lúcia Ferreira Motta Rezende – minha Orientadora.

Ao Prof. Dr. Cláudio Belmonte de Atahyde Bohrer - Co-orientador.

Ao Prof. Dr. Aphonse G. Albert Charles Kelecom – Membro da Banca.

Ao Prof. Dr. Wantuelfer Gonçalves – membro externo da banca.

À Arquiteta Jeanne Almeida da Trindade-FPJ.

À Arquiteta Vera Dias-FPJ.

À Arquiteta Inês El-Jaick Andrade.

À Arquiteta Jane Santucci.

Ao Dr. Carlos Gonçalves Terra- EBA/UFRJ.

Ao Pesquisador Miguel Gastão.

Ao Professor Carlos Fernando de Moura Delphim–IPHAN.

À Presidenta da FPJ Arquiteta Vera Dodsworth.

A todos que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa

A todos os amigos do PGCA.

E aos meus pais e irmãos, pelo estímulo e incentivo.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar os efeitos positivos gerados pelos parques urbanos. Para a sua realização foi definido como estudo de caso o Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Os outros objetivos foram a qualificação e a definição das funções do parque e a elucidação da sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida. Além do lazer, outras funções socioambientais relevantes são desempenhadas pelos parques urbanos destacando-se a psicológica, a reconstrução da tranqüilidade, a recomposição do temperamento, atenuante de ruídos e condicionador do microclima, impondo a sua inclusão no planejamento e nas políticas públicas das cidades. A pesquisa foi estruturada a partir de minucioso levantamento histórico e ampla revisão bibliográfica. Foram realizadas entrevistas técnicas e foram aplicados questionários aos usuários do parque. A presença do verde e da sombra produzida pelas copas das árvores é o grande atrativo da população. Um dos principais efeitos é a amenização climática, com contribuições positivas para o microclima local.

Palavras-chave: 1. Efeitos Positivos. 2. Parques Urbanos. 3. Passeio Público. 4. Cidade do Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

The object of the present study is to analyse the positive effect generated by urban parks. The Passeio Public do Rio de Janeiro, for its accomplishment, was defined as a case study. Others objectives, were the qualification and definition of the functions of the park and the evaluation of its contribution to the improvement of the quality of life. Several socioambientais functions, beyond leisure, are played by urban parks, such as psychological, restitution of tranquility, relief from stress and extenuating noises, and conditioner of the microclimate, which imposes its inclusion in the city planning and public policies of the cities. The research was structured from detailed historical survey and literature revision. Technical interviews had been carried out by application of questionnaires to the park users. The presence of green and shades produced by the trees canopy are the great attracting power for the population. One of the main positive effects is the improvement of the temperature, improving the local microclimate.

Key-word: 1. Positive Effect. 2. Urban Parks. 3. Public stroll. 4. City of Rio de Janeiro



## SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos.....	6
1.2. Metodologia.....	6
2. ESPAÇOS LIVRES E PAISAGEM.....	8
2.1. Definições e Conceitos de Espaços Livres Urbanos .....	10
2.2. Classificação e Hierarquização dos Espaços Livres.....	14
2.3. Paisagem e Paisagismo.....	16
2.4. História e Evolução dos Parques Urbanos .....	21
2.5. Parque Nacional da Tijuca.....	26
2.6. Planejamento Urbano e Ambiental.....	28
2.7. Percepção em Áreas Verdes Urbanas .....	31
3. SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA .....	37
3.1. Qualidade de Vida .....	43
3.2. Propostas para um Índice de Qualidade de Vida .....	49
3.3. Bem-Estar Público.....	51
4. ESTUDO DE CASO: O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO .....	54
4.1. Localização da Área de Estudo.....	54
4.2. Descrição da Área de Estudo.....	55
4.3. Histórico do Parque.....	59
4.4. A Reforma Glaziou.....	64
4.5. O Passeio Público do Século XXI.....	66
4.6. Cronologia dos Fatos Históricos Relacionados com o Passeio Público.....	68
5. O PASSEIO PÚBLICO E A SUA FUNÇÃO AO LONGO DO TEMPO.....	70
6. DISCUSSÃO.....	78
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	84
9. ANEXOS.....	96
9.1. Entrevistas com os Usuários do Parque.....(Anexo I)	97
9.2. Mapa das Áreas de Planejamento (AP' s) da Cidade do Rio de Janeiro..... (Anexo II)	99

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1.1–Áreas de aterro em lagoas manguezais, alagadiços e orla no sítio original da cidade	3
Fig. 2.1 - Praça Paris no bairro da Glória, RJ	12
Fig. 2.2 – Parque do Flamengo, RJ	14
Fig. 2.3 – Jardins do prédio do MEC no centro do RJ	20
Fig. 2.4 – Sítio Antônio da Bica no bairro de Guaratiba, RJ	20
Fig. 3.1 – Níveis crescentes de proteção que funcionam como filtros da radiação solar	45
Fig. 3.2 - Gráfico de distribuição de áreas verdes por área de planejamento no RJ	47
Fig. 3.3 – Gráfico de distribuição de área verde média por habitante em m <sup>2</sup> no RJ	48
Fig. 4.1 – Planta de parte do centro do RJ	54
Fig. 4.2 – Sistema de áreas verdes que envolvem; 1. Passeio Público; 2. Praça Paris; 3. Parque do Flamengo	55
Fig. 4.3 - Perspectiva do sistema de áreas verdes ao entorno do Passeio Público	56
Fig. 4.4 - Imagem simulada da área central da cidade do RJ em 1500	57
Fig. 4.5 - Mapa da região central da cidade do RJ em 1769	58
Fig. 4.6 - Lagoa do Boqueirão e no fundo os arcos da Lapa	59
Fig. 4.7 - O Passeio Público em perspectiva	62
Fig. 4.8 - Pintura do projeto original do Passeio Público de Mestre Valentim	63
Fig. 4.9 - Murada do terraço do Passeio junto ao mar	64
Fig. 4.10 - Pintura do projeto da reforma Glaziou	65
Fig. 4.11 - Planta do Passeio Público anterior à restauração	67
Fig. 4.12 - Croquis do Passeio anterior à restauração	67
Fig. 6.1 - Vista aérea do Passeio Público demonstrando o entorno construído	80

## LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – Organograma dos principais benefícios das áreas verdes urbanas	46
TABELA 4.1 – Cronologia dos fatos históricos	68
TABELA 5.1 – Frequência (%) dos usuários do parque de acordo com o horário do dia da semana (segunda-feira a sexta-feira)	71
TABELA 5.2 – Frequência (%) dos usuários do parque de acordo com o dia da semana	71
TABELA 5.3 – Avaliação dos questionários em (%)	72
TABELA 5.4 - Perfil dos Usuários	72

**LISTA DE ABREVIATURAS**

AP	Área de Planejamento
APP	Área de Preservação Permanente
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FPJ	Fundação Parques e Jardins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Comitê Internacional de Monumentos e Sítios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFLA	Federação Internacional de Arquitetos e Paisagistas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA	Região Administrativa
SMAC	Secretaria de Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

F383 Ferreira, Adjalme Dias.

Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro / Adjalme Dias Ferreira. – Niterói : [s. n.], 2005.

99f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

1. Parques urbanos. 2. Passeio Público (Rio de Janeiro, RJ).

I. Título.

CDD 363.68098153

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se pensar na integração das questões urbana e ambiental, questão antes tratada isoladamente, nos leva a procurar meios e estratégias que possam resolver esse problema inerente às sociedades urbanas contemporâneas. Entre esses meios e estratégias, inclui-se o parque urbano.

Há algumas décadas, as questões ligadas ao ambiente urbano ainda não se encontravam delineadas com precisão e não incluíam a relação entre crescimento urbano, preservação ambiental e qualidade de vida. As áreas verdes urbanas tinham suas funções mais voltadas para a estética e o lazer. A partir da década de 1980, quando a questão ambiental foi institucionalizada no aparelho estatal brasileiro, surgiu, então, a necessidade de tratar o espaço urbano como um espaço em constante evolução, vinculado aos problemas ambientais e à qualidade de vida dos habitantes.

O tema dos parques urbanos ganhou, então, relevância no cenário multidisciplinar das ciências ligada ao urbanismo e meio ambiente. O nosso interesse nessa área de meio ambiente urbano surgiu da necessidade de pensar e encontrar ferramentas para levar adiante diversos projetos relacionados com a implantação e com a conservação de áreas verdes entre os anos de 1986 e 2004, junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tendo a “Obra de Restauração do Passeio Público”, em 2004, como fonte principal para o desencadeamento da pesquisa.

O Passeio Público constitui-se em um objeto específico de pesquisa dentro deste trabalho. Representa um marco histórico da conservação e possui, além das funções ambientais, as sociais, de lazer, culturais, psicológicas, históricas, entre outras, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, ele foi selecionado como um caso referência, pois proporciona fundamentos valiosos para se estudar os parques urbanos como importantes áreas verdes da cidade.

O objeto de estudo tem implicações e enfoques multidisciplinares que se complementam. Pretende-se, aqui, abordá-lo com a perspectiva socioambiental dos serviços que os parques urbanos prestam à população. No entanto, o Passeio Público é um sítio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como jardim histórico. Os jardins históricos não podem ser tratados apenas como áreas verdes, embora, ainda hoje sejam tratados como tal, desconsiderando-se as suas atribuições originais.

Segundo a Carta de Florença (1981), “a denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos” (Carta de Florença,



O espaço que a cidade do Rio de Janeiro ocupou foi conquistado arduamente da natureza, com o dissecamento de brejos e mangues que duraram até o século XIX, quando a cidade começava a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais (Abreu, 1997). A Figura 1.1 ilustra as áreas de futuros aterros em lagoas, manguezais, alagadiços e orla no sítio original da cidade, século XVI (SMAC, 1998).



**Figura 1.1** Áreas de aterro em lagoas, manguezais, alagadiços e orla no sítio original da cidade, séc. XVI.

**Fonte:** Barreiros, Eduardo Canabrava. IHGB-1965.

A história da cidade revela que ela é palco de diversas transformações de âmbito político e administrativo. Segundo Abreu (1997), a criação de cidades no Brasil Colonial foi sempre direito exclusivo da Coroa e, por essa razão, elas eram chamadas de Cidades Reais. O Rio de Janeiro teve foro de Cidade desde o início, pois, sendo uma cidade real, que, na maioria das vezes, já vinha criada desde Lisboa, tinha a capital do Reino como modelo administrativo e forma física.

Estudar os efeitos positivos dos parques urbanos, tendo o Passeio Público como estudo de caso, representa um resgate da história da urbanização das cidades brasileiras, buscando respostas para o equilíbrio com o meio ambiente e uma melhor qualidade de vida para a população carioca. Embora a incorporação de novas áreas tenha se dado, em grande parte,



deixando um saldo ambiental negativo com a destruição de manguezais, desmatamentos, aterros de lagunas costeiras e a transformação da paisagem, o Passeio vai contribuir ao longo dos anos, com serviços socioambientais positivos para a cidade.

Os espaços vegetados com fins contemplativos nasceram da percepção de que estes eram importantes para a saúde fisiológica e psicológica da população. Assim, espaços com vegetação densa que mostrassem uma paisagem parecida com as florestas e a paisagem rural deram origem às primeiras Florestas Urbanas.

Estudos recentes sobre a importância ambiental urbana dos parques e a sua contribuição para a qualidade de vida estão sendo realizados para entender a melhor gestão destes espaços e proporcionar ao homem citadino condições mais favoráveis ao seu bem-estar. As necessidades de conforto climático, de satisfação estética e de presença da paisagem natural no interior da massa construída, dando, inclusive, suporte à fauna (aves, mamíferos, insetos, etc.) são atendidas pela arborização viária e pelos grupos arbóreos, presentes nos parques.

Ao analisar a importância do parque para a sustentabilidade, a pesquisa buscou fundamentação no conceito da sustentabilidade ampliada.

*“O conceito de sustentabilidade ampliada realiza o encontro político entre a agenda estritamente ambiental e a agenda social, ao enunciar a indissociabilidade entre esses fatores e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza”* (Guimarães, 1997 apud MMA, 2000).

O documento Cidades Sustentáveis deixa claro a importância dos parques urbanos para atingir as metas da sustentabilidade, quando propõe na estratégia nº 1, a “melhoria da qualidade ambiental das cidades”. A estratégia traça as seguintes medidas: ações preventivas e normativas de controle dos impactos territoriais dos investimentos públicos e privados de combate às deseconomias da urbanização; elaboração de planos e projetos urbanísticos integrados com as ações de transporte e trânsito; adoção de parâmetros e de normas voltadas para a eficiência energética, o conforto ambiental e a acessibilidade; e aplicação das áreas verdes públicas das cidades e da conservação do patrimônio ambiental urbano, tanto o construído como o natural e paisagístico.

Segundo Silva (1974 p. 127), em sua obra *“O Direito Ambiental Constitucional”*, *“a cidade industrial moderna, com seu cotejo de problemas, colocou a exigência de áreas verdes, parques e jardins, como elemento urbanístico, não destinados apenas à ornamentação urbana, mas como uma necessidade higiênica, de recreação e mesmo de defesa e recuperação do meio ambiente em face da degradação*

*de agentes poluidores, e elementos de equilíbrio do meio ambiente urbano, de equilíbrio psicológico, de reconstrução da tranqüilidade, de recomposição do temperamento desgastados na faina estressante diária. A arborização das vias públicas, além de embelezá-las, é também um fator de atenuação de ruídos, de fixação e retenção do pó, da re-oxigenação do ar”.*

A esse respeito, Macedo & Sakata (2003) acrescentam que as cidades brasileiras necessitam cada vez mais de novos parques públicos, em geral de dimensões menor devido à escassez de terreno e ao alto custo do metro quadrado nos grandes centros. O parque público da atualidade é um elemento típico da grande cidade, estando em constante processo de recodificação.

Considerando que os espaços livres possibilitam ao homem um encontro com a paz e o descanso desejado, os trabalhos relacionados com esses espaços abrangem as áreas verdes que variam em suas funções e devem ser estruturados de acordo com a finalidade, atributos e com o tamanho. Geralmente são classificadas em jardins, praças e parques urbanos.

Entretanto, estudar os parques urbanos implica, primeiramente, em considerar a sua definição, pois existem muitas variações e imprecisões nos estudos relacionados com as normas de padronização, distribuição e do tamanho, necessitando de estudos mais acurados sobre o assunto. Assim, fatores como dimensão, formas de tratamento, usos e funções influenciarão na denominação do espaço.

Lima et al. (1994) definem parque urbano como uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. No caso do Passeio Público, mesmo não possuindo uma área extensa, a definição é muito mais abrangente, por se tratar de um parque urbano ajardinado com um jardim histórico em todos os sentidos, segundo a Carta de Florença de 1981.

Para Barcellos (1999), o Passeio Público é um exemplo vivo de exceção. Considerado o nosso primeiro parque, suas dimensões são inferiores a muitas praças, embora tenha sido criado em uma área que, na época, era periférica à cidade. De fato, o surgimento de parques de pequenas dimensões torna-se mais comum nas primeiras décadas do século XX, mas, ao contrário do que muitos autores consideram, a ocorrência de parques de pequenas dimensões não é um fato recente.

Nesse contexto urbano, o parque possui uma importância histórica muito marcante na vida da população carioca. Assim, visando compreender os efeitos positivos gerados pelo Passeio Público, foram analisados os fatores socioambientais positivos e a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida, que justifica a importância dos parques urbanos no equilíbrio e na sustentabilidade das cidades.

## 1.2 Objetivos

O objetivo geral é realizar uma pesquisa sobre os efeitos positivos gerados pelos Parques Urbanos.

Os objetivos específicos estão definidos em:

- i) Analisar os efeitos positivos gerados pelos parques urbanos.
- ii) Qualificar e definir as funções do Passeio Público.
- iii) Elucidar a contribuição do Passeio Público para a melhoria da qualidade de vida, na Cidade do Rio de Janeiro.

## 1.3 Metodologia

A metodologia adotada no estudo buscou realizar, em primeiro lugar, uma pesquisa histórica bibliográfica pormenorizada, seguida de entrevistas técnicas e aplicação de questionários aos usuários do parque. Foram entrevistados dois técnicos da Fundação Parques e Jardins da Cidade do Rio de Janeiro responsáveis pela restauração do parque no ano de 2004. Durante a restauração, um procedimento, que foi muito explorado na pesquisa além das entrevistas, foi o método da observação, a qual foi possível durante o ano de 2004, e logo após a reabertura do parque ao público.

As entrevistas e aplicação dos questionários aos usuários do parque foram realizadas durante os meses de dezembro de 2004 e janeiro e fevereiro de 2005, somando um total de 48 entrevistas, com questionários contendo vinte perguntas do tipo fechadas. A distribuição das entrevistas considerou os sete dias da semana (de segunda a domingo) e três períodos durante o dia (manhã de 7-11; horário do almoço de 11-15; tarde 15-18). As perguntas contidas nos questionários abordam questões que, em primeiro lugar, procuram traçar o perfil do usuário (idade, sexo, escolaridade, procedência residencial ou de trabalho). A seguir, estruturou-se um conjunto de 19 perguntas com o objetivo de realizar a análise qualitativa da relação do usuário com o parque, destacando a sua importância para a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da cidade.

As entrevistas com os técnicos foram realizadas com duas arquitetas da FPJ-Fundação Parques e Jardins do Rio de Janeiro, selecionadas por possuírem experiência na gestão dos parques da cidade. A arquiteta Jeanne Almeida da Trindade, professora de paisagismo da universidade Estácio de Sá-RJ foi entrevistada no dia 6 de janeiro de 2005, na Fundação Parques e Jardins contribuiu para elucidar e responder algumas questões consideradas

fundamentais para esta pesquisa. Possibilitando que este estudo abra um espaço de discussões interdisciplinares sobre certos paradigmas conceituais em espaços livres públicos, especificamente os Parques Urbanos.

A entrevista com a arquiteta Vera Dias, chefe da Divisão de Monumentos e Chafarizes da Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e professora de Conservação e Restauro do curso de Arquitetura da Faculdade Silva e Souza foi realizada no dia 12 de janeiro de 2005, na sede do Parque Noronha Santos, RJ. A arquiteta Vera falou da importância do Passeio Público como parque histórico e a proposta de restauração inovadora, onde, pela primeira vez, se aplicaram os fundamentos da Carta de Florença de 1981.

Foram feitos contatos institucionais para a realização das entrevistas e das pesquisas, na sede da Fundação Parques e Jardins e no Parque Noronha Santos, em que a chefe da Divisão, arquiteta Vera Dias, além de se prontificar a ajudar com as pesquisas, forneceu acesso aos materiais bibliográfico e fotográfico do seu acervo.

A pesquisa está fundamentada nos conceitos de espaços livres públicos, espaços verdes urbanos, áreas verdes, parques urbanos, paisagem, sustentabilidade ampliada, qualidade de vida e na Agenda 21 brasileira - Documento Cidades Sustentáveis. No segundo capítulo foram discutidos alguns conceitos de espaço livre, arborização urbana, florestas urbanas, área livre e área aberta, espaço aberto, área verde e a sua subdivisão em praça, jardim e os parques urbanos, todos inseridos nas diversas terminologias dos espaços livres urbanos; definições, origens e tipos nos seus diferentes períodos na história da urbanização das cidades, que resultam de diferentes concepções.

Os conceitos de paisagem, de paisagismo e da Ecologia da Paisagem são associados com o planejamento urbano e ambiental. A partir deste entendimento, são abordadas as questões relacionadas com a percepção em áreas verdes urbanas e, finalizando, apresentam-se a história e a evolução dos parques urbanos, desde os jardins italianos do século XVI até os atuais parques temáticos, litorâneos e ecológicos.

O terceiro capítulo faz a revisão dos conceitos da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana, fundamentados na Agenda 21-Documento Cidades Sustentáveis. No capítulo do estudo de caso, são apresentados o Passeio Público como a área de estudo, a sua criação e a cronologia dos fatos históricos. A pesquisa segue com a qualificação e a definição das funções do parque e o resultado das entrevistas. Na discussão encontra-se a análise dos efeitos positivos gerados pelos parques urbanos, como a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida. Finalizando, são apresentadas as conclusões e recomendações. Ao final, encontram-se anexados as entrevistas técnicas, o questionário e um mapa da cidade do Rio de Janeiro, com a divisão da estrutura administrativa da prefeitura em AP's e RA's.

## 2 ESPAÇOS LIVRES E PAISAGEM

Este capítulo tem como objetivo fazer uma revisão sobre a estruturação dos espaços livres urbanos, como se deu a apropriação e ocupação do território brasileiro e a evolução das terminologias usadas para identificar os vazios urbanos. Será apresentada também a importância dos conceitos de paisagem e paisagismo na evolução dos parques urbanos e os principais responsáveis pelo paisagismo brasileiro ao longo dos anos.

A esse respeito, é relevante analisar o processo de estruturação dos espaços verdes na malha urbana. Com esse propósito, determinados estudos (Segawa, 1996; Andrade, 2004) mostram como ocorreu a apropriação do território brasileiro e a importância desses espaços na formação da cidade.

Após a apropriação do território, iniciou-se o processo de ocupação. No processo de formação das cidades, os espaços de convivência e comemorações, conhecidos popularmente como praças, tornaram-se uma necessidade vital, uma vez que a vida pública da cidade desenvolvia-se e hierarquizava-se por meio delas (Andrade, 2004).

Segundo Segawa (*op. cit.*), “na praça tudo é legítimo, é possível”. Esta denominação era atribuída para definir, também, os largos e os rossios, entre outros vazios urbanos. Os portugueses foram os responsáveis pela introdução do uso destes espaços, tanto os campos ou rossios, como os largos.

Os rossios eram vazios urbanos, muitas vezes terrenos pantanosos, que desempenhavam diversos papéis na vida econômica e social da cidade. Estes espaços eram também utilizados para criação de animais, despejo de esgotos e cultivo de espécies frutíferas.

No Brasil Colônia, os aglomerados populacionais que atingissem a importante função de sede do município recebiam, no mesmo ato, o seu patrimônio público, o rossio, que seria administrado pela Câmara Municipal (Bartalini, 1996).

Os vazios urbanos, denominados de largos, foram os primeiros espaços de formação da cidade. Localizavam-se, inicialmente, nos espaços livres públicos dos adros (terreno em frente ou em volta) de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas, os quais representavam os estabelecimentos de maior prestígio social. Esses espaços não projetados, denominados terreiros ou pátios, não eram arborizados, eram “espaços secos” semelhantes às *plazas* italianas, mas eram extremamente polivalentes, abrigando diferentes atividades (Andrade, *op. cit.*).

As cidades eram dispostas de forma que os prédios públicos e as residências mais ricas ficassem de frente para o terreiro da igreja. Os largos tinham as mesmas características e os mesmos usos sociais das antigas praças européias: espaço de mercado, festas e manifestações.

Uma característica dos largos e dos rossios era a de não serem espaços verdes, mesmo existindo algumas árvores de pequeno porte e bebedouros. Os largos e rossios eram espaços áridos, com uma paisagem que destoava da natureza tropical. Os largos e rossios eram espaços de encontro, de passeio, de passagem e era a partir destes que a cidade se desenvolvia.

No século XVII, surgiu um novo olhar dos pintores na paisagem. Uma nova percepção da natureza, a idéia de paisagem “pictoresca”, bela. Pictóricas quer dizer tão bela como uma pintura (Segawa, 1996). No México, no período inicial do século XVII, surge o primeiro espaço ajardinado na América. La Alameda de México antecede os grandes jardins europeus, antes mesmo das promenades. Em Paris, o Barão Haussman foi além das praças, quando enfileirou árvores nas avenidas e *boulevards*, iniciando o conceito de arborização urbana, tal qual o conhecemos ainda hoje.

Segundo Segawa (*op. cit.*), “o *boulevard* é uma grande via que contorna uma cidade e refere aos muros medievais, com o plantio de aléias no contorno dos muros”. Surgiram, também, os logradouros públicos, denominados Alamedas, e as Promenades em francês.

Em 1697, no final do século XVII, foi criado, em Paris-Cours de la Reine, um espaço arborizado junto ao Rio Sena para o passeio da Aristocracia local para se exibir e desfilarem. Representava a metáfora do paraíso divino, sagrado, onde se caminhava silenciosamente e bem vestido. Há um encontro com regras de comportamento (Segawa, *op. cit.*). Estas regras eram respeitadas pelo vestuário à européia que era utilizado e pela maneira de se comportar educadamente em espaços públicos, sempre zelando pela elegância e pelos bons costumes.

No contexto brasileiro, segundo Macedo (1999), os espaços livres de edificação nas residências brasileiras estruturavam-se em função de uma forma quase única de parcelamento do solo, perpendiculares às vias públicas, alinhadas, de formato regular, laterais maiores, com quintais localizados nos fundos. Este padrão colonial permaneceu até o final do século XIX.

Os jardins brasileiros resumiam-se às grandes propriedades religiosas e aos quintais de residências, como jardins utilitários, onde se cultivavam ervas de cheiro, floreiras, plantas medicinais e árvores frutíferas. A prática da jardinagem restringia-se aos quintais, em seus jardins utilitários (Andrade, 2004).

Em 1637, quando ocorreu a ocupação holandesa nas cidades de Recife e Olinda, surgiu o primeiro exemplar de jardim não-utilitário. A tomada foi chefiada por Maurício de Nassau, que permaneceu por oito anos. Nassau adquiriu, em 1639, um amplo terreno, onde construiu o seu Palácio de Vrijburg (ou Friburgo) na Ilha de Antônio Vaz, que passou a ser chamada de Ilha Maurícia.

Nassau pretendia criar um verdadeiro parque, com árvores adultas que foram transplantadas. O parque, criado com árvores do interior brasileiro, mas algumas importadas da África e da Índia, foi planejado por Nassau, pelo engenheiro Pieter Post e pelo naturalista Willem Piso, na forma de um pomar, cuja renovação era constante (Brasil, 2000).

Após a retomada das terras pelos portugueses, nada restou do parque (Andrade, 2004), que, por alguns anos, serviu de centro de referência para estudos de história natural por muitos naturalistas alemães e, também, como área de lazer.

No século XVIII, surgiu a educação do olhar para a paisagem. Os Passeios vão aparecendo em várias cidades, como é o caso do Passeio Público de Lisboa, e do Passeio Público do Rio de Janeiro, que é considerado por Segawa (1996), inovador do ponto de vista da paisagem. Neste mesmo século foram criados uma série de Passeios ou promenades.

Dentro dessa perspectiva, os estudos sobre os espaços ajardinados no Brasil fazem parte das discussões dos problemas que foram surgindo com o crescimento das cidades e a diversificação dos termos referentes aos espaços livres urbanos. Tentou-se discutir a questão da terminologia em uma seção própria dentro da pesquisa, por ter sido considerada fundamental para o entendimento da importância dos parques urbanos, para as cidades.

## **2.1 Definições e Conceitos de Espaços Livres**

Nesta seção é feita uma revisão dos termos mais adequados a serem utilizados nesta pesquisa, em referência aos espaços livres urbanos. São definidos e conceituados os termos praça, jardim e parques urbanos entre outros, de acordo com as funções que cada um desempenha no ambiente urbano e as suas características próprias.

A área dos municípios é dividida, segundo a Constituição Federal de 1988, em áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas rurais. Nas áreas urbanas, os espaços são divididos em espaços construídos, espaços livres e espaços de integração urbana.

Os espaços construídos são os espaços edificados com funções residenciais, comerciais, serviços públicos entre outros. Já os espaços livres ou espaços não construídos são as praças, canteiros ou jardins urbanos, parques, quintais entre outros. Os espaços de integração urbana são as áreas de canteiros ou jardins remanescentes do traçado do sistema viário, os canteiros centrais de avenidas, jardins junto a alças de acesso a pontes e viadutos, rotatórias, taludes e encostas ajardinadas (Macedo e Robba, 2002).

O estudo dos espaços livres urbanos é desenvolvido por vários autores, que abordam a questão sob enfoques específicos de determinadas áreas de estudo. Assim, procurou-se, inicialmente, centrar a nossa pesquisa em uma revisão de conceitos e definições dos termos,

para revisar e atualizar o conhecimento sobre o tema, na busca de um melhor entendimento da teoria científica, que fundamenta a nossa pesquisa e nos fornece embasamento para discussões e recomendações.

Os conceitos e as funções dos espaços livres urbanos evoluíram no decorrer dos anos, assim como o conceito de natureza vem se alterando já há algum tempo. Estes espaços ajudam a construir a paisagem urbana da cidade como um produto, porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território (Macedo, 1999).

Os espaços livres de edificações ou, simplesmente espaços livres, podem ter caráter público ou privado e privado de uso coletivo, como os clubes recreativos. Nestes, incluem-se as áreas de lazer e as áreas verdes. Kliass & Magnoli (1967, p.33) definem Espaço Livre como *“áreas não edificadas de propriedade municipal, independente de sua destinação de uso. Quando esses espaços destinarem-se a áreas verdes, passam a ser conceituados como espaços verdes”*.

*“A classificação de espaço verde estende-se somente ao território ocupado por vegetação que tenha valor social. Este valor é atribuído ao seu utilitarismo na preservação do ecossistema, bem como ao seu valor estético cultural e ao seu potencial de recreação (lazer ativo ou passivo). Já as áreas verdes, são quaisquer áreas plantadas. Também é dominada “área de lazer” o espaço livre de edificação destinado ao lazer ativo ou contemplativo (Andrade, 2004, p. 27)”*.

Existe uma contradição com relação aos termos utilizados sobre áreas verdes urbanas entre os autores e profissionais que atuam nessa área. Similaridades e diferenciações entre termos como: espaços livres urbanos, áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistemas de áreas de lazer, jardim, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e tantos outros, geram conflitos teóricos. Atualmente, observa-se uma mudança, que busca a reconciliação e a evolução destes conceitos. Os problemas conceituais existem nos níveis de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, gestão dos espaços livres urbanos e, conseqüentemente, nas informações veiculadas pela mídia.

Lima et al. (1994, p.539) propõem uma conceituação de termos correlatos a espaços livres urbanos e define *“o espaço livre como o conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre. No caso de ocorrer um fragmento da Floresta Amazônica, que esteja cercado em parte ou no todo, por espaços construídos em áreas urbanas, será um espaço livre”*.



Na área verde, há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas, devem, também, conceituar-se como áreas verdes. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas (Lima et al., 1994).

Área verde é definida, para fins de índice, como uma área onde, por motivo qualquer, haja vegetação e, para tal, existe um “hipotético índice” (cuja autoria é atribuída à ONU) de 12 m<sup>2</sup> / habitante da ONU como padrão ideal de áreas de lazer/vegetação para qualquer cidade (Lima et al., *op. cit.*).

A praça, como área verde, tem a função principal de lazer. Uma praça, inclusive, pode não ser uma área verde quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada (por exemplo, a Praça da Sé em São Paulo). No caso de ter vegetação, é considerada, nas cidades, como jardim público.

Macedo e Robba (2002) consideram duas premissas básicas para conceituar as praças e as suas funções na vida urbana brasileira. A primeira é quanto ao uso, e a segunda diz respeito à acessibilidade do espaço. Conceituam que “praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Na Figura 2.1, a Praça Paris, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, tida como um exemplo de praça dentro dessa conceituação.



**Figura 2.1** Praça Paris, na Glória, Cidade do Rio de Janeiro.

**Fonte:** Projeto Quapá - 2002

A arborização urbana diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo, dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema das áreas verdes (jardins, praças e parques).

Área Livre e Área Aberta são termos que devem ter a sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação. Espaço Aberto é uma tradução errônea do termo inglês “open space”, e deve ser evitado, preferindo-se o uso do termo Espaço Livre.

Sobre este mesmo aspecto, Terra (2000) comenta que os termos jardim, praça e parque para os autores que tratam do assunto, têm o mesmo significado de áreas verdes e somente se diferenciam pelas funções e tamanho da área. Nesse caso, não se devem incluir os jardins históricos.

A Carta de Florença (1981), em seu artigo 1º, define como Jardim histórico “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado monumento”. No artigo 2º, “O jardim Histórico é uma composição de arquitetura, cujo material é, principalmente, vegetal, sendo, portanto, vivo, como tal, perecível e renovável”.

A carta trata o jardim histórico e define que “seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do definhamento da natureza e da vontade da arte e do artifício que tende a perenizar o seu estado”(Carta de Florença, 1981).

Os autores Macedo e Robba (2002) alertam que as praças podem apresentar projetos de várias tipologias, tamanho, forma e localização. Acrescentam que certas áreas denominadas por praças são, na verdade, canteiros ou jardins urbanos. Os jardins urbanos, referidos pelos autores, não podem ser comparados aos jardins históricos, que são, em sua maioria, sítios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como, por exemplo, o jardim do Passeio Público e o Parque Laje, entre outros na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 14), os parques urbanos são “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno”. Como exemplo de Parque urbano, temos, na Figura 2.2, o Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Nesse caso, além dos tipos de uso, funções e morfologia deve-se incluir a obrigatoriedade da presença de vegetação arbórea, pois a massa vegetal e os seus efeitos positivos no ambiente urbano é que fazem o diferencial do parque para os outros tipos de áreas verdes, como as praças e os jardins. No caso de ser um parque ajardinado, os elementos de porte arbóreo precisam ser dominantes.



**Figura 2.2.** Parque do Flamengo, RJ.

**Fonte:** Projeto Quapá - 2002

## 2.2 Classificação e Hierarquização dos Espaços Livres

Segundo Cavalheiro e Del Picchia (1992), é estabelecida a classificação dos espaços livres quanto à categoria e à disponibilidade. Nesse caso, os valores contidos nas definições devem servir como indicações quanto à capacidade de suporte para visitação, ou seja, a quantidade de equipamentos que possam conter e a maximização da sua manutenção.

Para Escada (1992), os parques urbanos podem ser divididos como elementos de lazer, com base no raio de abrangência, em:

- Parques de Vizinhança: são de uso localizado, pois são planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou de habitação, substituindo as ruas e os quintais das casas das cidades menores; são espaços com tamanho reduzido, que devem abrigar alguns tipos de equipamentos ligados à recreação, vegetação e distar entre 100 e 1.000 m das residências ou do trabalho.
- Parques de Bairro: são de maiores dimensões, devendo conter uma gama maior de equipamentos de lazer; podem desempenhar função paisagística e ambiental, se dotados de vegetação, espaços livres de impermeabilização e águas superficiais.

Para Barcellos (1999), as áreas de grandes dimensões não representam uma característica obrigatória para que o espaço livre seja considerado um parque urbano. A presença do elemento árvore nos espaços livres é que vai fazer a diferença dos efeitos, como o

sombreamento, luminosidade, temperatura, textura da paisagem, estações do ano, floração, frutificação, servir de alimento para fauna urbana, em especial a avifauna, entre outras funções que as árvores desempenham.

Dentro dessa perspectiva, Paiva e Gonçalves (2002) vão mais além ao apreciarem o elemento árvore de forma coletiva, evoluindo para um conceito mais abrangente e ecológico que é o da floresta urbana, valorizando a árvore como um elemento que melhora o ambiente urbano. As florestas urbanas se referem aos conjuntos arbóreos criados pelo homem, especialmente aquelas inseridas na trama dos núcleos urbanos ou aglomerações humanas.

Costa (1996) avança ainda mais e afirma que o conceito de arborização urbana não é limitado à presença de árvores nos parques públicos, pois estão presentes em diversas tipologias dos espaços livres, como praças, ruas, largos, becos, florestas urbanas, entre outros, inclusive nos espaços que não receberam intervenção paisagística.

Segundo Costa (*op. cit.*), jardins e quintais são considerados áreas particulares, que, nesse contexto, contribuem para ampliar ainda mais os conceitos. Acrescenta que a sociedade internacional de arborização, por exemplo, emprega o termo *urban forest* – floresta urbana como referência a todo conjunto da vegetação arbórea presente nas cidades, independente da sua localização.

Anteriormente, como observam Paiva e Gonçalves (2002), a respeito da mudança de conceito e da forma de pensar, a arborização urbana era um conceito que se prendia mais ao indivíduo árvore, muitas vezes como mera composição estética no tecido urbano. Neste caso, o termo floresta urbana é muito mais condizente, ao se referir à cobertura vegetal que possa produzir efeitos positivos ao ambiente, melhorando a qualidade de vida na cidade. Ainda assim, a discussão demonstra que pela escassez de espaços livres, tornam-se cada vez mais necessários novos estudos a respeito das aglomerações vegetais, permitindo uma gestão adequada, que vise minimizar os efeitos físicos e psicológicos do ambiente urbano, com paisagens mais ecológicas e mais humanas.

Segundo Paiva e Gonçalves (2002, p.20), “*As florestas urbanas podem ser consideradas áreas verdes produtivas ou áreas verdes de preservação ou conservação. As áreas verdes produtivas seriam aquelas cuja finalidade é a produção de bens de consumo oriundos das árvores, direta ou indiretamente. Já as áreas verdes de preservação e/ou conservação são aquelas com a finalidade de conservação do sítio ou a manutenção da biodiversidade. Dessa forma, considera-se área verde qualquer área de propriedade pública ou privada, não sendo obrigatória a presença da árvore como único tipo de vegetação, com dimensões vertical e horizontal*”

*significativa e que seja utilizada com objetivos sociais, ecológicos, científicos e culturais”.*

As áreas verdes apresentam-se com várias formas e funções, que devem ser dispostas de acordo com a finalidade, tipos de uso a que se propõe e com o tamanho. Todas as normas e padronizações, tanto em tamanho como em termos conceituais são discutíveis e necessitam de estudos mais aprofundados sobre o tema, visando uma padronização da terminologia.

### **2.3 Paisagem e Paisagismo**

Os termos paisagem e paisagismo são bastante abrangentes, sendo a paisagem formada por diversos fatores naturais e elementos produzidos pela natureza no tempo e no espaço social. A paisagem é marcada por um conjunto de elementos e técnicas produzidos pelo homem e moldados para satisfazer às necessidades da sociedade. O paisagismo é a representação da paisagem através de um processo de transformação. Assim, ser paisagista é conseguir representar.

Na formação das paisagens, o tempo é uma variável fundamental, pois, ao longo do tempo as ações culturais sobre a paisagem vão transformar e imprimir características na paisagem natural, moldando e adaptando para responder às condições religiosas, às ideologias e às preferências dos grupos.

Nesse contexto, a percepção é um fator fundamental na formação das paisagens, pois estas se revelam diferentemente a cada observador, de acordo com os diferentes graus de percepção e interesse. A paisagem visível deriva de uma dimensão maior do tempo e do espaço visual e, dependendo da escala, nem sempre conseguimos visualizar sua totalidade com um simples golpe de vista.

Para Macedo (1999, p.11), a paisagem *“pode ser considerada como a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo”.*

Segundo Bertrand (1972), a paisagem é uma porção do espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica de elementos geográficos diferenciados, físicos, biológicos e antrópicos, que ao se enfrentarem dialeticamente uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto geográfico indissociável que evolui em dinâmica própria de cada um dos elementos individuais.

Metzger (2001) propõe uma definição integradora da paisagem como sendo um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para, pelo menos, um fator, segundo um observador em uma determinada escala de

observação. Entende-se que ambas as abordagens, dependem do observador e do objeto de estudo.

Para Macedo (1999), a paisagem é um produto e também um sistema. Produto por resultar de um processo social de ocupação e gestão de determinado espaço. Sistema, porque qualquer ação sobre ela impressa haverá uma reação correspondente, a qual equivale a uma alteração morfológica parcial ou total. Existe uma interligação entre as duas considerações.

Um outro fato importante é que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente. Pode-se afirmar que todo ambiente contém diferentes paisagens, mas que nem todas as paisagens representarão um ambiente por completo.

Macedo faz outras observações, sendo as paisagens consideradas, também, estruturas finitas, pois são lidas e interpretadas dentro de uma escala em que vai depender do observador que não pode, devido a limitações físicas, abranger o ambiente terrestre como um todo, dentro do seu campo visual ou de análise. Sendo assim, para o ser humano, cada paisagem sempre sucederá a uma outra e assim por diante.

Segundo Nucci (2001), é complicado estudar e planejar o meio ambiente urbano utilizando-se metodologias de outras áreas da ciência, como, por exemplo, a análise sistêmica utilizada em ecologia. Porém, não se pode negar que o ambiente urbano também necessita ter sua intervenção planejada, pois a falta de planejamento urbano leva a uma queda da qualidade de vida.

Segundo Paiva e Gonçalves (2002, p. 14), *“a ecologia mudou a maneira de o homem perceber o meio ambiente urbano. Assim, a paisagem dentro de um conceito mais moderno passa a ser avaliada como uma interação de fatores envolvendo os valores ecológicos fundamentais para qualidade de vida”*.

Os estudos dos espaços livres urbanos encontram-se inter-relacionados com o planejamento da paisagem urbana, área de interesse da Ecologia da Paisagem. A ecologia da paisagem é uma nova área de conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas abordagens principais, segundo Metzger (2001): uma geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e outra ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos, e a importância destas relações em termos de conservação biológica. A abordagem geográfica foi influenciada pela geografia humana, fitossociologia, biogeografia e de disciplinas da geografia ou da arquitetura relacionadas com o planejamento regional. Para esta abordagem, a noção básica de paisagem é a espacialidade, a heterogeneidade do espaço onde o homem habita, e define paisagem como “a entidade visual e espacial total do espaço vivido pelo homem”.

Segundo Paiva e Gonçalves (2002), a importância do vegetal na paisagem urbana está no lazer, pois as diversas categorias de espaços verdes urbanos é que fazem a aproximação do homem urbano com a natureza. Porém, seja qual for a função da utilização do vegetal no espaço; proteção, estética, entre outros, estará sempre relacionado com o clima e, em última análise, com o conforto do homem. Em outras palavras, é o estado de perfeita satisfação física, psíquica ou moral, por fim o bem-estar e a qualidade de vida.

A cobertura vegetal dos espaços verdes urbanos que compõe a paisagem urbana pode servir como indicador de qualidade ambiental. Para Nucci (2001), a vegetação é um atributo muito importante, porém negligenciado no desenvolvimento das cidades. Em planejamento da paisagem, quando se fala em planejar com a natureza, está se falando principalmente da vegetação. São a partir dela que muitos problemas serão amenizados ou resolvidos e, portanto, a cobertura vegetal deve ser cuidadosamente considerada na avaliação da qualidade ambiental em termos qualitativos e quantitativos, como, também, a sua distribuição espacial no ambiente urbano.

A paisagem brasileira caracteriza-se pela grande heterogeneidade de situações, devido à extensão do país, que abarca diversos ecossistemas e uma riqueza geomorfológica expressiva. Localizado nas regiões tropical e subtropical, o Brasil apresenta grande parte das suas paisagens dominadas por uma vegetação característica destas regiões. A vegetação, nativa e exótica, é largamente utilizada por paisagistas na construção dos espaços livres urbanos e rurais.

Observa-se que, na maioria das situações, os espaços livres urbanos não são configurados por vegetação e sim pela massa construída e pelo suporte físico, nas mais diversas formas de modelagem.

Segundo Macedo (1999, p.16), *“o conceito de arquitetura paisagística corresponde a uma ação específica de projetos, que passa por um processo de criação a partir de um dado programa, visando atender à solicitação de resolução de uma demanda social requerida por um interlocutor específico, seja ele o Estado, um incorporador imobiliário ou uma família”*.

O planejamento paisagístico urbano, por suas peculiaridades, exige uma equipe multidisciplinar de especialistas em diversas áreas, pois o projeto do espaço livre em se tratando de cidades, nunca está dissociado do contexto urbano no qual está inserido.

A história do paisagismo brasileiro teve a sua origem no século XVIII com a obra marco do Passeio Público e foi consolidada durante o século XIX com o processo de urbanização nacional, em especial no Segundo Império.

Como figuras emblemáticas do paisagismo no Brasil do II Império, destacam-se os paisagistas estrangeiros John Tyndale e Auguste Marie François Glaziou. Tyndale transformou em um jardim a mata virgem do Parque Lage, em 1840. O jardim permanece até o presente momento, quase que inalterado. O projeto inicial incluía uma parte de floresta nativa, com um grande número de árvores importantes junto ao elemento de solução paisagista: pavilhão, lago, gruta e pontes e as aléias de palmeiras imperiais.

Glaziou foi convidado pelo Imperador D. Pedro II para ocupar o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins, transferindo-se para o Brasil em 1858. Deixou a sua marca registrada na história do paisagismo brasileiro, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Além de cuidar dos jardins imperiais, impôs a sua própria marca nos espaços em que interferiu, de maneira diferente dos padrões usados, até então. Com relação às suas características compositivas, o jardim vai seguir, sobretudo, a solução paisagista. Glaziou, além de paisagista era coletor de plantas, descobrindo espécies novas, algumas recebendo o seu nome (Macedo, 1999).

Segundo Macedo e Sakata (2003), a evolução das linhas de projetos paisagísticos dos parques urbanos brasileiros passou por grandes transformações ao longo dos quase duzentos anos de existência e, neste período, são identificadas três grandes linhas projetuais: a Eclética, a Moderna e a Contemporânea.

A primeira linha que orientou o pensamento e a ação projetual paisagística brasileira foi a Eclética, inspirada diretamente nos manuais europeus e nas obras francesas do século XIX. Teve como epicentro a cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império, que foi a primeira grande cidade brasileira moderna a adaptar-se aos moldes urbanísticos em voga na Europa. No Rio de Janeiro, foram construídos e criados jardins e parques, públicos e privados, *boulevards*, passeios e largos.

O Ecletismo divide-se em duas correntes bastante diferenciadas: a Clássica, que têm como referência os jardins franceses do século XVI e XVII; e a Romântica, onde o espaço é concebido de modo a recriar a imagem do parque e do jardim anglo-francês.

A influência francesa na linha projetual Romântica também é percebida (Macedo, 1999). Nesta linha, o traçado do jardim ou parque (à inglesa) típico do paisagismo parisiense da segunda metade do século XIX foi a regra, privilegiando a criação de cenários bucólicos.

A linha moderna constitui-se no rompimento da influência européia na concepção do espaço livre, que passa por fortes influências tanto nacionalistas quanto americanas. O trabalho de Burle Marx é o símbolo desta ruptura e obras, como os jardins do Ministério da Educação, 1937 e da praça em frente ao Aeroporto Santos Dumont, são paradigmas desta nova postura. Nas figuras 2.3 e 2.4 mostramos algumas obras de Burle Marx.





**Figura 2.3** Jardins do Prédio do MEC-Centro-RJ

**Fonte:** Projeto Quapá – 2002



**Figura 2.4** Sítio Antônio da Bica em Guaratiba-RJ

**Fonte:** Projeto Quapá – 2002

No contexto nacional, o século XX representa o período de construção da identidade da Arquitetura paisagística brasileira. Este período estendeu-se após a Segunda Guerra Mundial e nos seus cinquenta e cinco anos seguintes. A arquitetura paisagística brasileira sofreu forte influência, principalmente européia, durante o século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX.

Foi a partir da obra de Roberto Burle Marx, o mais renomado arquiteto paisagista nacional, que houve uma maior expressão da arquitetura paisagística brasileira. Burle Marx começou a projetar jardins em 1934 e, apesar de buscar pontos no passado, organizava uma nova paisagem, com um traçado dentro das características formais do século XX.

Foi a partir da década 1930, até a sua morte no início da década de 1990, que o paisagista oficial do governo e das elites brasileiras criou projetos para palácios no Rio de Janeiro e Brasília. Grandes parques públicos, jardins e parques particulares e teve, a partir dos anos 1950, a sua obra extensivamente divulgada com as obras arquitetônicas e urbanas dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. A linha contemporânea representa a ruptura e a releitura do moderno, a releitura do ecletismo, consciente ou não, a introdução dos princípios ecológicos após os anos 1970.

A história do paisagismo da cidade está impressa nos seus jardins, praças e parques públicos. Estes espaços livres caracterizam-se por serem locais de grande expressão na paisagem carioca; expressam cenários reais da vida social urbana, que refletem, em suas morfologias, os conceitos culturais determinantes no momento da sua criação.

## 2.4 História e Evolução dos Parques Urbanos

Esta seção apresenta o surgimento dos primeiros espaços verdes nas cidades. Iniciando pela mudança do pensamento com relação à natureza, seguindo a história evolutiva dos jardins italianos e a transformação destes em jardins franceses, passando mais tarde a autênticos jardins românticos ingleses. Um outro caso abordado é a criação dos primeiros parques urbanos na Inglaterra e o processo evolutivo que trouxe esta idéia para o Brasil, inicialmente para o Rio de Janeiro.

A partir do século XVI, os jardins e os parques públicos são os resultados da transformação do imaginário da natureza de hostil para um plano de espírito-culto religioso. Em especial, os parques passam a ser fragmentos da natureza no meio urbano. Essa é uma visão romântica, que se estabeleceu a partir de uma mudança da mentalidade ocidental sobre a importância da conservação, que vê nos grandes espaços naturais o alívio dos problemas da cidade.

Na segunda metade do século XV e do século XVI, no período do Renascimento, as transformações culturais, sociais e econômicas, unidas à valorização da razão e da natureza, com a adoção de métodos experimentais e de observação. Os humanistas começaram a investigar a fitogeografia e os hábitos de crescimento das plantas. Estas mudanças acarretaram uma transformação na configuração de novos espaços nas principais cidades da Europa. Para Segawa (1996), os jardins e os parques públicos vão surgir destas mudanças que, efetivamente, foram materializados enquanto espaços públicos urbanos.

É nesse momento que surge o primeiro grande modelo de jardim, o Jardim Italiano ou jardim renascentista com as árvores organizadas em um arranjo simétrico, mantendo um alinhamento, que proporcionava ao espaço uma organização racional.

Para Terra (2004), é no Renascimento e no Maneirismo que os jardins botânicos começam a ser planejados com a mesma preocupação estética utilizada nos jardins de prazer, ou seja, jardins que proporcionam momentos de plena satisfação. Nesse modelo de jardim, encontramos uma configuração inicialmente simples envolvendo as árvores.

Segundo Andrade (2004), os jardins de prazer eram considerados nas cidades européias, objeto de deleite, geralmente afastados dos centros e inseridos nas propriedades privadas. As composições paisagísticas eram, também, valorizadas por suas funções ambientais.

Segundo Terra (2004) e Andrade (2004), no final do século XVII surge o modelo do jardim francês ou jardim clássico, estes representam uma revolução na arte da paisagem

construída. Os jardins franceses caracterizam-se por mostrar a natureza dominada pelo homem, prevalecendo a geometria e a uniformidade simétrica.

O modelo do jardim barroco francês, que se conservou por dois séculos, é substituído por um novo modelo, de linhas curvas, modelado de relevo em colinas macias, rios e lagos, extensos gramados e grupos de árvores, imaginando-se o que se percebia na natureza. É neste momento, no final do século XVII, que o jardim romântico inglês começa a ser consolidado e vai mudar toda a linguagem geométrica e arquitetônica do jardim clássico francês.

Segundo Terra (2004, p. 41), *“o jardim inglês com seus elementos sinuosos, seu romantismo, sua nova estrutura, seus componentes engraçados e loucos cria, com árvores plantadas pelo homem, um ambiente com o aspecto de natural. A natureza deve parecer intocada e não um trabalho realizado pelo homem. Esse modelo de jardim vai ser usado na França e chega depois ao Brasil. É um novo pensar sobre a natureza”*.

Na Europa, os jardins do século XVIII seguiram a nova idéia de ser um “autêntico parque natural”. Surgiu uma visão de jardim, em que este deve ser uma fonte de sensações e surpresas, influenciadas pelo passado clássico. Estes novos jardins foram estruturados a partir de princípios básicos para sua configuração como espaços submetidos à arte da natureza (Andrade, 2004).

No final do século XVIII e início do século XIX, apareceram os primeiros espaços ajardinados projetados para o uso público, os jardins e também os primeiros parques urbanos. Os jardins e parques reais eram abertos ao público somente em ocasiões especiais. Na França, no período pós-revolução, os espaços ajardinados reais foram abertos ao público sem restrição (Santucci, 2003).

As transformações provocadas pela Revolução Industrial no século XVIII, a mecanização da lavoura e êxodo rural, aplicação de novos materiais e técnicas construtivas, aquisição de novos espaços e uma urgente reforma para dar infra-estrutura às cidades, entre outras, marcaram a criação dos primeiros parques urbanos na Inglaterra, antes restritos às residências privadas.

Com o crescimento das cidades e a destruição das florestas, o interesse por jardins e parques apareceu como um contraponto à sociedade industrial e passou a fazer parte do cotidiano urbano. Associados a este pensamento estavam as primeiras idéias de lazer e conceitos higienistas do século XIX na Europa. A corrente dos médicos higienistas defendia a criação de espaços ajardinados nas cidades, a fim de promover um modo de vida mais saudável, comparando os parques aos pulmões, necessários para revigorar a atmosfera (Santucci, 2003).

É nos anos de 1850 e 1860 que os parques ganham corpo na Europa, inicialmente nos planos urbanísticos da França em Paris, idealizado pelo Barão Georges-Eugène Haussmann. A fonte de inspiração do parque urbano foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza do século XVII, criando novas sensibilidades, em que a ciência possuía algum domínio sobre a natureza, e a natureza, que era ameaçadora, passa a ser fascinante, devido aos estudos desenvolvidos pela sociedade intelectual européia, sobre a fauna e a flora (Silva, 2003).

Do ponto de vista conceitual da época, o parque tem como base um ideal paisagístico, entendido como um espaço livre de grande dimensão, em que predominam elementos naturais e onde o ambiente construído é visto apenas como uma projeção de pano de fundo.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como fato urbano relevante e tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação Haussmann, em Paris, e dos parques americanos, como o Park Movement liderado por Frederick Law Olmsted, em Chicago e Boston.

O primeiro parque urbano dos Estados Unidos, com estilo de parque romântico, foi o *Central Park* de Nova York, criado por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux, em 1858, com 300 hectares. O estilo de paisagem pastoral serviu de modelo para outros grandes parques urbanos. Seus extensos gramados, lagos e grandes massas de vegetação, hoje cercados de arranha-céus, seriam os protótipos do parque urbano.

As principais obras do arquiteto-paisagista Frederic Law Olmsted, além do Central Park, foram o Prospect Park, do Brooklyn, também em Nova York; o Fairmount Park, na Filadélfia; o South Park, em Chicago; os jardins do Capitólio, em Washington e o sistema de parques de Boston.

No século XIX, surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, *parkways*, os parques de vizinhança americanos e os parques franceses formais e monumentais. O parque urbano no final do século XIX era a representação de certos ideais democráticos, também considerados uma fonte de benefícios para a saúde da população ao desempenhar o papel de pulmões dentro da malha urbana. Nesse período, havia a preocupação na implantação de parques, com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, a necessidade de expansão urbana, o novo ritmo de trabalho, além da necessidade de criação de espaços representando oásis de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação (Scalise, 2002).

O parque La Villete, construído nos limites de Paris foi formado como espaço de convergência social, direcionado para atividades culturais, apresentando reduzida concentração de elementos vegetais. Assemelha-se aos equipamentos dos parques do século

XX, apenas pela presença de alguns brinquedos de forma inusitada, mas as quadras poliesportivas estão ausentes. Este parque permanece único por sua qualificação de parque voltado às atividades semelhantes, pensadas a partir das novas idéias de inserir o parque como elemento de revitalização urbana, com intervenções que buscam recuperar uma área degradada pela dinâmica dos processos urbanos (Barcellos, 1999).

Os novos modos de se entender as cidades surgem com um caráter diferenciado, por várias cidades do mundo, como uma nova modalidade de parque, o *waterfront* ou parque litorâneo, que tornou-se comum em diversas cidades que se desenvolveram na zona costeira e, por isso, têm a faixa litorânea como potencial para desenvolver espaços livres públicos.

Estes espaços sofreram intervenções de remodelação urbana e revitalização paisagística, visando a melhoria na qualidade destes. Entre as melhorias estão o calçamento, a ciclovia, as áreas com instalação de aparelhos de ginástica e as áreas funcionais com instalação de bares e espaço para feiras (Santucci, 2003).

O Parque del Litoral de Barcelona é um dos mais expressivos exemplos dessa modalidade de parque. Construído para atender aos Jogos Olímpicos de 1992, promoveu a revitalização da área degradada pelas indústrias através da implantação de espaços livres com tratamento paisagístico e atendeu a uma nova proposta de ligação da cidade com o mar.

Esta modalidade de parque litorâneo não é, também, como o La Villete, um local para práticas esportivas ou para interação introspectiva com os elementos naturais, mas para o *footing* (equilíbrio) e a apreciação da paisagem. Nestes parques, o papel das árvores e do ajardinamento da área é restrito, funciona apenas como elemento de composição que permeia os espaços livres.

Os parques do século XIX apresentavam um modelo idealizado em bairros burgueses e com finalidades de exibição social, como se pode observar. Estes espaços tinham como base o ideal do parque paisagístico, porém a verdade é que, desde o surgimento dos parques nas cidades, estes têm assumido diferentes configurações e significados, como veremos a seguir, especialmente no caso do Brasil.

No contexto nacional, o século XIX é o momento da estruturação do Brasil como nação. Havia a necessidade de organizar-se, principalmente a partir de 1808 com a chegada da família real portuguesa. As cidades começam a estruturar-se e modernizar-se para desempenhar novas funções administrativas. Terra (2004) considera que no Brasil a implantação de áreas verdes surge no final do século XVIII no Rio de Janeiro e, durante o século XIX, em diversas cidades, aliada ao discurso higienista e à preocupação com a paisagem e a arborização, que passa a fazer parte da organização de algumas cidades brasileiras.

Segundo Macedo & Sakata (2003), na cidade do Rio de Janeiro são criados os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje. São eles: o Passeio Público e o Campo de Santana, estes situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto à então distante Lagoa Rodrigo de Freitas. Em meados do século XX, são implantados os primeiros grandes parques projetados para o lazer público. Neste período, foram criados o Parque do Ibirapuera, em São Paulo, e o Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, exemplares de grande significado nas duas maiores cidades brasileiras.

Segundo Barcellos (1999), nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a sociedade brasileira passou por profundas transformações, que parecem ter colocado os parques urbanos no foco das políticas públicas. Houve uma aceleração na velocidade das transformações econômicas, sociais e culturais, imprimindo novos significados aos parques e exigindo que os profissionais que trabalham com áreas verdes revejam os pressupostos utilizados na definição e conceituação de parque.

As mudanças comportamentais iniciadas nos últimos trinta anos revitalizaram os tipos de uso dos parques ao definirem novos significados ao lazer e à recreação ao ar livre. Somado a esta, novos papéis têm sido atribuídos aos parques pelos diversos agentes envolvidos nos processos urbanos. Para Barcellos (*op. cit.*), os novos papéis desempenhados pelos parques apresentam duas vertentes de ações, que geram mudanças no tratamento da questão do parque público nas cidades brasileiras.

A primeira vertente utiliza o parque como estratégia de conservação dos recursos naturais, em especial a partir da década de 1980, quando a questão ambiental é institucionalizada no aparelho estatal brasileiro. Essa linha de ação é a mais evidente e consolidada, inclusive por já ter proporcionado o surgimento de um número considerado de parques denominados ecológicos nas cidades. Estes objetivam, prioritariamente, a conservação dos recursos naturais, em geral de remanescentes de vegetação em áreas que estão sob pressão dos impactos gerados por diversos fatores decorrentes da urbanização. A estas funções são associadas as do uso para o lazer da população. O parque ecológico, embora seja uma área de domínio público, destina-se ao uso, com atividades de lazer limitadas, funcionando, também, como unidade de conservação e preservação de áreas naturais.

A segunda vertente de ações é menos evidente, até porque, somente nos últimos anos vem-se manifestando de modo mais consistente nas cidades brasileiras, e dizem respeito ao uso dos parques como elementos de dinamização da economia urbana, especialmente das atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Nesse sentido, o que há de novo é o sentido de eficiência que se procura imprimir aos parques públicos e à evolução das suas funções. Essas

funções requalificam o parque e novas denominações e novos objetivos são atribuídos a eles, como por exemplo, parque ecológico e parque temático (Macedo & Sakata, 2003).

São diversas as questões que propiciaram o surgimento dos parques urbanos nas cidades brasileiras. No entanto, observa-se que a temática da evolução das funções ambientais está mais focada para os motivos que levaram a criação e requalificação de novas modalidades de parque, com novas denominações e tipos de uso.

É relevante, contudo, avaliar que os antigos parques, em especial o Passeio Público, tiveram a sua criação influenciada pela maneira de se pensar a cidade na época, motivada pelas novas idéias que surgiam na Europa, voltadas para o usufruto dos espaços ao ar livre associado ao discurso higienista, que defendia a importância destes espaços para uma vida mais saudável, comparando os parques aos pulmões, necessários para revigorar a atmosfera.

No Brasil, as políticas públicas nunca dispensaram a merecida atenção à questão dos parques urbanos, na medida em que predomina a tendência de reduzi-lo a uma imagem, que, em muitos casos, encontra-se superada. Esta condição dificulta a gestão destes espaços, devido à falta de compreensão das novas funções que os parques têm assumido nas cidades.

## **2.5 Parque Nacional da Tijuca**

O Parque Nacional da Tijuca é o único do Brasil localizado em área urbana, na Cidade do Rio de Janeiro, sendo considerado um dos maiores parques urbanos do mundo. Em 1991, o Parque foi declarado Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em reconhecimento da importância do seu acervo natural para o ecossistema mundial. O parque possui massa florestada que, interligada às áreas adjacentes, desempenha o papel de redutor da poluição e amenizador do clima da cidade, além de contribuir para a contenção e estabilização das encostas e proteção dos mananciais do Maciço da Tijuca.

A criação do parque se deu pelo Decreto Federal nº 50.923, de 06/07/61, com a denominação de Parque Nacional do Rio de Janeiro. O Decreto Federal nº 60.183, de 08/02/67 altera o nome para Parque Nacional da Tijuca e estabelece as dimensões e demais características (IPP, 2004).

A área do parque possui três importantes conjuntos paisagísticos distintos da cidade: Andaraí-Tijuca-Três Rios, conhecido como Floresta da Tijuca; Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena; Pedra Bonita-Pedra da Gávea.

Recentemente, o Parque Nacional da Tijuca teve a sua área ampliada pelo Decreto 03/2004, passando de 3,2 mil hectares para 3,95 mil hectares. Passou a incorporar o Parque

Lage e a área chamada de conjunto Pretos Forros/Covanca. Além disso, foram corrigidos os limites da unidade em diversos pontos, chegando a um aumento real de 753 hectares (IPP, 2004).

A Floresta da Tijuca é considerada a maior área de Floresta Tropical em meio urbano do mundo. O Parque é administrado pelo IBAMA em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O histórico do parque nos revela parte da história da própria cidade, que contribui para o nosso estudo, tendo em vista que o Passeio Público está intimamente inserido neste contexto.

A floresta hoje existente não é a original, é fruto de um longo processo de reflorestamento, realizado durante a segunda metade do século XIX, com o objetivo de recuperar os principais mananciais de água que abasteciam a cidade. Estes mananciais começavam a apresentar reflexos da forma de ocupação predatória que prevaleceu durante os séculos XVII e XVIII, quando a Floresta Atlântica foi praticamente devastada, para dar lugar a diferentes plantações, principalmente a cultura do café.

A iniciativa de maior repercussão foi, sem dúvida, o reflorestamento da região devastada. A empreitada foi iniciada em 1861, sob a condução do Major da Guarda Nacional, Manuel Gomes Archer e do Administrador Thomas Nogueira da Gama. Durante os 13 anos de atuação do Major Archer, foram plantadas cerca de 80 mil mudas de diversas espécies de árvores exóticas e nativas. Thomas da Gama em seus 25 anos de administração conseguiu plantar mais de 20 mil mudas, além de ampliar e melhorar a rede de trilhas e caminhos de acesso ao Silvestre, às Paineiras e ao Corcovado, contribuindo para aumentar o número de visitantes na região durante aquele período (IPP, 2004.).

Em 1874 o Coronel Gaston de Robert D' Eseragnolle assumiu a tarefa de cuidar da Floresta da Tijuca, tendo como colaborador o botânico e paisagista francês Auguste François Marie Glaziou. O trabalho da dupla durou até o ano de 1888 e voltou-se, principalmente para o embelezamento da área, que recebeu jardins de estilo francês, o que, na verdade, era o jardim romântico inglês que estava vindo para o Brasil via França, com pontes, lagos e mirantes. Ainda assim, foram plantadas mais de 35 mil mudas de árvore no mesmo período (IPP, *op. cit.*).

O Parque Nacional da Tijuca, além de desempenhar todas as funções ecológicas que uma floresta possui, oferece inúmeras possibilidades para o lazer e para o turismo ecológico e cultural. Abriga um dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro: a estátua do Cristo Redentor, considerada símbolo da cidade e do país. Podemos citar diversos tipos de usos para o parque, entre os quais se destacam; os passeios e caminhadas, os inúmeros locais para piqueniques, recreação infantil, descanso e contemplação e passeios de bicicleta entre outros.



Segundo o IBAMA, a unidade de conservação é uma das mais importantes áreas de lazer e práticas de esportes, disponível para a população, a grande beneficiada, além de ser atração turística nacional e internacional. De acordo com informações do IBAMA, mais de um milhão e meio de pessoas, entre turistas brasileiros e estrangeiros, visitam o parque a cada ano.

De todos os benefícios sociais e econômicos que o parque gera para a cidade, destaca-se a função de proteger uma amostra de Mata Atlântica dentro de uma região metropolitana, preservando as nascentes que abastecem a população urbana em seu entorno, como as dos rios Carioca e Maracanã, além de resguardar uma flora e fauna bastante rica e abundante e outros, ameaçados ou em perigos de extinção. Como podemos perceber, o Parque Nacional da Tijuca possui destaque e relevância como parque urbano da Cidade do Rio de Janeiro.

O parque não está livre dos problemas existentes na cidade e sofre com a poluição e expansão urbana descontrolada. No entorno da unidade de conservação vivem 46 comunidades, com as quais são desenvolvidos programas sociais e de educação ambiental pelo IBAMA e Prefeitura do Rio de Janeiro. Esse trabalho visa diminuir a pressão antrópica sobre o parque (IPP,2004).

## **2.6 Planejamento Urbano e Ambiental**

A presente seção visa discutir a importância da paisagem urbana para o planejamento das cidades. A qualidade da paisagem vai influenciar a qualidade de vida das pessoas. Essa é uma questão que deve envolver diversas áreas de estudo, pois contribui positiva ou negativamente para os setores como transporte, habitação, trabalho, segurança e todos os aspectos que envolvem a gestão urbana.

A vinculação dos estudos da paisagem com o planejamento da paisagem urbana merece uma atenção especial quando analisamos os espaços livres públicos, por serem estas partes do mosaico heterogêneo das cidades. As dificuldades encontradas na definição dos termos relacionados com espaços nas cidades aparecem no planejamento urbano, quando se deve pensar a cidade como uma totalidade que faz parte de uma totalidade ainda maior, assim como a rua é um todo que faz parte da cidade. A visão global da cidade é importante para que, ao planejar as suas partes, essas possam funcionar isoladamente, sempre guardando e respeitando as relações entre si.

A visão multidisciplinar do espaço deve ser a base do planejamento nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, fazendo-se necessário a divisão desse espaço, considerando, porém, as suas variáveis e inter-relações. Para Nucci (2001), o que acontece na

prática é que, na hora de se fechar o planejamento final, nem todos os aspectos são considerados na tomada das decisões, prevalecendo, sempre, a questão econômica em detrimento das socioambientais e existenciais.

Muitas vezes, o planejamento também, fundamenta-se somente em medidas de ordem tecnológica, não levando em consideração o ordenamento ambiental. Focando mais para o lado ambiental do espaço, percebe-se que poucos autores encorajam-se a usar o termo ecologia quando se trata de estudos do meio ambiente urbano.

Dentro dessa perspectiva, Rezende (2003) buscou iluminar as relações entre o planejamento urbano e o planejamento ambiental, que, mesmo estando presente em textos da Constituição Federal de 1998 e no Estatuto da Cidade, faz retornar as discussões sobre os importantes instrumentos de controle do solo urbano, entre eles o plano diretor, que avança quando dispõe sobre o meio ambiente urbano.

Para Rezende (*op. cit.*), é relevante, contudo, notar que no texto constitucional de 1988 estavam evidenciados dois caminhos paralelos com relação ao acesso à cidade para todos, a política urbana e a preocupação com a qualidade ambiental. Os termos urbanismo e meio ambiente não estavam integrados. Enquanto a matéria sobre Política Urbana estava incluída sob o título “Da Ordem Econômica e Financeira”, ao lado da Política Agrícola e Fundiária, a Política relacionada com o Meio Ambiente encontra-se dentro de outro título, “Da ordem Social”, figurando ao lado de questões como saúde, educação e previdência social.

Posteriormente à promulgação da Constituição Federal, as atenções voltam para os Estados e Municípios, responsáveis pela Constituição Estadual, pelas Leis Orgânicas Municipais e Planos Diretores. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, promulgada em 1990, avança na aproximação entre os campos ambiental e urbano.

Na década de 1990 a Cidade do Rio de Janeiro concentrava na sua Região Metropolitana, 9.080.695 pessoas, sendo 5.473.909 residentes no próprio município. Com o aumento dos problemas urbanos, em que freqüentemente os planos elaborados não chegavam a ser implementados, foi proposto o Plano Diretor da Cidade pela administração local, incorporando os principais instrumentos defendidos pelos movimentos sociais.

O Plano Diretor do Rio de Janeiro começou a ligar as questões ambientais com os possíveis efeitos da urbanização e passou a se preocupar com o uso e ocupação do solo, porém as normas estabelecidas caminharam paralelamente às normas sobre o meio ambiente. Segundo Rezende (2003, p. 146), “a integração entre a ocupação urbana e o meio ambiente dá-se através da proteção ao patrimônio paisagístico sujeito à proteção ambiental, como os morros e ilhas”.

Rezende (2003) avança ainda mais e afirma que já se encontra presente o patrimônio construído junto ao patrimônio ambiental. O primeiro denominado patrimônio cultural e o segundo patrimônio paisagístico. Observa que a proteção paisagística constituía uma das primeiras expressões da preocupação com o meio ambiente, porém sem a utilização do termo.

No final da década de 1990, a Cidade do Rio de Janeiro apresentou um crescimento desordenado em níveis alarmantes. Nesse contexto, após 12 anos da vigência da Constituição de 1988, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), tem continuidade o processo de implantação de uma política urbana nacional. É inserida finalmente, a preocupação ambiental junto à preocupação com a política urbana (Rezende, 2003).

Dessa forma, no Estatuto da Cidade, dentre as diretrizes gerais com vistas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, está a garantia do “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer”. Aparece, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade em um texto legal de nível federal que dispõe sobre política urbana, fato de grande importância, já que as disposições dessa lei deverão refletir-se nas demais políticas e normas municipais.

Rezende (2003) destaca que questões relacionadas com o meio ambiente urbano são tratadas de forma diferenciada quando envolvem determinados problemas e restringem-se a discussões isoladas a determinadas áreas, geralmente de engenharia ou de urbanismo de forma dissociada. Outros problemas são classificados em ordem social, política, econômica, ou seja, a aproximação entre os diversos campos de estudo passou a ser um desafio. O surgimento da noção de sustentabilidade, a partir do Relatório Brundtland, em 1987, sugere a possibilidade de um compromisso entre políticas sociais, de crescimento econômico e de proteção ambiental.

Esforços nesse sentido têm sido tomados, como, por exemplo, as premissas para a Agenda 21 brasileira. O documento Cidades Sustentáveis aborda as dimensões da sustentabilidade ampliada, que faz o encontro político da Agenda Ambiental com a Agenda Social. Essa busca de redirecionamento do desenvolvimento urbano é importante para minimizar o saldo ambiental negativo gerado pelo crescimento econômico, tão almejado pelas elites econômicas.

Em cidades como o Rio de Janeiro, consideradas de grande porte, nas quais o número de favelas aumenta vertiginosamente, as tensões urbanas são evidenciadas pela mídia. A incorporação de novas áreas deixou, em grande parte, um saldo ambiental negativo, com o desmatamento, a destruição de manguezais e aterro das lagoas costeiras, aonde a poluição vai

se tornando cada vez menos suportável e a renda está cada vez mais concentrada. Muito dificilmente se conseguirá outro caminho que não seja o da busca do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade ampliada é importante para fundamentar a busca de estratégias que resolvam os problemas urbanos e associados a estas soluções que preservem as belezas cênicas da natureza e do patrimônio histórico e arquitetônico e que pode ser considerada útil para os interesses do próprio capital imobiliário a longo prazo. Para que essas ações se concretizem, as desigualdades sociais devem ser encaradas como parte dos múltiplos fatores que interagem contra o patrimônio ecológico e arquitetônico das cidades.

## 2.7 Percepção em Áreas Verdes Urbanas

Nesta seção, são discutidas as principais percepções ou imagens dos parques urbanos. A percepção é um fator fundamental para a avaliação da relação do homem com o espaço onde ele vive e como ele visualiza o mundo externo. Não existem muitos estudos sobre a percepção de espaços verdes livres urbanos e a relação dos envolvidos no processo de criação e usos destes espaços.

A abordagem da percepção nesse estudo serve de base didática para a compreensão da relação que a população possui com o parque em estudo, a sensação de prazer e a escolha de uso do espaço em sua vida cotidiana como a formação de um imaginário, que leva as pessoas a escolher o Passeio Público para satisfação da necessidade de lazer e descanso. Ao visualizarmos a relação do homem com o seu meio ambiente urbano, os parques representam uma lembrança do seu passado, onde havia um contato maior com a paisagem natural.

Assim, segundo Tuan (1983), a cidade passa a ser percebida como um conjunto de imagens que se inter-relacionam, levando os indivíduos a formar um "esquema perceptivo" da paisagem urbana, de conhecimento (e reconhecimento) de sensações. Por razão da sua ampla escala e por nossos limites de apreensão, percebemos e assimilamos a cidade não como um todo, mas de forma fragmentada, estando todos os nossos sentidos, o odor, o tato, o paladar, a audição e a visão envolvidas nessa percepção, e a imagem resultante é composta de lembranças e significados.

*"O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado"* (Tuan, 1983, p.151).

Quando a ligação entre o cidadão e a sua cidade assume um caráter representativo, o espaço urbano recebe a conotação de lugar. Entende-se por lugar um espaço físico que adquire conotações afetivas para a sua sociedade (marcos referenciais), através da interação

do homem com o meio ambiente. O lugar pode ser constituído de dimensões fragmentadas do espaço e do tempo, isto é, ultrapassa os limites do tempo passado e do presente. Isto é o que caracteriza o lugar como sendo singular, pitoresco ou típico (Tuan, 1983), aplicado à paisagem, pois é um parâmetro de distinção de paisagens notáveis únicas e memoráveis.

Para Tuan (1983, p.153), contribuem para a idéia de lugar tanto os acontecimentos simples, que, com o tempo, se transformam em um sentimento profundo de lugar, quanto a permanência humana, pois "lugar é uma pausa no movimento".

As árvores são plantadas no *campus* para proporcionar mais sombra e para torná-lo mais verde, mais aprazível. Fazem parte do plano deliberado de criar o lugar. Ao ter somente algumas folhas, as árvores ainda não produzem um impacto estético. Entretanto, já podem proporcionar um local para encontros humanos afetuosos. Cada árvore nova é um lugar potencial para encontros, mas o seu uso não pode ser previsto, pois depende da ocasião e da imaginação (Tuan, 1983, p.157).

Para Jacques Le Goff (1992, p.536), tanto a concretização quanto a permanência de um monumento tem como característica a de "ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)".

Neste sentido, o monumento enquanto testemunho (ou documento histórico) de uma cultura não deixa de ser um registro do *imprinting* cultural de uma época, pois não é "qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força, que aí detinha o poder" (Le Goff, 1992, p.545).

Nas propriedades privadas, geralmente afastadas dos centros, eram valorizadas as composições paisagísticas por suas funções ambientais, além de serem consideradas objeto de deleite - os jardins de prazer. Já nas cidades a importância da presença do elemento arbóreo passa a ser ressaltada por profissionais e teóricos do urbanismo como fonte de prazer aos olhos e de promoção de melhor ordenamento e contraste da forma pura da arte com a forma livre da natureza. Além do seu papel psicológico e da sua função paisagística (composição no cenário urbano), a arborização constitui um componente importante na paisagem urbana. Não tanto isolada, mas sim quando agrupada dentro dos recintos urbanos- parques e jardins - proporciona qualidade de vida, quando resultante de uma conservação adequada, para os seus habitantes.

A percepção está intimamente relacionada com as paisagens, que se revelam diferentemente a cada observador, dependendo dos diferentes graus de percepção e interesse. Podem, com relação a cada observador, apresentarem-se fragmentadas. A paisagem que vemos deriva de uma dimensão maior e, dependendo da escala, torna-se, muitas vezes, difícil de se visualizar toda a sua amplitude com um único golpe de vista.

Compreender os campos da percepção não é tarefa fácil, envolve diversos campos de conhecimento, principalmente da psicologia social, mas também engloba o conhecimento científico, filosófico, teológico e da fisiologia humana. Para Kanashiro (2003.), ao relacionarmos os problemas humanos com o centro psicológico da motivação e as ações de conhecer, sentir e fazer são respostas presentes na inter-relação existente do homem com o meio ambiente.

Ao analisarmos o caso dos parques urbanos, quais seriam as sensações que o usuário experimenta ao caminhar pelo parque? O que o atrai para ir ao parque? O que ele sente quando está no parque? Que elementos trazem o sentido da permanência no interior do parque? Cheiros, sons, surpresas, símbolos, todos são captados pelos sentidos humanos e provocam várias sensações na relação entre o homem e o meio vivido.

Kanashiro (*op. cit.*) acrescenta que é cientificamente comprovado que os sentidos dos seres humanos, a visão, o olfato, a audição, o tato e o paladar, enquanto receptores sensoriais de mensagens do ambiente são igualmente transmissores de experiências emocionais. Sendo assim, como podemos permitir que as cidades sejam construídas e reconstruídas incorporando a riqueza das nossas vivências e experiências emocionais?

Segundo Tuan (1984), os órgãos sensoriais permitiriam aos seres humanos ter sentimentos intensos pelo espaço. Isto passa, então, a constituir-se em um amplo campo de pesquisa para aqueles que buscam estudar a questão da qualidade ambiental.

A percepção para Kanashiro é um processo ativo da mente, em que se é possível interpretar o mundo, sendo que há uma contribuição da inteligência no processo perceptivo, que é mediada pela motivação, pelos valores éticos, morais, interesses, julgamentos e expectativas daqueles que percebem. O estudo da percepção pode revelar as idéias ou imagens e as impressões que grupos possuem sobre algo, considerando que possuímos necessidades, valores, interesses e expectativas. É com esse entendimento sobre percepção que alguns autores delimitam as principais percepções ou imagens de parques urbanos, assumidas ao longo da sua história e evolução.

O estudo da percepção não possui uma única abordagem e nem um campo metodológico estruturado. O conhecimento das percepções como campo em descoberta pode determinar sentimentos, idéias, necessidades, expectativas e interpretação da sociedade sobre a realidade daqueles conjuntos de fatos e relações que a envolve. No caso deste ensaio, essa visão de percepção pode nos mostrar o imaginário que se formou em torno de parques urbanos.

A compartimentação destas imagens de parque como local de socialização, metáfora da natureza, espaço de conflitos, pode ser compartilhada socialmente pelo mesmo grupo. Por

exemplo, um grupo de moradores de uma mesma localidade pode ter essas imagens sobre um parque que, possivelmente, viesse a ser instalado próximo a suas residências (Silva, 2003).

O desejável seria que, com os estudos da percepção, conseguíssemos determinar a maior parte das imagens negativas sobre áreas percebidas e, com isso, trabalhar a implantação e criação de imagens e percepções positivas, enfatizando os benefícios sociais de tais espaços. O problema é que diferentes grupos sociais possuem imagens diferentes, por possuírem realidades diferentes e experimentarem sensações diferentes também e esse é um fator fundamental a ser considerado nos questionamentos acerca das percepções.

Determinados espaços podem significar muito para a população, em termos de prazer cotidiano, ou como refúgio permanente para a sua vida, ou, ainda, como uma extensão do significado e da riqueza do mundo, mas, existem outros fatores influenciando a imaginabilidade, como o significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo seu nome (Lynch, 1997). Segundo Silva (*op. cit.*), a visão de percepção pode nos mostrar o imaginário que se formou em torno dos parques urbanos.

Nesse sentido, Lynch (*op. cit.*) aponta algumas características físicas gerais que as conformações urbanas devem ter para que possam constituir um lugar qualificado: singularidade ou clareza da figura-plano de fundo; simplicidade da forma; continuidade de limites ou superfícies; predomínio de uma parte sobre as outras; clareza de junção, diferenciação direcional; alcance visual; consciência do movimento; séries temporais; nomes e significados.

Lynch (*op. cit.*) possui uma técnica chamada de “apreensão do uso do espaço urbano segundo o método da imagem mental”, que os usuários possuem sobre o espaço urbano. Com esta técnica, pode-se testar a hipótese da imaginabilidade e obter uma idéia aproximada da imagem pública da cidade. A imagem mental da cidade é, também, uma forma de inventariar o uso do espaço urbano e dos fragmento12 0 yTj12 0 0 12 140.77 298.21863 Tm 12 01 Tm(tras)Tjs12 (

forma, movimento ou polarização da luz, além de outros sentidos, como olfato, audição, tato, sinestesia, sentido da gravidade e, talvez, dos campos elétricos ou magnéticos (Lynch, 1997, p. 3).

Para Lynch (1997, p. 7), *“as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente”*.

Uma imagem ambiental pode ser subdividida em três componentes: identidade, estrutura e significado; porém, sempre se apresentam juntos. A identidade é o reconhecimento de um objeto e a sua diferenciação de outras coisas, o seu reconhecimento enquanto entidade separável e com o significado de individualidade. Também deve incluir a relação estrutural ou espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Sendo assim, o objeto deve ter algum significado prático ou emocional para o observador. Em último lugar, este objeto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional. Isto significa que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural Lynch (1997).

Segundo Lynch (1997), o papel ativo e a participação criativa do observador na percepção e desenvolvimento da imagem do mundo são fundamentais. Este deve ser capaz de transformar e ajustar essa imagem. Atualmente, vivemos um caos urbano e, mesmo assim, o que procuramos está longe de ser uma ordem definitiva, mas uma ordem aberta e contínua.

A esse respeito, Kanashiro (2003) observa que a cidade passou a ser entendida como um emaranhado de problemas de ordem técnica e funcional, esquecendo-se dos valores pessoais, históricos e culturais, além das dimensões sensorial e psicológica das comunidades, as quais passaram a ser tratadas, inclusive, com a designação de “usuários” ou de “moradores”.

Os estudos da percepção do ambiente urbano, em que as pessoas atribuem significados ao ambiente enquanto ferramentas para a renovação das cidades, intensificam-se em uma época em que a cidade passa a ser encarada como um cenário para a atração de capital, justificando uma preocupação com os seus aspectos visuais.

A busca da melhoria da qualidade de vida está relacionada com a maneira de organização das cidades, que, na atualidade, constitui um desafio, pois a criação de lugares portadores de símbolos, sensações, significados e vivência são, na maioria das vezes, inviabilizados pela idéia de eficiência, que enfatiza as questões funcionais em sobreposição aos demais valores.

Os lugares são estruturados por marcos referenciais formados pelos elementos centralizadores, que podem ser elementos construídos ou, por exemplo, grupos arbóreos. No caso da paisagem que identifica um determinado local, pode ser estruturada, segundo Lynch



(1997), pela legibilidade, onde os elementos da imagem são reconhecidos e organizados por meio de um padrão coerente.

A partir dos elementos é que a população, que frequenta o Passeio irá criar a planta mental do parque. Assim os marcos referenciais como veremos no capítulo do estudo de caso são: o portão principal, a fonte dos amores, os bancos, entre outros elementos construídos.

Para Tuan (1983), a paisagem urbana é percebida como um conjunto de imagens que se inter-relacionam. Esta idéia está ligada aos conceitos de memória e patrimônio arquitetônico, nos quais edificações representativas da história local das cidades compõem e definem a paisagem urbana que os habitantes percebem no seu cotidiano.

Nesse contexto, a dinâmica da configuração das paisagens urbanas pode ser espontânea, decorrente das necessidades da população em um determinado período de tempo e lugar, ou fazer parte de intervenções planejadas. Assim, a qualidade de vida pode ser desejada e alcançada, se for considerada no planejamento urbano, a necessidade de equilíbrio entre espaço construído e espaço livre público como os parques urbanos.

### 3 SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O presente capítulo trata das questões socioambientais que nas últimas décadas têm se caracterizado pela emergência de graves problemas em escala global, justificando a intensa mobilização dos diversos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, no sentido de rever os caminhos e valores assumidos pela sociedade moderna industrial.

Nesse contexto, aconteceram diversos encontros nos quais foram gerados inúmeros documentos, visando contribuir para a construção de uma nova ordem internacional que tenha como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, bem como uma sociedade mais justa e equitativa. Entre eles, destacam-se: o Relatório “Limites do Crescimento” do Clube de Roma (1971), a Conferência Mundial de Estocolmo - Suécia (1972), o Relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992) e Conferência Mundial Rio +10 em Joanesburgo (2002).

Como marco das discussões, o conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado no documento de 1987, também conhecido como “Relatório Brundland”. Dada a natureza inusitada deste novo conceito, que incorporava a dimensão socioambiental, ele trouxe à tona os diversos conflitos entre o interesse econômico e os limites de suporte dos sistemas sociais e naturais. Contudo, o relatório não apresentou um planejamento das ações que levariam ao desenvolvimento sustentável, apontou caminhos propondo a adoção de estratégias que permitissem às nações substituírem os atuais modelos de desenvolvimento.

Evoluindo no sentido de ajustar as diversas perceptégias -0.00011 Tw 12 3essratd763.0881a Tw

serviços públicos insuficientes também dão a sua participação negativa, assim como a desigualdade de distribuição de equipamentos urbanos e comunitários, padrões inadequados de uso do solo, falta de áreas verdes, entre outras.

Dessa forma, discutir-se a aplicação de planos em prol do desenvolvimento sustentável, passa necessariamente por focar a problemática das cidades. Conforme Ultramari (1998), o fato das origens das idéias de desenvolvimento sustentável estar ligada a uma agenda dita "verde" ou ao desejo de idealização do meio rural, como solução dos problemas das metrópoles através da simples possibilidade de redução demográfica urbana, explica, em parte, a dificuldade de se assimilar esse conceito nas cidades. A Agenda Verde passa a ser o termo adotado para o conjunto de temas a serem considerados na gestão de áreas protegidas, conservação da biodiversidade e recursos genéticos.

A maioria dos estudos produzidos sobre o tema ambiental no começo dos anos 1970 tratava as cidades de modo secundário. Dessa maneira, as questões ambientais aplicadas nas áreas urbanas demoraram a surgir. Nos Estados Unidos, induziam uma tendência de "retorno à natureza". No âmbito internacional, a preocupação de uso mais cuidadoso dos recursos naturais se estendeu às cidades conforme registra a Declaração de Cocoyoc, assinada no México, em 1974. Conforme convergências dos grupos de estudiosos, falar sobre a sustentabilidade urbana não quer dizer falar só de cidade. De fato, boa parte dos trabalhos elaborados envolve territórios urbanos diferenciados. Steinberger (2001) adota como referência o espaço urbano, pois:

*“Esse pode comportar territórios maiores ou menores que os limites da cidade. Maiores, quando o espaço urbano se espalha e se confunde com o regional ou com o rural e adquire limites geográfico-administrativo; menores, quando um espaço urbano se relaciona a um bairro, uma comunidade, um assentamento habitacional ou uma ‘tribo’. Por essa razão, sugere-se que o ‘mote’ da perseguida sustentabilidade não seja a cidade, mas sim o espaço urbano, entendido como resultante desse mosaico de territórios que está em constante mutação”* (Steinberger, p. 12).

Segundo Costa (2000), a noção de desenvolvimento urbano sustentável (ou de cidades sustentáveis) traz consigo alguns conflitos teóricos de difícil, porém não impossível, reconciliação, entre os quais se destacam:

- O conflito entre a trajetória da análise ambiental e da análise urbana que, originando-se em áreas do conhecimento diferentes, convergiram recentemente na proposta de desenvolvimento sustentável, com objetivos às vezes divergentes.
- O conflito entre formulações teóricas e propostas de intervenção, o que se tem traduzido no distanciamento entre análise social/urbana crítica e planejamento urbano.

Existe uma oposição entre os conceitos de urbano e de ambiental, nas formulações teóricas sobre sociedade e natureza, na regulação ambiental, nas políticas públicas e nos movimentos sociais, muitas vezes até nas tentativas de abordagem interdisciplinar da questão ambiental dentro (e fora) da Academia.

O campo dos estudos ambientais vem experimentando, simultaneamente, o alargamento de suas bases conceituais e a multiplicação da quantidade de estudos e áreas do conhecimento envolvidas. Em grande parte destes trabalhos, a dimensão espacial urbana das análises permanece subestimada, às vezes inexistente, ou ainda, em uma perspectiva mais radical, até mesmo negada como não-ambiental e não-natural.

O Iluminismo no século XVIII desmereceu a complexidade da natureza e admitiu o homem como senhor absoluto, dando lugar às teorias antropocêntricas. Negando esta condição, a Ecologia interpôs as teorias biocêntricas.

O determinismo ambiental, oriundo da Geografia, serviu de base para a definição de região natural. Dentro dessa mesma disciplina, nasceu, na década de 1920, a visão possibilista que colocava a natureza como fornecedora de possibilidades para o homem modificá-la. O homem com a sua cultura criava paisagens e gêneros de vida peculiares, fazendo surgir o conceito de região geográfica ou região-paisagem.

A Sociologia produziu uma linha que considerava a cidade como obra da natureza humana e como habitat natural da sociedade civilizada, com modo de vida baseado em uma ordem ecológica. Da Economia decorreram as teorias que consideravam a natureza como recurso a ser explorado e que não apresentava custos. O Urbanismo pouco considerou as relações entre a arquitetura e o meio ambiente, privilegiando a estética da arquitetura moderna.

Todos os aportes teóricos citados têm como pano de fundo a discussão das formas de apropriação da natureza pelo homem, derivando alguns mitos: limites da natureza; equilíbrio ecossistêmico; capacidade de o homem modelar a natureza; tecnologia regeneradora da natureza. Dessa forma, Steinberger (2001) considera que esses pressupostos teóricos geram oposição entre meio ambiente e urbano, engessando o espaço urbano à idéia de uma insustentabilidade permanente.

Devido à forte ligação dos organismos urbanos com o homem, é necessário um envolvimento mais efetivo das ciências naturais com as sociais para integrar os conceitos ecológicos ao processo de gestão urbana. Para haver estas integrações, são necessárias mais pesquisas sobre quais são e como se organizam os processos ecológicos que agem nos ecossistemas urbanos.

A Agenda 21 Brasileira – Cidades Sustentáveis (2000) destaca que a sustentabilidade não é um estado, mas um processo e, como tal, podemos entender como alentadoras as pequenas experiências (*good practices*). A afirmação de duas noções-chaves: sustentabilidade ampliada – encontro político da Agenda Ambiental e Agenda Social e da sustentabilidade como um processo. Um outro aspecto conspira favoravelmente para o sucesso desse processo, a sustentabilidade progressiva através de uma Agenda de Transição.

Foi a partir do diálogo surgido após a Rio-92 que a noção de sustentabilidade ampliada se firmou com a integração da Agenda Ambiental e da Agenda Social, enunciando a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais.

Essas dimensões, que complementam a dimensão econômica, acabam por torná-la mais complexa. As diversas dimensões aparecem, por vezes, isoladamente, em outra forma conjugada nas várias dinâmicas que informam o processo de construção do desenvolvimento sustentável (Guimarães, 1997 apud Agenda 21 Brasileira-Cidades Sustentáveis, 2000), ao nomeá-las de dinâmicas socioambientais, concebe-as como complementares e destaca as principais como sendo a sustentabilidade ecológica que tem como objetivos a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas. A sustentabilidade ambiental está relacionada com a capacidade de suporte dos ecossistemas associados. Pode-se considerar que essas duas dinâmicas constituem a chamada sustentabilidade ecológica (Guimarães, *op. cit.* ).

A sustentabilidade demográfica revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e da sua base de recursos. A sustentabilidade cultural visa manter a diversidade de culturas, valores e práticas existentes no planeta, no país e/ou em uma região e que integram ao longo do tempo as identidades dos povos. A sustentabilidade social objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e a reduzir os níveis de exclusão social por meio de políticas de justiça redistributiva (Guimarães, *op. cit.* ).

A sustentabilidade política está relacionada com a construção da cidadania plena dos indivíduos por meio do fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e de implementação das políticas públicas em escala global, diz respeito, ainda, ao governo e à governabilidade nas escalas local, nacional e global. A sustentabilidade institucional - necessidade de criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições cujo desenho e aparato já levam em conta critérios de sustentabilidade.

A observação da relação acima nos mostra que a dimensão econômica perde o seu absolutismo, o que depreende do esforço dos diversos autores na teorização do conceito de desenvolvimento sustentável. (Ministério do Meio Ambiente, Agenda 21 Brasileira-Cidades Sustentáveis, 2000).

A prática de “deseconomizar” o termo desenvolvimento sustentável e de “ambientalizar” os demais conceitos, com uma intensidade e frequência cada vez maiores, demonstra que a sustentabilidade ampliada é uma noção que se credencia cada vez mais a operar na realidade. No meio urbano, onde está inserida a temática dos parques urbanos, a indissociabilidade entre o ambiental e o social é fundamental para um planejamento adequado à realidade da população.

A resolução dos problemas dos espaços urbanos, dentro da perspectiva da sustentabilidade progressiva, passa, primordialmente, pela construção de uma agenda específica, voltada para o próprio espaço urbano. Para concepção de tal agenda, é preciso que estejam definidas algumas premissas básicas, conforme discrimina a Agenda 21 Brasileira – Cidades Sustentáveis: Crescer sem destruir implica no crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano.

A indissociabilidade da problemática ambiental e social é a premissa que está intimamente ligada aos problemas das cidades, exige que se combinem dinâmicas de promoção social com as dinâmicas de redução dos impactos ambientais no espaço urbano.

O diálogo entre a Agenda 21 brasileira e as atuais opções de desenvolvimento representam a premissa, em que a sustentabilidade urbana deve inserir-se no contexto efetivo da conjuntura nacional e influenciar nas opções de desenvolvimento do país. A especificidade do ambiente urbano determina que a sustentabilidade urbana dependa basicamente do cumprimento da chamada Agenda Marrom.

A Agenda Marrom é o termo usado para o conjunto de temas a serem considerados na gestão do ambiente urbano, abrangendo aspectos como poluição atmosférica, saneamento, gerenciamento de resíduos domésticos e industriais, sistema de áreas verdes, planejamento da ocupação e uso do solo urbano, entre outros fatores que devem ser considerados na busca da sustentabilidade urbana.

As premissas são compostas ainda pela inovação e disseminação das boas práticas, pelo fortalecimento da democracia, reconhecendo que sem democracia não há sustentabilidade, devendo-se fortalecer os mecanismos de gestão democrática das cidades e o desenvolvimento da cidadania ativa, pela gestão integrada e participativa, com foco na ação local.

Quatro estratégias de sustentabilidade, identificadas como prioritárias, foram propostas para as cidades brasileiras pelo documento Cidades Sustentáveis:

1º Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território.

2º Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.

3º Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade.

4º Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Nesse sentido, as práticas sociais comprometidas com a qualidade de vida precisam tanto do fortalecimento dos órgãos locais de governo, como da gestão participativa e da implementação de políticas públicas que se comprometam primordialmente a reduzir os níveis de exclusão social. Este é o objetivo das dinâmicas socioambientais que informam o processo de construção do desenvolvimento sustentável.

Para se promover a melhoria da qualidade de vida, seria interessante pesquisar o que as pessoas sonham ou desejam. No que se refere ao meio urbano, o convívio ameno dos cidadãos com outros seres vivos, tais como os vegetais e animais que fazem parte das florestas urbanas, geram benefícios coletivos e ajudam a socializar os espaços livres.

A identificação dos microespaços que são de uso público e coletivo, especificamente dos parques urbanos, é muito importante, pois possibilita a implementação de medidas contra a estratificação espacial, repercutindo na luta contra a desigualdade socioeconômica, como também para salientar a necessidade de políticas conservacionistas.

Nesse contexto, os parques da nossa cidade guardam a memória das políticas e do desenvolvimento local, mesmo que este desenvolvimento tenha deixado um saldo ambiental negativo como o aterro de lagoas costeiras e a destruição de manguezais, intervenções características na ocupação da cidade do Rio de Janeiro. No passado recente do Brasil, a principal ameaça às áreas verdes, ou seja, os parques e jardins estavam relacionados com os planos urbanísticos de disposição viária que ameaçavam a sua existência parcial ou total.

Ao percorrer a Agenda 21, o Documento Cidades Sustentáveis e, a integração da Agenda Ambiental e da Agenda Social através da Sustentabilidade Ampliada são observadas que, na concepção dos planejadores urbanos, as áreas verdes são incluídas nos índices de qualidade de vida considerando, principalmente, as proporções de áreas verdes por habitantes e/ou áreas amenas urbanas *per capita* e a distância média das moradias a essas áreas.

A avaliação do significado artístico e estético, sua importância para identidade local, para imagem da cidade e para os inúmeros efeitos socioambientais, não são percebidos ou considerados com a devida importância. A integração dos múltiplos fatores que agem positivamente nas áreas verdes é que proporciona a melhoria da qualidade de vida.

### 3.1 Qualidade de Vida

A preocupação com a melhoria da qualidade de vida ocupa, cada vez mais, a atenção de representantes de governos e da sociedade civil mundial e está fortemente vinculada à questão ambiental. Em última análise, é o conceito central da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável.

O propósito desta seção é explorar e buscar fundamentos para o uso do conceito de qualidade de vida para tentar articular e integrar o conceito aos parques urbanos, as suas funções e efeitos. Trata-se de uma questão relativamente recente nas Ciências Sociais e ainda escassos entre nós brasileiros. A qualidade de vida é um dos itens do elenco dos direitos e deveres de cidadania.

A sociedade deve garantir aos indivíduos as necessidades básicas que permitam e propiciem a possibilidade das pessoas alcançarem os fatores de qualidade de vida. Entre essas necessidades destacam-se a alimentação de subsistência, habitação, segurança, renda mínima, educação que lhe permita ser um cidadão e oferecer condições para manutenção da saúde física e mental. Será após o atendimento das necessidades básicas, ou seja, dos direitos básicos, que iniciará a demanda pela qualidade de vida. Essas demandas são infinitas, pois não deve haver limite para o desejo de melhorar a qualidade de vida do cidadão (Wilheim, 2000).

Mas o que seria exatamente qualidade de vida e qual seria o grau de prioridade desta discussão em um país como o Brasil. Para Herculano (2000), a avaliação e mensuração da qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas: 1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade eletiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades; 2) uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados.

A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para serem felizes, oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes. Segundo Wilheim (*op. cit.*), os fatores de qualidade de vida podem ser agrupados para fins didáticos, em duas grandes categorias, os físico/fisiológicos e os sócio/psicológicos ou culturais.

Estas duas categorias são bastante abrangentes, e a qualidade de vida vem a ser a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar as suas potencialidades.



Para Wilhelm (2000) existem alguns fatores de qualidade de vida, como sentir-se saudável, orientação sensorial, moral, satisfação estética, orientação no espaço, despoluição e limpeza, prazer e conforto. Acrescenta que determinados fatores são influenciados decisivamente pela paisagem urbana.

Wilhelm (*op. cit.*) propõem a influência da paisagem nos seguintes fatores de qualidade de vida: a recuperação intrapsíquica, importante para uma pessoa sentir-se saudável; o prazer intelectual, o conforto propiciado por um ambiente despoluído, limpo e ordenado, o silêncio necessário à recuperação intrapsíquica, a noção de espaço público disponível, a visualização do equipamento coletivo, as condições de segurança propiciadas por espaço que garanta a integridade física, a orientação no espaço urbano, a liberdade de opções na movimentação urbana e a liberdade de opções propiciada pela informação.

Nesse contexto, a paisagem exerce uma influência marcante na vida das pessoas, ao ponto de melhorar a qualidade de vida quando as paisagens são tratadas, em especial a dos espaços públicos. Isso estimula a mobilização dos cidadãos a favor da cidade. A paisagem urbana pode, ainda, ser analisada pelo direito, pois trata-se de um bem de domínio público, de desfrute e uso comum, configura-se como um direito difuso e coletivo.

Com o crescimento populacional das cidades, depara-se com um planejamento urbano onde a valorização da vegetação, como um todo, não tem sido considerada pela sua grande importância que desempenha na melhoria das condições de vida nos centros urbanos, ficando muitas das vezes em segundo plano.

O clima urbano difere consideravelmente do ambiente natural. A amplitude térmica, o regime pluviométrico, o balanço hídrico, a umidade do ar, a ocorrência de geadas, granizos e vendavais precisam ser considerados.

Os solos, por sua vez, responsáveis pelo suporte físico das árvores e pelo substrato nutritivo do qual depende o seu desenvolvimento, apresentam-se compactados nas cidades devido ao grande número de pavimentações que não permitem o escoamento das águas. Resíduos sólidos, despejos residenciais e industriais poluem e comprometem o solo urbano.

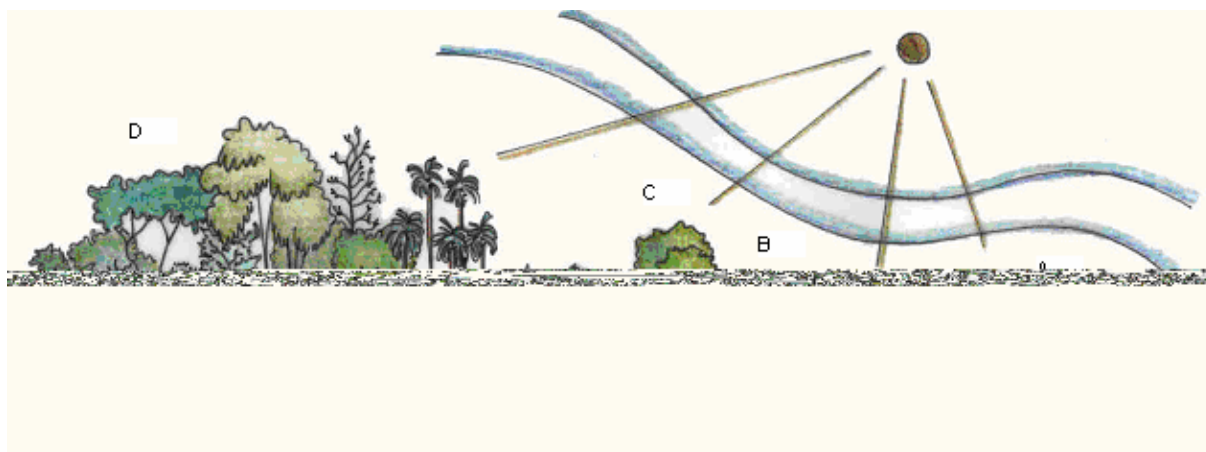
Quanto à qualidade do ar, esta fica comprometida pela combustão de veículos automotores e pela emissão de poluentes advindos de atividades industriais.

Além da função paisagística, a arborização urbana proporciona benefícios à população como:

- 1) Proteção contra ventos.
- 2) Diminuição da poluição sonora.
- 3) Absorção de parte dos raios solares.
- 4) Sombreamento. s

6) Absorção da poluição atmosférica, neutralizando os seus efeitos na população.

A presença das árvores faz com que a radiação solar seja filtrada, como demonstrado na figura 3.1. e, com isso, melhora o refrigério do recinto. A influência da vegetação na temperatura depende da idade das árvores, da densidade foliar, do tipo de folha e da disposição da cobertura vegetal. Estas interações relacionam-se com o controle da radiação solar, do vento e da umidade do ar.



Legenda:

1-Árvores frutíferas, cítricas e trepadeiras.

2-Árvores de Plátano, Magnólia e jacarandás.

3-Palmeiras, Ciprestes e Cedros.

A - Árvore isolada

B - Árvore em grupo homogêneo de alturas variadas

C - Árvore em grupo homogêneo de alturas variadas

D - Árvore em grupo heterogêneo de alturas

**Figura 3.1** Níveis crescentes de proteção que funcionam como filtros da radiação solar.

**Fonte:** Andrade - 2004

A influência da vegetação na temperatura do ar está relacionada com o controle da radiação solar, do vento e da umidade do ar. A umidade do ar dos recintos urbanos está relacionada com a evapotranspiração. Esse efeito dependerá do albedo, morfologia e rugosidade. As maiores variações da umidade relativa do ar sob os grupamentos arbóreos ocorrem no verão (10% UR), enquanto na primavera notam-se as menores diferenças (3% UR). A incidência do vento sob os grupamentos é a responsável pela redução dessas diferenças de temperatura e umidade relativa entre as áreas sombreadas e ensolaradas (Mascaró, 1996).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Deve-se distinguir o macroclima e o mesoclima do microclima. O macroclima descreve o clima geral de uma determinada região. Já o mesoclima informa as modificações do macroclima provocadas pela topografia local, a concentração da vegetação ou o movimento de massas de água (Mascaró, 1996).

A tabela 3.1 demonstra o organograma dos principais benefícios das áreas verdes urbanas (FUNDAÇÃO CIDE, 2004).

<b>Organograma dos Principais Benefícios das Áreas Verdes Urbanas</b>				
<b>Fatores Urbanos</b>	<b>Principais Formas de Degradação</b>		<b>Principais Benefícios das Áreas Verdes Urbanas</b>	
<b>Físico</b>	Clima/ar	Alterações micro-climáticas.	Deterioração da qualidade do ar Poluição Sonora.	Conforto micro-climático. Controle da poluição atmosférica Controle da poluição sonora.
	Água	Alterações da quantidade de água.	Deterioração da qualidade hídrica.	Regularização hídrica Controle da poluição hídrica.
	Solo/subsolo	Alterações físicas do solo.	Alterações químicas e biológicas do solo.	Estabilidade do solo Controle da poluição edáfica.
<b>Biológico</b>	Flora	Redução da cobertura vegetal.	Redução da biodiversidade.	Controle da redução da biodiversidade.
	Fauna	Proliferação de vetores.	Destruição de habitats naturais.	Controle de vetores.
<b>Territorial</b>	Uso/ocupação do solo	Desconforto ambiental das edificações. Poluição visual.	Alterações micro climáticas.	Conforto ambiental nas edificações. Controle da poluição visual.
	Infra-estrutura/serviços	Dificuldades no deslocamento. Aumento da necessidade de saneamento. Redução da sociabilidade	Desperdício de energia.	Racionalização do transporte. Saneamento ambiental. Conservação de energia.
<b>Social</b>	Demografia Equipamentos e serviços sociais.	Concentração populacional.	Crescimento das necessidades sociais.	Conscientização ambiental. Atendimento das necessidades sociais.
<b>Econômico</b>	Setores produtivos Renda/Ocupação	Valor e desvalorização da atividade/propriedade Concentração de pobreza e desemprego.	X	Valorização das atividades e propriedades Amenizações dos bolsões da pobreza.
<b>Instituição</b>	Setor Público. Instrumentos Normativos.	Redução da capacidade de gestão urbana. Instrumental insuficiente.	X	Apoio à capacidade de gestão urbana. Instrumento de regulamentação específica.

Fonte: Fundação CIDE - 2004

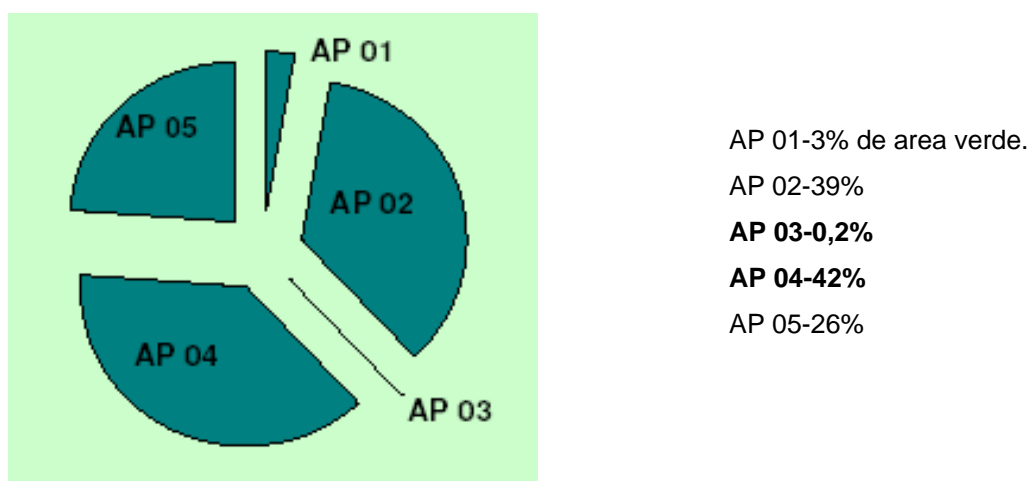
A distribuição e proporção de áreas verdes para a população urbana vêm sendo agregada aos demais itens hoje mensurados na qualidade de vida e os seus indicadores. A sustentabilidade e seus indicadores são pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao propor a inclusão das proporções de áreas verdes para população urbana, devem-se considerar, também, alguns pontos de qualidade de vida, como qualidade habitacional, educacional, de saúde, de transportes coletivos, qualidade ambiental não urbana, níveis de acidificação e de contaminação, qualidade ambiental urbana, entre outros. E até que ponto os itens; moradia, trabalho e natureza seriam predominantemente significantes e como poderiam ser atribuídos valores aos itens, ou seja, como seriam valorados (Herculano, 2000).

Para Nucci (2001), o Índice de Áreas Verdes é uma questão que tem sido muito discutida quando se trata de vegetação urbana. Porém, existe certa confusão ao se tentar estabelecer índices de áreas verdes em metros quadrados por habitantes.

No caso do Município do Rio de Janeiro, onde a superfície é de 125 mil hectares e somente 37% do território municipal é ocupado por aproximadamente 6 milhões de habitantes, deve-se ter muito cuidado para se estabelecer índices de áreas verdes. A zona urbana encontra-se densamente ocupada por ruas, edifícios, casas, fábricas, entre outros elementos construídos, apresenta uma área verde muito mal distribuída segundo dados estatísticos.

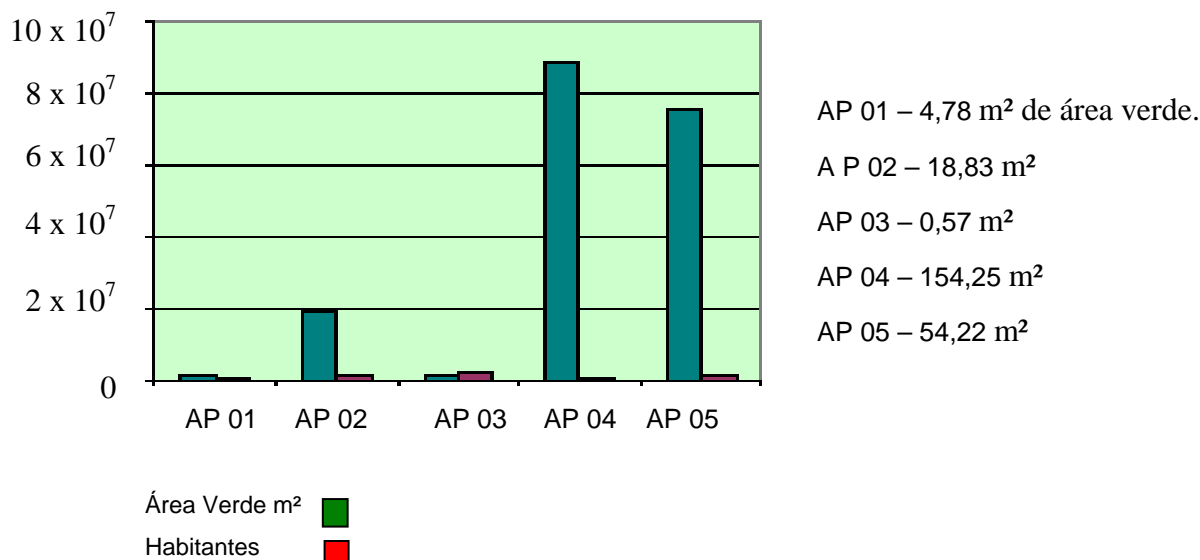
Segundo dados do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, no período de 1993-1994, o Município do Rio de Janeiro encontrava-se com a seguinte distribuição de áreas verdes por Áreas de Planejamento (AP), como demonstra o gráfico da Figura 3.2. A divisão da cidade em áreas de planejamento (AP' s) encontra-se indicada no mapa do anexo 2.



**Figura 3.2.** Gráfico de distribuição da porcentagem de áreas verdes por área de planejamento no Município-RJ.

**Fonte:** Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro (1993-1994)

Segundo dados do IBGE (1996), o Município do Rio de Janeiro encontrava-se com a seguinte distribuição de área verde em média de (m<sup>2</sup>) por habitante, como demonstra o gráfico da Figura 3.3.



**Figura 3.3.** Gráfico de distribuição de área verde média/habitante em m<sup>2</sup>.

**Fonte:** IBGE – Arquivos de Microdados da Contagem da População (1996).

Os gráficos demonstram que as áreas que possuem os maiores índices de áreas verdes são aquelas onde se encontram unidades de conservação, sendo que estas áreas estão longe do aglomerado da população urbana<sup>2</sup>. As áreas verdes que existem na zona de adensamento urbano do Município estão localizadas em praças e parques públicos. Estas áreas com alguns parques localizados em áreas de difícil acesso perfazem o total de áreas verdes públicas.

No Brasil, está difundido o índice proposto pela ONU de 12 m<sup>2</sup> de área verde/habitante. Acreditando-se que a OMS, ou a FAO, consideraria ideal que cada cidade dispusesse este mesmo índice. Já na Alemanha, este índice não é reconhecido (Cavaleiro e Del Pichia, 1992).

Segundo Nucci (2001), a falta de definição clara do termo “áreas verdes” e seus correlatos podem levar a falsas interpretações e a um uso político não muito correto, por planejadores mal intencionados. Acrescenta, ainda, que, na realidade, as metodologias utilizadas para medir estes índices ainda requerem estudos mais aprofundados e a definição de critérios mais claros. Portanto, não existem no Brasil recomendações para o sistema de áreas verdes no tocante mínimo de m<sup>2</sup>/habitante, tamanho mínimo, raio de influência, posição, faixas etárias, o tipo de uso, entre outros, como em alguns países.

<sup>2</sup> Ver mapa no anexo 2 (AP' s).

Esse índice de áreas verdes proposto pela ONU não apresenta uma metodologia adequada à realidade da Cidade do Rio de Janeiro, pois os componentes considerados na avaliação, não valorizam as particularidades e a importância local de cada área e os efeitos microclimáticos, por exemplo. Além disso, muito mais importante que a quantidade é a distribuição destas áreas nos diversos bairros da cidade e suas funções sociais dentro do perímetro urbano. Como observamos no gráfico de distribuição da porcentagem de áreas verdes por área de planejamento no Município do Rio de Janeiro, que a distribuição não é equitativa e, a cidade apresenta áreas de planejamento mais favorecidas do que outras.

### **3.2 Propostas para um Índice de Qualidade de Vida**

Criar indicadores deve ser visto como parte de um esforço para redefinir poder, desafiando a forma pela qual o poder é usualmente retratado e arquitetando políticas operacionalizáveis baseadas em concepções alternativas de poder.

Na atualidade, existem vários indicadores mundiais e nacionais, como os da ONU, o Mapa da Fome do Ministério do Planejamento-IPEA (1993), dados do DIEESE e da OTT. Os indicadores constituem informações condensadas, simplificadas, quantificadas, que facilitam a comunicação, comparações e o processo de decisão. Além disso, possui a nobre função de espelhar a forma e as direções que toma as coisas que envolvem a coletividade e o bem comum.

Segundo Herculano (2000), quem estuda a temática do desenvolvimento já conhece bem o debate sobre a ineficácia dos indicadores tradicionalmente usados na tentativa de mensurá-los, sendo a maior crítica a que aponta a ineficácia de se quantificar o PIB *per capita* sem se ter o pulso da real distribuição de renda. A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada.

No final da década de 1980 os indicadores ambientais começaram

*políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades. Assim, mensurar qualidade de vida implicaria mensurar”:*

- 1) Níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento.*
- 2) Canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos.*
- 3) Mecanismos de acesso à produção (financiamentos).*
- 4) Mecanismos de acessibilidade ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos - água, luz, saneamento etc.).*
- 5) Canais democratizados de comunicação e de informação.*
- 6) Proporção de áreas verdes para a população urbana; proporção de áreas de biodiversidade protegidas.*
- 7) Organismos governamentais e não governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida (volume de recursos financeiros e de pessoal alocados para as políticas socioambientais)”.*

Dentro do elenco de itens sugeridos por Herculano (2000), nos interessa em especial o item 6 que aborda diretamente a temática das áreas verdes. Ao associar a proporção de áreas verdes para a população urbana com o indicador ambiental que trata do suporte da vida humana, observa-se que ambos visam medir a qualidade ambiental urbana. Nesse caso, pode-se destacar alguns pontos indicativos, que, além das áreas verdes e/ou áreas amenas urbanas *per capita*, considera a distância média das moradias a essas áreas.

No caso dos parques localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro, que são também, o centro cultural e financeiro da cidade, é relevante mensurar a distância média dos locais de trabalho a essas áreas, que, na maioria das vezes, não passa de um quarteirão urbano. O acesso fácil e rápido aos parques da cidade sugere que nos horários de descanso a população procure estes espaços para repor as energias e ter um contato prazeroso com a natureza.

Além dos itens mensuráveis, destacam-se alguns pontos de qualidade de vida, onde se incluem a qualidade habitacional, educacional, de saúde, diversidade e horizontalidade na comunicação social, qualidade do transporte coletivo, qualidade ambiental urbana e não urbana: níveis de acidificação e de contaminação, qualidade, pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão coletiva e, até que ponto os itens moradia, trabalho e natureza seriam predominantemente significantes e valorados.

Desagregar os fatores, analisar e planejar com destaque no local passou a ser prioridade para o atendimento da Agenda 21, pois possibilita tomar medidas contra a estratificação espacial, o que repercutirá na luta contra a desigualdade socioeconômica. Indicadores econômicos, sociais e até mesmo ambientais, já existem isoladamente, falta, todavia, uma metodologia para agregá-los em um único índice, que poderia ser o IQV.

O interessante seria analisar em pesquisas futuras até que ponto os itens descritos para se mensurar a qualidade de vida seriam predominantemente significantes e valorados, avaliando os itens através de reuniões com as associações de moradores e lideranças locais. Cabe lembrar como já enfatizado, que o mesmo ocorre com os índices de área verde por habitantes que uma cidade deve possuir, para assegurar os níveis de sustentabilidade. É necessário, portanto se pensar em um modelo adequado que alcance equitativamente, todos os itens, além de considerar a distribuição e a qualidade das áreas verdes.

### **3.3 Bem-Estar Público**

A busca do desenvolvimento e do bem-estar, do ponto de vista ético, ambiental e de plenitude humana, está associada de forma integradora a um conjunto de indicadores que mensurem a um só tempo, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico. A busca da qualidade de vida através da soma deste conjunto de indicadores compõe um dos itens do elenco dos direitos e deveres de cidadania.

Para Herculano (2000), o consumismo desenfreado do mundo contemporâneo poderia estar relacionado com a percepção queixosa sobre a baixa qualidade da própria vida. Escravos do consumo, estaríamos condenados a querer mais, a economizar mais e, portanto, a não usufruir dos prazeres da vida e buscar a felicidade de forma mais simples.

A oportunidade de estar em contato com a natureza, em atividades de lazer ativo, passivo ou contemplativo faz a integração do homem com a natureza de forma harmônica. Essa necessidade de harmonia com a natureza pode ser mensurada e associada a certos princípios da vida em sociedade, como tempo para o lazer, oportunidades para uma vida profissional, atividades políticas (participação em associações que ajudam nas decisões e atividades coletivas).

Com o intuito de discutir a aplicação dos instrumentos legais voltados para a importância dos parques urbanos no bem-estar da população, verificou-se que, o Código Florestal (Lei nº 4771, de 15/09/1965) em seu artigo 2º, menciona em linhas gerais, como sendo:



*“área de preservação permanente as localizadas ao longo dos rios, ao redor de lagoas, reservatórios, nas nascentes, no topo dos morros, montes, montanhas e serras, nas encostas com declividade superior a 45°”.*

Observa-se que essa lei não pode ser aplicada nas áreas verdes mais urbanizadas da cidade. Todavia, o Código Florestal em seu artigo 3º afirma o seguinte:

*“(...) consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: (...) a assegurar condições de bem-estar público (alínea h)”*

Atualmente é difícil encontrar vegetação natural na cidade do Rio de Janeiro, que não esteja protegida por algum instrumento legal. O parágrafo único incluído no Código Florestal pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989, dispõe que:

*“No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere o artigo 2º”.*

As Áreas de Preservação Permanente *“são áreas protegidas nos termos dos Artigos 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.*

No âmbito do Município o grande impulso para proteção destas áreas se deu no final da década de 1980 e início de 1990, com a participação da sociedade organizada, reivindicando a proteção de diversas áreas, e com a promulgação da Lei Orgânica e da Lei do Plano Diretor e mais recente o Estatuto da Cidade.

Os parques da cidade do Rio de Janeiro são selecionados em categorias de áreas de Preservação Permanente APP, segundo critérios de importância e relevância para a cidade, podendo ter importância significativa em função do porte; importância paisagística; ecológica; histórica; associação à imagem da cidade; importância ou representatividade para o Bairro ou Área de Planejamento (AP's) em que estão situados.

Esta forma de interpretação dos instrumentos legais voltados para a preservação das florestas urbanas demonstra que a preocupação com as áreas verdes não se refere restritamente ao lazer e à disponibilidade de áreas para a recreação. O planejamento ambiental urbano considera as florestas existentes na cidade como áreas prioritárias para assegurar a diversidade biológica da vida silvestre urbana, amenizar a paisagem e assegurar condições de

bem-estar público. Esse assunto é muito polêmico, uma vez que, a legislação sobre florestas urbanas e arborização trata da valoração do elemento árvore nas cidades.

Nas cidades e, principalmente, nas grandes cidades, cada vez mais os habitantes sentem a necessidade do contato direto com os espaços livres, os parques urbanos, as praças, os jardins públicos entre outros, pois vivemos a maior parte da nossa vida nos espaços construídos, em casa, na escola, no trabalho, nos supermercados, nas ruas entre os edifícios, nos *shopping center* e, pior, no trânsito.

Os problemas urbanos e ambientais se entrelaçam de tal forma, que estudar as áreas verdes, em especial os parques, não excluem os problemas como a violência, a desigualdade social, a pobreza e, muito menos, as favelas, que avançam em direção aos espaços verdes e áreas que deveriam ser de preservação.

A parcela da população que não consegue sequer morar nas favelas busca abrigo nas calçadas, nas praças, nos parques, entre outros refúgios urbanos. Assim, as áreas verdes da cidade passam a não mais desempenhar a função de relacionamento social, devido ao afastamento da outra parcela da população, que por medo ou precaução deixa de frequentar o espaço.

## 4 ESTUDO DE CASO: O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

O tema deste capítulo é o estudo de caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Reconhecido como a obra-marco do início da evolução da história do paisagismo brasileiro e na organização de espaços livre públicos, o Passeio é oficialmente o primeiro parque urbano do país (Macedo & Sakata, 2003) e possui um dos Jardins Históricos mais importantes do Brasil, sendo considerado um dos poucos remanescentes no mundo em seu gênero.

O Passeio teve duas épocas distintas e bem separadas no tempo que podem ser caracterizadas como as suas duas fases mais importantes: A primeira é a fase da sua concepção original, quando foi concebido e executado no século XVIII, pelo mais importante artífice da cidade colonial do Rio de Janeiro, Mestre Valentim. A segunda é marcada pela reforma mais significativa executada no século XIX, a cargo do botânico francês Auguste François Marie Glaziou, que, em 1862, marcou definitivamente a mudança da linha projetual e do traçado original, passando a ser um autêntico jardim romântico inglês.

### 4.1 Localização da Área de Estudo

O Parque está localizado no Município do Rio de Janeiro e faz parte do Bairro do Centro da Cidade, compreendido na área da Lapa, Cinelândia e de parte da zona costeira da Baía de Guanabara, como demonstra a Figura 9. Encontra-se inserido no trecho localizado no limite do centro da Cidade em direção à zona sul. A área do parque está compreendida entre as ruas do Passeio, Rua Mestre Valentim e Rua Teixeira de Freitas. Apresenta proximidade com a Rua das Marrecas, Rua Senador Dantas, Rua Mestre Valentim e a Avenida Beira Mar.



**Figura 4.1.** Planta de parte do centro do RJ. No retângulo a cima, no ângulo superior esquerdo, encontra-se o Passeio Público.

**Fonte:** IPP - 2002

## 4.2 Descrição da Área de Estudo

O Passeio Público possui, atualmente, uma área total de 25.316 m<sup>2</sup>, com uma composição florística bastante diversificada, onde estão plantadas mais de oitenta espécies diferentes. Atualmente, o Parque apresenta a configuração do projeto executado por Glaziou, que preservou alguns elementos construídos do projeto de Valentim, destacando-se o chafariz, o portão principal, os dois obeliscos e a escadaria do antigo terraço à beira mar.

A paisagem local é formada por uma seqüência de espaços livres, os quais são destacados na Figura 4.2 e 4.3. Este cenário forma um mosaico heterogêneo de contrastes com os espaços construídos, que fazem parte da paisagem central, mantendo, ainda, uma forte relação paisagística com a Baía de Guanabara.



**Figura 4.2** Sistema de áreas verdes que envolvem; 1. Passeio Público, 2. Praça Paris, 3. Parque do Flamengo.  
**Fonte:** IPP – 2002.

Esta área é geograficamente complexa, por ter se desenvolvido com um suporte físico construído a partir de aterros que cobriram mangues, lagoas e enseadas, dentro do processo de evolução e expansão urbana da cidade. O Parque encontra-se, atualmente, cercado pelo ambiente construído e foi afastado da linha da costa pelos sucessivos aterros, principalmente as intervenções ocorridas no governo Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906.



**Figura 4.3.** Perspectiva do sistema de áreas verdes ao entorno do Passeio

**Fonte:** IPP - 2002

A ocupação da zona central da cidade, desde o século XVI, se deu graças ao aterro de pequenas lagoas e da zona de brejo existente. O Rio de Janeiro, nesta época, estava delimitado em um quadrilátero formado pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição. O morro do Castelo localizava-se enquadrado entre as Ruas Santa Luzia, Misericórdia, São José e Rio Branco, ocupando uma área de 18.000 m<sup>2</sup>. Na Figura 4.4, encontra-se a imagem simulada da topografia de parte do território da cidade em 1500. Em destaque, as lagoas, mangues e morros.



**Figura 4.4.** Imagem simulada da área central da Cidade do Rio de Janeiro em 1500.

**Fonte:** IPP - 2002

A cidade passou a se expandir para a várzea, procurando um acesso mais fácil e rápido para o litoral, a única via de comunicação com a metrópole, essencialmente a sua sobrevivência. A primeira rua aberta na cidade baixa, Rua Direita (Primeiro de Março), ligava o Castelo ao Morro São Bento e, por trás dela, havia a restinga, formada pela Lagoa do Boqueirão com seus alagadiços. As plantas da cidade no final do século XVII já apresentavam superfícies de aterro, do Largo do Paço ao Largo da Misericórdia (Abreu, 1997).

Os primeiros aterros, segundo o geógrafo Lamego (1964), foram executados na região do Largo da Misericórdia, “O mar antes, chegava a uns 20 metros do portal da igreja do Carmo. De 1670 a 1700, os aterros foram avançando na área que hoje engloba o Paço Municipal”.

Na figura 4.5, é apresentado o mapa da região central, no século XVIII (1769). Em destaque, a área urbanizada ao longo da Rua Direita (Primeiro de Março) e o Cais do Porto. À esquerda e acima, encontra-se assinalada a Lagoa do Boqueirão, limite da urbanização centro-sul.



**Figura 4.5.** Mapa da região central do Rio de Janeiro em 1769. A Lagoa do Boqueirão acima à esquerda.

Antiga Rua Direita destacada no quadrado do lado inferior da figura.

**Fonte:** IPP- 2002

“Todo o bairro central do Rio de Janeiro vai assim nascer desta ofensiva contra o pântano, a lagoa e contra o mar, por meio de aterros colossais que duram até nossos dias (...) vemos assim o carioca ampliar a cidade com uma liberdade aparentemente ilimitada para o seu traçado, mas que na realidade, submetendo-se a determinação dos meios geográficos” (Lamego, 1964, p. 149).

Ao longo de mais de 200 anos, os governadores e vice-reis, lutaram para que a cidade se expandisse sobre áreas pantanosas e lagoas. As duas maiores lagoas da área central eram a da Sentinela, entre os Morros de São Bento e da Conceição e a do Boqueirão, que tinham ligação com a baía e localizavam-se entre os Morros do Castelo e Santo Antônio que foram recebendo aterros até desaparecerem (Abreu, 1987).

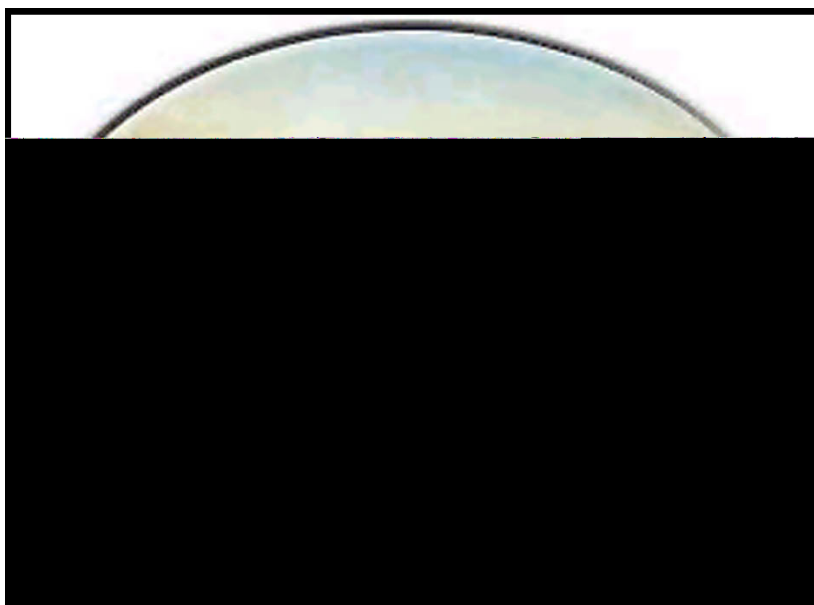
As lagoas da área central que foram aterradas além da Lagoa da Sentinela, que teve como escoadouro natural o Saco de São Diogo, cujo remanescente é o Canal do Mangue foram a Lagoa da Lampadosa, essa localizada na atual Praça Tiradentes e se estendia até o local do antigo Tesouro na Av. Passos; Lagoa da Pavuna, que se localizava atrás da Igreja do Rosário; Lagoa do Desterro, entre os Morros de Santo Antônio e Santa Tereza, próximo a Lagoa Carioca cujos manguezais se prolongavam até Botafogo e sobre eles foram construídas,

sobre aterros, as Ruas do Catete e Marques de Abrantes. A Lagoa de Santo Antônio começava no Largo da Carioca e se estendia até o local onde está construído o Teatro Municipal (Santucci, 2003).

### 4.3 Histórico do Parque

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi implantado sobre o aterro da lagoa do Boqueirão, como um melhoramento para a recém-transferida capital do vice-reino, que até o ano de 1763 possuía sua administração sediada na Bahia, na cidade de Salvador. O jardim destinava-se ao deleite do povo, que poderia usufruir do espaço para descanso e apreciação da paisagem marinha proporcionada pelo mirante ali instalado, além de desfrutar da sensação de arrefecimento causada pela vegetação (Macedo e Robba 2002).

Com a escolha da área para implantação do Passeio Público, predominou a necessidade de ser um local arejado, convidativo ao passeio e que se beneficiasse da brisa marítima vinda do sudoeste. No terreno escolhido, existia a Lagoa do Boqueirão da Ajuda ou Lagoa Grande (Figura 4.6), que foi aterrada com o material do desmonte de parte do Morro do Outeiro das Mangueiras, que se localizava na atual Rua das Marrecas e parte do Morro do Desterro.



**Figura 4.6.** Lagoa do Boqueirão da Ajuda e, no fundo, os arcos da carioca. Atual Passeio Público. Pintura a óleo atribuída a Leandro Joaquim (1780)

**Fonte:** site: <http://www.maispasseio.com.br> (2004).



A Lagoa do Boqueirão desaguava na Baía de Guanabara e era utilizada como local de despejo dos dejetos da população, sendo considerada uma lagoa insalubre, onde se acumulava a água da chuva que ali ficava estagnada, tinha um mal aspecto e a ela era atribuída a exalação de miasmas e foco de peste e epidemias de gripe e febre. Com o aterro da Lagoa, que era cercada pelo mar e pelos Morros do Castelo, Santo Antônio e das Mangueiras surgiu uma nova paisagem plana no centro da cidade, e foi a partir desta intervenção, que se deu o desenvolvimento da cidade em direção às áreas mais arejadas, no sentido da zona sul (Santucci, 2003).

O aterro da área alagadiça do Boqueirão da Ajuda proporcionou uma área de aproximadamente 20 hectares, possibilitando uma nova dinâmica morfológica, com o traçado das novas ruas como a das Belas Noites, atual Rua das Marrecas e do Passeio. A urbanização da região revelou a intenção de organização do espaço pelo vice-rei.

Segundo Macedo e Robba (2002), o Passeio Público do Rio de Janeiro teve a sua construção motivada por novas idéias que começavam a surgir na Europa, voltadas para o usufruto dos espaços ao ar livre que demonstrassem poder, principalmente por parte da burguesia mercantil européia em ascensão, que necessitava de um espaço extraterritorial dentro da cidade, onde pudesse exibir a sua riqueza e poder, porém diferente das *places royales* francesas e as *plazas mayores* espanholas, que eram destinadas às demonstrações de poder da nobreza.

Segundo Andrade (2004), na cidade do Rio de Janeiro, foi Mestre Valentim, o responsável pelo exemplar mais singular de sua época: o Passeio Público, inaugurado em 1783. Este teve sua própria história ligada ao desenvolvimento da cidade e a necessidade de áreas verdes, pois, embora o número de habitantes não fosse muito representativo, os limites físicos comprometiam o crescimento urbano.

Sua implantação teve início em 1779, sendo uma das obras realizadas no governo do vice-rei Dom Luis de Vasconcellos. Este governou durante dez anos (1779-1790) e muito realizou em benefício da cidade. Restaurar as finanças foi a grande preocupação desse vice-rei, que cuidou, também, de embelezar a cidade, calçando ruas, renovando o calçamento de outras, aterrando o charco do Boqueirão e fazendo surgir em seu lugar o Passeio Público. Foi o período das primeiras intervenções urbanas, implementadas pelo vice-rei de idéias iluministas.

Para Terra (2004), somente no final do século XVIII, é que, no Brasil, a tentativa de reaproximar-se do meio ambiente natural, organizando-o a partir de uma “ordem” e de um “princípio” humano, fará com que os jardins sejam adaptados às nossas particularidades, buscando estimular a nossa sensibilidade à paisagem. Essa preocupação, em paralelo ao

discurso higienista nascente, levará à integração dos elementos da flora no próprio traçado da cidade, como reação e ao mesmo tempo solução ao problema do adensamento urbano. É a concretização dos conceitos iluministas da razão, saúde e civilidade, uma vez que definem e disciplinam espacialmente a cidade.

A construção do Passeio Público sobre o aterro da Lagoa do Boqueirão e a do seu contraponto urbanístico, o Chafariz das Marrecas (projetado também por mestre Valentim), fora fundamental, na implantação do programa idealizado pelo vice-rei Dom Luis de Vasconcellos, que implementou um projeto surpreendente que foi o Plano Urbano, em que as prioridades do programa de governo eram o lazer e o embelezamento urbano, além do saneamento básico e do abastecimento de água

*“A crescente projeção política e econômica da cidade era acompanhada de uma nova imagem construída por obras financiadas por irmandades e Ordens Terceiras, enquanto a administração da Coroa proporcionava apenas algumas melhorias, como a construção de bicas e chafarizes”* (Andrade 2004, p. 56).

Andrade acrescenta que a criação do Passeio Público foi conseqüência do primeiro grande surto de racionalização urbana. As intervenções incluíam outras medidas, como o saneamento básico e o abastecimento d'água com as ampliação do número de bicas e chafarizes, objetivando adequar a cidade ao então moderno conceito iluminista de crença no progresso da civilização através da racionalização do homem sobre a natureza.

O vice-rei, Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, procurava seguir o modelo de reconstrução adotado em Lisboa. Após um terremoto que arrasou a cidade em 1755, o Marquês de Pombal ordenou um plano de urbanização que tinha como principais objetivos a aeração, iluminação, higienização, construção de diversas fontes e chafarizes, o lazer e o embelezamento. Construiu novos largos, praças, jardins, parques públicos e o alargamento e retificação das ruas, em uma proposta de integração da natureza à cidade.

O Parque concebido e implementado por Mestre Valentim da Fonseca e Silva, em 1783, é o mais emblemático projeto público de paisagismo no Brasil, criado para ser o primeiro espaço público de lazer da população do Brasil, mais precisamente de parte da população do Rio de Janeiro da época, pois era freqüentado pela aristocracia e, também, pela elite Burguesa (Gallerani, 2004). Foi o grande ponto de encontro da população carioca nos séculos XVIII e XIX.

Para Taulois (2003) a criação do Passeio Público como parte de um projeto urbano funcionou como um agente do desenvolvimento da cidade e introduziu a relação do carioca com o mar, abrindo o caminho para ocupação da zona sul da cidade. A ocupação da zona

costeira da cidade teve prosseguimento, não considerando os fatores ambientais característicos da região.

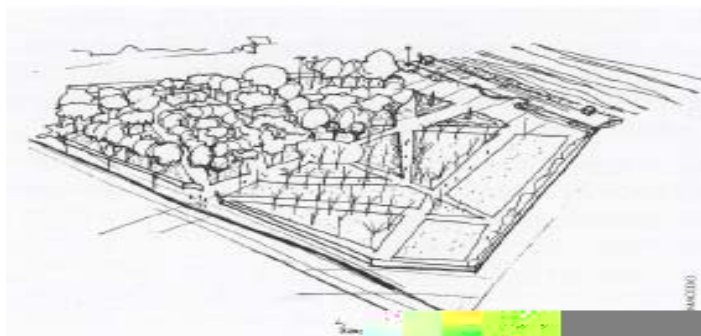
Nessa época, o Rio de Janeiro possuía o principal porto e era a capital do vice-reino. Segundo Gallerani (2004), a população da época era composta por “19 mil brancos, dentre os quais se destacavam a aristocracia, o clero e uma burguesia formada por funcionários públicos e comerciantes ricos e mais 23 mil mulatos e negros, libertos ou não, que dominavam os espaços públicos”.

Ao longo dos anos, a cidade ganha ares de capital barroca com uma vida mais amena e alguns requintes. A região que mais se transforma é da Lagoa do Boqueirão situada na atual área da Lapa e Cinelândia de onde parte o crescimento no caminho da zona sul.

Segundo Terra (2004), os registros da época mostram que o traçado do Passeio Público seguiu os modelos de um clássico jardim francês, copiados nos jardins da metrópole portuguesa do Palácio de Queluz e no Passeio Público de Valverde (1764). A idéia de perspectiva infinita, proporcionada pelo mar que chegava até seus limites, criava uma impressão de grandiosidade. Além disso, os canteiros e os caminhos retilíneos confirmavam sua majestosa aparência.

Taulois (2003) pesquisou plantas e fotografias de projetos de jardins europeus, buscando identificar quais teriam sido as possíveis fontes de inspiração para Valentim. Identificou que alguns jardins portugueses apresentavam semelhanças, como o jardim do Cerco, do Convento de Mafra, e o Jardim do Palácio dos Marquês da Fronteira, em Benfica, Lisboa.

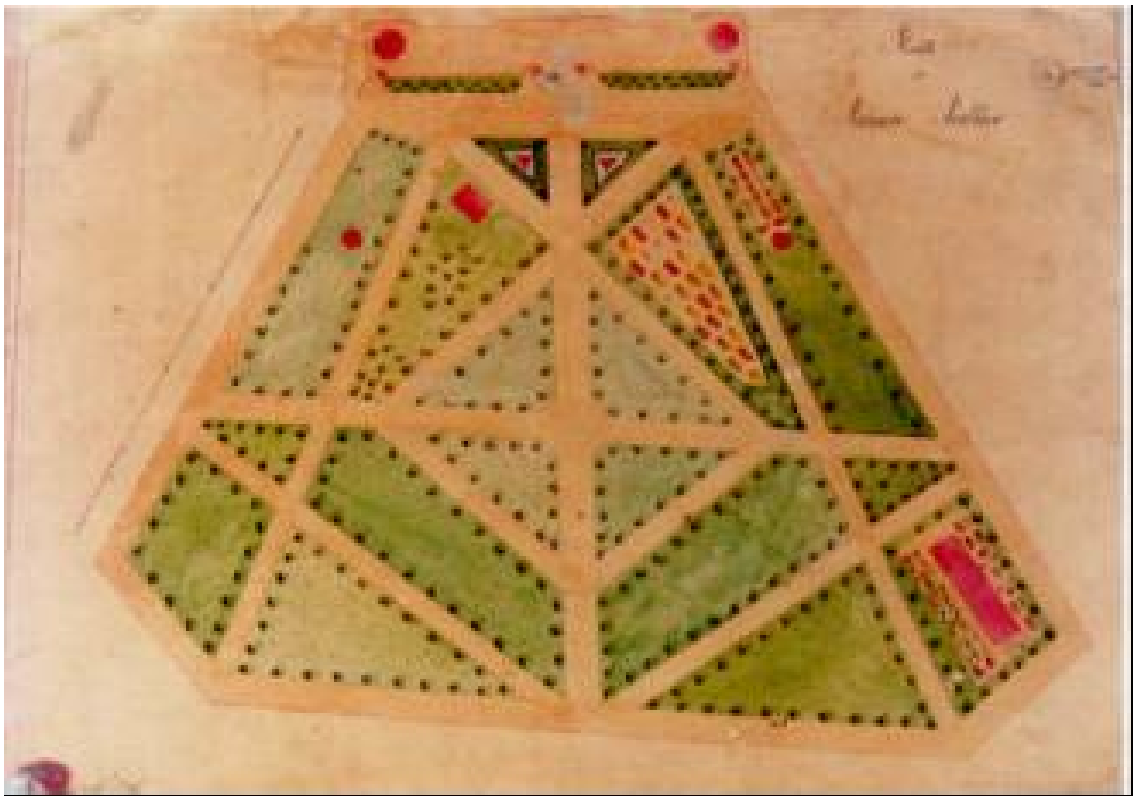
A conformação do Passeio Público do Rio de Janeiro estava voltada para o leste e tinha um traçado simétrico, cujo eixo central era formado por uma aléia que começava na entrada do portão e culminavam entre dois marcos do tipo pirâmides ao final do percurso. As aléias secundárias, plantadas com frondosas árvores, percorriam o jardim seguindo seu traçado e forçando o ponto de fuga a se abrir ao panorama da entrada da baía de Guanabara (Andrade, 2004, p. 57). A Figura 4.8 apresenta em perspectiva o projeto de Valentim.



**Figura 4.7.** O Passeio em perspectiva.

**Fonte:** Projeto Quapá - 2002

A figura 4.8 mostra uma pintura da época do projeto de Mestre Valentim.



**Figura 4.8** Pintura do projeto original do Passeio Público de Mestre Valentim.

**Fonte:** Terra-2000.

O Passeio era dividido em dez ladeadas de árvores, formando canteiros, que em alguns anos foram cercados com estacas de pau. Possuía um terraço com dois pavilhões quadrangulares: o da esquerda ornado com uma estátua de Mercúrio e o da direita, com uma estátua de Apolo, ambas em mármore. Destacava-se na composição a “fonte dos amores”, uma cascata ornamentada por pedras, arbustos, aves e pernaltas (garças) – cujos bicos gotejavam água. No conjunto erguia-se um coqueiro de ferro, pintado ao natural e com frutos, e na base viam-se dois jacarés, de bronze, entrelaçados, cujos papos jorravam água que caía em um tanque semicircular. Na frente da cascata elevavam-se, no centro, dois marcos de pirâmides triangulares de granito, tendo cada uma um esguicho que alimentava o lago. Ao lado das pirâmides existiam mesas e bancos de pedra sob caramanchões de jasmineiros da Índia. No jardim não existiam flores, apenas árvores que ladeavam as ruas e enchiam os canteiros. O jardim colonial era cercado por um muro, interrompido por janelas com grades de ferro, e o seu portão era fechado à noite, a fim de evitar a sua depredação. Após a sua inauguração, o Passeio Público passou a ser freqüentado pela elite carioca (Terra, 2000).

Pouco se conhece da vida de Valentim. Sabe-se que era filho de um fidalgo português, nascido presumivelmente entre 1740 e 1750, no Rio de Janeiro ou, mais provavelmente, na província de Minas Gerais, onde seu pai era contador de diamantes. Foi levado pelo pai para

Portugal, de onde regressou órfão, aqui aprendendo a arte de esculpir, em que se tornou famoso. Com a aptidão natural para as artes, aprendeu a fazer riscos e desenhos (Andrade, 2004).

Segundo Segawa (1996), o Passeio Público representou para a cidade do Rio de Janeiro o surgimento de lugares especificamente desenhados para a apreciação da paisagem marítima. Não é possível afirmar se foi essa a intenção original do seu projetista Mestre Valentim, mas ao ser implantado junto à praia, local limite onde se dá a jornada da terra para o mar, seu terraço tornou-se o primeiro belvedere da cidade (Figura 4.9), proporcionando à população, do final do século XVIII até início do século XX, um local para contemplar a paisagem, tendo a Baía de Guanabara como objeto de fruição estética.

**Figura 4.9.** Murada do terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro junto ao mar.

**Fonte:** site: <http://www.maispasseio.com.br> (2004).

Neste período, a percepção da paisagem marítima se consolidou como valor contemplativo. A morfologia da região passou por intervenções nos séculos seguintes, que provocaram um distanciamento progressivo do Passeio Público em relação ao mar. O afastamento da linha litorânea representou uma mudança na paisagem e a perda de uma condição espacial já consolidada.

#### **4.4 A Reforma Glaziou**

Em 1861, o parque passou por uma grande reforma no interior do jardim realizada pelo paisagista e botânico francês Auguste Françoise Marie Glaziou. Este arquiteto-paisagista, por seu mérito, foi nomeado o primeiro Diretor da Inspeção de Matas e Jardins. No Rio de Janeiro, projetou e construiu importantes áreas verdes, como o campo de Santana e a Quinta da Boa Vista, após ter reformado o Passeio Público (Terra, 2000).

É a alteração Glaziou de 1861, projetada e executada pelo importante paisagista francês, aclimatado nos trópicos e que exerceu considerável influência na história dos jardins no Brasil contemporâneo, da qual, com todo o reconhecimento, deve ser considerado o precursor. Apresentamos a pintura da planta do projeto de Glaziou na Figura 4.1.



**Figura 4.10.** Pintura do projeto da reforma Glaziou para o Passeio Público do Rio de Janeiro.

**Fonte:** Terra – 2000.

É uma nova concepção trazida por Glaziou que faz desaparecer o sistema de alamedas em linhas retas e de elementos organizados regular e uniformemente. A escolha correta das árvores e plantas, para os diversos recantos e a preocupação com sua colocação, são elementos constantes para a correta concepção final de seu espaço paisagístico urbano.

A reforma Glaziou introduziu novas espécies, destacam-se as figueiras como o *Ficus microcarpa*, *F. religiosa*, *F. doliaria*, *F. benjamina*, a Gameleira (*Ficus aff. holosericea*). O paisagista também apreciava as Myrtaceas e as Palmáceas, plantou a Pimenta-da-jamaica (*Pimenta officinalis*), o Baobá africano (*Adansônia digitata*) e o Mogno-africano (*Khaia sp.*)

Na planta elaborada por Glaziou, desaparece o grande eixo longitudinal, que é substituído por um gramado oval, que ocupa o centro da composição. Esse espaço central é preenchido, em suas bordas, por tufos de árvores e outras plantas de pequeno porte espalhadas em seu interior. O conjunto tem, ainda, um pequeno tanque com repuxo situado diretamente à frente do portão de entrada. Desse momento em diante, novas reformas são introduzidas,

alterando a sua feição original, passando de um jardim em estilo francês para adotar as características do jardim inglês (Terra, 2000).

As antigas alamedas retilíneas, agora transformadas em caminhos curvos, de variadas extensões e direções, surgem por todo o espaço, sendo complementadas por árvores em grupos ou separadas. As diversas avenidas e alamedas curvas multiplicam as *promenades*, tirando o máximo benefício possível do aproveitamento do jardim para a sua utilização como local de passeio. O estado atual do Passeio corresponde à reforma realizada, a partir de 1861, por Glaziou, reconhecido como a sua completa reforma. Desse momento em diante, novas reformas foram realizadas ao longo do tempo (Terra, 2000).

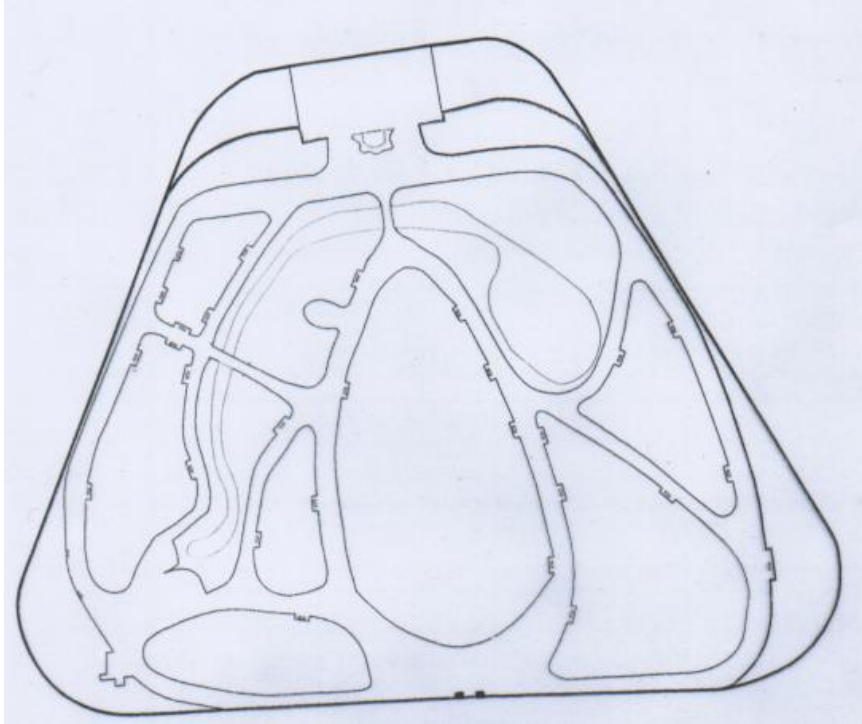
#### **4.5 O Passeio Público do Século XXI**

No Passeio Público temos, atualmente, o resultado da restauração de 2004, que buscou, principalmente, devolver as características originais da última reforma de Glaziou.. Na Figura 19 e 20 a seguir encontram-se a planta do parque e o croquis anterior à restauração de 2004.

A restauração do Passeio abrangeu a recuperação paisagística, serviço de drenagem do terreno e do leito do lago, recuperação das obras de arte de autoria de Mestre Valentim (chafarizes, pirâmides, portão principal), restauração de elementos instalados na reforma Glaziou (banco de argamassa, postes, estátuas, ponte de ferro), recuperação e reativação do lago, implantação de iluminação especial (até mesmo subaquática).

Foram executados trabalhos de arqueologia, tratamento fitossanitário, nivelamento do piso, os canteiros foram recuperados e restaurados. Os bancos e outros elementos mobiliários foram substituídos.

A estátua do Tritão retornou, assim como o medalhão de D. Maria I e o busto de Mestre Valentim. Realizou-se a substituição do gradil que cerca o parque com diminuição do espaçamento entre as hastes, e executou-se a abertura de novo portão nas proximidades da Rua Senador Dantas, entre outras ações.



**Figura 4.11.** Planta do Passeio Público do Rio de Janeiro anterior à restauração.

**Fonte:** Projeto de restauração 2004.



**Figura 4.12.** Croquis do Passeio Público do Rio de Janeiro.

**Fonte:** Projeto Quapá – 2002.



#### 4.6 Cronologia dos Fatos Históricos Relacionados com o Passeio Público

A pesquisa histórica possibilitou o resgate e a análise de alguns fatos. Podemos destacar o fato da não conservação por longos períodos, que acaba por onerar as despesas com reformas e restaurações que, muitas vezes, poderiam ter sido minimizadas ou, até mesmo, dispensadas. Esta constatação, que marcou o governo brasileiro e se repetiu ao longo dos anos, permite, ainda, o domínio do espaço pela desordem e favorece a depredação.

A pesquisa buscou resumir na Tabela 4.1 como se deu o processo histórico na vida do Parque, procurando respeitar uma ordem cronológica dos fatos históricos mais significantes ocorridos ao longo dos anos, que estariam, de alguma forma, relacionada com o Passeio Público.

**Tabela 4.1 Cronologia dos fatos históricos**

Data	Fatos Históricos
1779	O século XVIII marca o início da história do Passeio Público com a nomeação do vice-rei e Capitão General de Mar-e-Terra do Estado do Brasil no dia três de abril de 1779, o Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz de Vasconcellos e Souza por ordem de Dona Maria I, Rainha de Portugal.
1783	É admirável que, após quatro anos, as obras de construção do Passeio Público estivessem prontas com a sua abertura no ano de 1783.
1789	No final do século XVIII, assume o governo, D. José Luiz de Castro, Conde de Rezende. Desprezou completamente o Passeio, que entra em decadência pela primeira vez. Depois, D. Fernando José de Portugal que, pela segunda vez, esqueceu e abandonou o Passeio. Seu sucessor no vice-reinado do Brasil foi D. Marcos de Noronha de Brito, Conde dos Arcos, e pela terceira vez, nada foi feito para salvar o Parque entre os anos de 1790-1801.
1813	Mestre Valentim veio a falecer.
1816	Foi D. João VI quem ordenou que se realizasse a primeira reforma do Passeio, só iniciada no ano seguinte. As obras atingiram drasticamente o parque original de Mestre Valentim.
1817	Reconhecendo-se que o terraço se achava muito arruinado pela violência das ondas. Entra então, em reforma o Passeio Público, com uma despesa aumentada devido à negligência dos últimos governantes.
1824	Neste período, Frei Leandro do Sacramento dava lições de botânica no Passeio Público. O Passeio Público encontrava-se neste momento, em estado lastimável.
1835	Teve início a colocação do gradil no contorno do jardim, tendo ficado incompleto. E exatamente em 16 de abril de 1838 foi criado um pequeno Jardim Botânico.
1839	Desapareceu o menino que jorrava água e seu cágado, tendo sido vítima de furto., Um menino de chumbo foi feito neste mesmo ano em substituição ao original de Mestre Valentim que era em mármore.
1841	Por ordem da Regência, em nome de D. Pedro II, acontece a reforma do Passeio Público.
1850	No final desta década, o Passeio Público encontrava-se novamente em estado total de abandono.
1859	Chega-se a uma situação intolerável, a imprensa da capital clamou contra o desprezo em que se achava o Passeio Público.

1861	A imprensa clamava por recuperação. As obras foram entregues, então, pelo ministério Imperial ao Sr. José Fialho e ao Sr. Auguste Glaziou, a quem ficou entregue a execução das obras e a conservação do parque por um período de dez anos.
1864	Após as reformas, o Diário do Governo declarou que o Passeio Público era o primeiro lugar de recreio dentro do perímetro urbano.
1902-1906	No início do século XX, o Passeio Público ganha novo fôlego, principalmente durante a gestão do prefeito Pereira Passos, quando o parque recebeu diversos melhoramentos. O prefeito declara que o Passeio passou por algumas transformações e modificações que o tornaram mais agradável.
1922	Ocorreu a destruição do terraço e construção de um cassino por sobre o local, no governo de Carlos Sampaio. Demolição e retirada do gradil que Glaziou havia colocado, assim como do pórtico Valentim, com a re-alocação deste último no interior do jardim.
1936-1937	O prefeito Henrique Dodsworth manda demolir os prédios do cassino, pois desconfiguravam a estética do parque. O prefeito, no ano de 1938, entrega o Passeio Público aos cuidados do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É, então, tombado nas categorias Livro Histórico e Livro de Belas Artes.
1938	O Passeio Público foi tombado pelo Processo 101-T-38, Inscrição 07, Históricos vol. 1, f. 03 e Processo 101-153-T-38, Inscrição 20, Belas Artes vol. 1, f. 05.
1946	O IPHAN constata o estado de abandono e, no ano seguinte, o Correio da Manhã, no artigo "Como vai o Passeio Público" denuncia a situação. Com todas essas denúncias, o Departamento de Parques, da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do então Distrito Federal realizou inspeção no jardim e, em ofício ao presidente do IPHAN, solicitou alguns restauros.
1968	No governo Negrão de Lima, reformas gerais foram executadas (limpeza dos lagos, reensaibramento dos caminhos, reforma dos gramados, plantio de novas espécies).
1969-1999	O Passeio passou por vários períodos de abandono.
2000	A marginalidade da área da Lapa e Cinelândia passa a ocupar o parque. A população por medo, pára de freqüentar o parque. Neste mesmo ano, começa a ser elaborado o projeto de restauração do Passeio Público. O elemento que levou à degradação neste período foi a falta de interesse político administrativo em se conservar não só o Passeio Público, como várias praças e com as áreas verdes da cidade em geral. Esta situação vem-se repetindo ao longo da história.
2001	Assim, ao longo de décadas chega-se a uma situação insustentável, a Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente contrata a Empresa Ópera Prima, que elabora um "Projeto de Restauo do Passeio Público do Rio de Janeiro", tendo como autor o arquiteto-historiador Nelson porto.
2003	Após quase três anos, a obra de restauro do Passeio Público foi licitada pela Fundação Parques e Jardins e teve como ganhadora a empresa FB Assessoria e Construções LTDA que, ao final deste mesmo ano iniciaram as obras de restauro.
2004	Este ano, marcado pela restauração, entrou para sempre na história do Passeio Público do Rio de Janeiro.. A restauração do Passeio Público foi uma intervenção que abrangeu uma equipe multidisciplinar formada por vários profissionais da Fundação Parques e Jardins (FPJ), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e FB Assessoria e Construções LTDA.

**Fonte:** Segawa (1996), Abreu (1997), Macedo (1999), Terra (2000), Santucci (2003), Andrade (2004).

## 5 O PASSEIO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO AO LONGO DO TEMPO

Ao aproveitar a oportunidade única de poder observar o Passeio Público durante todo o período em que se realizou a restauração e Revitalização no ano de 2004, e ainda após a reabertura do parque, foi observado a preocupação da população a respeito das melhorias que estavam sendo realizadas, principalmente, a curiosidade em saber, como o espaço seria devolvido à população.

O Passeio Público apresenta na sua forma, as características e a configuração original do projeto. Esta é a base material do espaço, que está relacionada com a paisagem formada ao longo da sua existência. O Passeio teve o seu traçado, a sua composição vegetal e alguns dos seus ornamentos originais alterados, o que modificou a linha projetual básica.

A análise da forma do parque serve de base material para o estudo e o planejamento das intervenções e da conservação, mas é a função que o organiza em um sentido mais amplo, condiciona os programas de usos, atribui valores à paisagem e reflete a sua evolução ao longo do tempo.

Com o objetivo de qualificar e definir as funções físicas e psicológicas do Passeio, que são percebidas por meio das sensações transmitidas aos usuários do parque, realizou-se a aplicação de questionários, tendo como população-alvo os frequentadores do espaço.

Outros objetivos alcançados foram: a quantificação dos usuários que frequentam o parque diariamente, o perfil dos usuários, a importância atribuída ao parque, a frequência de visitas, distância de deslocamento, a relação do usuário com o parque, destacando a sua importância para a melhoria da qualidade de vida, avaliação da qualidade dos serviços oferecidos pelo parque (segurança, atrações e conservação). Quanto às obras de restauração, muitos aspectos foram citados como sugestão dos usuários.

Ao aplicarmos os questionários, buscou-se, entre outras questões, responder às que se relacionam com a percepção dos usuários com relação ao parque, o que as pessoas pensam e porque escolhem e usam o Passeio. Estas e outras questões fazem da área de estudo um campo interdisciplinar, envolvendo a psicologia, antropologia, economia e ciências afins, na busca de compreender porque as pessoas possuem determinados comportamentos ou como elas escolhem sobre alternativas.

As pesquisas demonstraram, com as entrevistas dos usuários, uma frequência média diária de 300 pessoas, sendo que 40% frequentam o parque nos dias de semana (segunda a sexta) no horário entre 11-15 horas (*Tabela 5.1*). A frequência no período da manhã entre 7-11 horas de (segunda a sexta) é de 25% e no horário da tarde entre 15-18 horas é de 35%. Nos finais de semana (sábado e domingo), a frequência é 65% inferior aos dias de semana.

**Tabela 5.1. Frequência (%) dos usuários do parque de acordo com o horário do dia da semana (segunda-feira a sexta-feira).**

Quanto à avaliação dos questionários, a pesquisa está demonstrada na *Tabela 5.3*. Já a *Tabela 5.4* demonstra o perfil do usuário do Passeio Público, que se segue.

**Tabela 5.3. Avaliação dos questionários (anexo 1).**

QUESTIONAMENTO	PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS				
	silêncio	tranqüilidade	medo	conforto	satisfação
<b>Percepções</b>	95%	95%	5%	95%	95%
<b>Atração</b>	<b>o verde</b> 90%	<b>a sombra</b> 90%	<b>as artes</b> 5%	<b>história</b> 5%	<b>o primeiro</b> 0%
<b>Qualidade dos serviços</b>	<b>ruim</b> 0%	<b>razoável</b> 20%	<b>boa</b> 70%	<b>muito boa</b> 10%	
<b>Funções</b>	<b>ecológica</b> 90%	<b>social</b> 90%	<b>estética</b> 90%	<b>lazer ao ar livre</b> 90%	<b>outros</b> 10%
<b>Benefícios</b>	<b>saúde</b> 90%	<b>conforto</b> 90%	<b>lazer</b> 90%	<b>contato com a natureza</b> 90%	<b>outros</b> 10%
<b>Acha o parque Excludente</b>				<b>sim</b> 0%	<b>não</b> 100%
<b>A restauração melhorou a qualidade de vida dos usuários</b>				<b>sim</b> 100%	<b>não</b> 0%
<b>Consegue entrar em harmonia com a natureza no parque</b>				<b>sim</b> 100%	<b>não</b> 0%
<b>Conhece a importância histórica do parque p/ a cidade</b>				<b>sim</b> 90%	<b>não</b> 10%

**Tabela 5.4. Perfil do usuário (anexo 1).**

<b>Possui tempo para o lazer</b>			<b>sim</b> 20%	<b>não</b> 80%
<b>Usa outros parques</b>			<b>sim</b> 20%	<b>não</b> 80%
<b>Têm Preferência pelo Passeio</b>			<b>sim</b> 60%	<b>não</b> 40%
<b>Sente segurança no parque</b>			<b>sim</b> 90%	<b>não</b> 10%
<b>Tempo de permanência</b>	<b>1 hora</b> 30%	<b>2 horas</b> 50%	<b>Mais de 3</b> 10%	<b>Outros</b> 10%
<b>Distância de deslocamento</b>	<b>uma quadra</b> 20%	<b>duas quadras</b> 20%		<b>Outro bairro</b> 60%

Os resultados mostram com um alto percentual de respostas afirmativas que o fator gerador de maior efeito positivo em todos os sentidos para as pessoas entrevistadas é a presença do verde e da sombra, fazendo do contato com a vegetação o principal fator de atração do parque. Muitos chegam a afirmar que se não existissem as árvores provavelmente não se sentiriam atraídos para frequentar o Passeio.

O efeito da vegetação gera, portanto, um alto lucro social para a população envolvida. A importância da arborização do parque não está apenas na sua composição espacial, na sombra que ela proporciona ou no contato com ela, está, também, no campo psíquico, pois passa a ser um referencial não somente natural, mas cultural. As pessoas possuem preferências e escolhem os locais dentro do parque que mais lhe atraem.

O ambiente no interior do parque é totalmente arborizado, sendo apenas os trechos em frente a fonte dos jacarés e no terraço os locais com maior área descoberta. A sombra e a pouca visibilidade para o exterior do parque caracteriza a sua ambiência. Favorece com isso a permanência e o passeio em um ambiente fechado. Esta condição era considerada um fator de insegurança até antes da restauração de 2004.

As declarações dos usuários estão, muitas das vezes, associadas aos efeitos do conforto térmico gerado pelo clima ameno produzido pela presença das árvores. A sensação de bem-estar experimentada pelos usuários favorece a obtenção de outros benefícios, como o lazer, o contato com a natureza e o favorecimento da saúde física e mental.

Os usuários ao serem entrevistados e perguntados sobre as funções que o parque desempenha para a cidade, responderam que a função ecológica junto com as funções sociais; estéticas e de lazer ao ar livre são cumpridas pelo parque.

Estas respostas, muitas vezes, foram por meio de depoimentos como; “...O Passeio Público é o quintal da minha casa!”, ...“É o pulmão da cidade!”, ...” É tudo para mim!”... “Refúgio para as pessoas!”, “É um oásis no centro!”.

Nas entrevistas técnicas, a arquiteta Jeanne Trindade, da Fundação Parques e Jardins – FPJ associa os momentos de abandono e perda de frequência e uso público do parque ao surgimento de novas áreas verdes e opções de lazer ao ar livre em outros parques da cidade. Jeanne Trindade afirma que a Praça Paris inaugurada em 1929, e o Parque do Flamengo, em 1964, vieram a competir com o Passeio Público em determinados períodos, e acha natural que a população tenha se direcionado para estas novas áreas. Essa frequência maior de uso público tem como consequência um aumento na demanda e gerenciamento de recursos em detrimento a outras áreas. Porém, poucas áreas oferecem a opção de lazer contemplativo como o Passeio Público.

A arquiteta Vera Dias da FPJ, comparando o Passeio Público com outros parques da cidade em nível dos usos e funções, observa que o frequentador assíduo do Passeio Público de hoje é o mesmo de dez anos atrás, que ocupa parte de seu tempo em um local apazível no centro da cidade, no intervalo entre os seus afazeres. O mais marcante é que este perfil de usuário tem como principal atrativo o verde, que é predominante no jardim do parque. Todos querem chegar ali, sentar-se e ficar apreciando a natureza, a maioria frequenta diariamente.

O que Vera Dias espera é que a frequência volte ao que era, quando, entre 1992 e início de 1994, o parque recebia vários ônibus de turismo, com visitantes de todas as partes do mundo. Neste primeiro momento pós-restauro, que o Passeio Público está vivendo a visitação ainda é pouco expressiva em função do longo período de abandono e marginalização que o parque passou. Acreditamos, que ainda leve algum tempo para as pessoas conhecerem o novo parque histórico. Veja que Vera Dias faz a união do parque com o jardim histórico, vindo a corroborar com a tese de que o Passeio Público, além de ser um jardim histórico é, também, um parque urbano. Este discurso já está há algum tempo nas terminologias usadas principalmente por técnicos, que trabalham com as áreas verdes e alguns autores que foram citados nesta pesquisa.

Em sua entrevista, Vera Dias nos diz que observou durante estes anos que trabalhou com áreas verdes, que o Passeio Público com relação aos demais parques da cidade tem uma missão mais difícil, devido a sua localização no centro, pois os moradores da Glória, Flamengo e Santa Tereza frequentam o Parque do Flamengo por ter mais atrativos. Acrescenta, que os frequentadores do Passeio Público são em sua maioria idosos, pois na juventude deles não existia o Parque do Flamengo. A lembranç a aproxima os usuários do Passeio Público.

Um dos maiores papéis desempenhados pelo Passeio Público é envolver toda a cidade e não somente os moradores locais. E, este não tem o atrativo praia que possui o Parque do Flamengo, os únicos que se assemelham um pouco com ele são o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Parque Laje, estes, por sua vez, diferenciam-se da Quinta da Boa Vista, do Largo do Machado, Praç  Paris e da Praç  Salgado Filho em frente ao Aeroporto Santos Dumont, sendo todos considerados históricos. Para Vera Dias, “são os frequentadores históricos que dizem e faz da área um jardim ou um parque histórico”.

Vera Dias avança, agora voltando à questão da Quinta da Boa Vista, que possui outros atrativos, como o Jardim Zoológico, fácil acesso das camadas mais pobres por ter a estação de trem muito próxima e um custo de visitação menor. Observa, que é raro alguém ir fazer piquenique no Passeio Público, já no aterro e na Quinta da Boa Vista o fazem.

Quanto à evolução do uso que teve o parque no último século, alguns autores afirmam que o passeio, embora tenha sido projetado para ser um jardim público e servir à população da cidade, na realidade destinava-se a um público restrito. Esta idéia é reforçada quando verificamos que apenas a aristocracia e a parcela privilegiada da burguesia possuíam livre acesso ao passeio que, desde a sua inauguração, em 1783, até o final do século XIX, constituiu-se em um espaço de acesso controlado.

Para a arquiteta Jeanne Trindade, o Passeio Público do século XX deixou de ser excludente. Hoje se constata que esta condição permanece, pois é permitido o acesso de todas as camadas da população. Ainda sobre o aspecto da exclusão, Jeanne observa que até mesmo os moradores de rua podem freqüentar o parque, porém devem respeitar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 17. 746 de 22 de julho de 1999, que dispõe sobre a regulamentação de uso das praças, parques e jardins da cidade do Rio de Janeiro. Não é permitido passar a noite no seu interior.

A arquiteta Jeanne Trindade comenta que, na época inicial, o passeio público era excludente, pois um fato interessante que ela tomou conhecimento é que no parque não se entrava descalço. Como os negros e mulatos, em sua maioria, não possuíam condições de comprar calçados, estes eram impedidos de freqüentar o Passeio. Alguns podiam entrar se estivessem acompanhando seu senhor ou senhoras, desde que devidamente vestidos e calçados. Consideramos esta evolução na permissão de uso dos menos abastados um passo no atendimento a Agenda 21, pois colabora para a condição maior justiça social, para a população da cidade, com oportunidades de lazer, recreação e cultura.

Ao verificar a hipótese de que houve uma evolução das funções do parque no decorrer da sua história e prestarmos atenção no que a Jeanne nos diz a respeito, veremos que ela vem a corroborar com a tese ao afirmar, que, no início, o Passeio Público tinha a função de local de encontro das classes mais abastadas. Essa situação prevaleceu até o século XIX.

Quanto aos usos e funções do parque na primeira metade do século XX, verifica-se que este passa a ter um uso ainda dentro do conceito de lazer contemplativo. Na segunda metade do século XX, surgiu o conceito de lazer ativo e en



efeitos positivos na qualidade ambiental do centro da cidade e a população passa a buscar no parque uma fonte de prazer junto aos elementos naturais, tendo as árvores como atrativo principal.

O parque desempenha funções muito mais importantes para a cidade, do que simplesmente a estética e o lazer, é um recanto de prazer e equilíbrio do meio ambiente urbano; de equilíbrio psicológico; resgate da tranqüilidade; de reposição temperamental; desgastado pelo estresse provocado pelos problemas urbanos agindo na qualidade da saúde, humana. Possui, também, a nobre função de condicionante climático e atenuante de ruídos, minimizando a poluição sonora, auxilia na retenção das partículas em suspensão pelas árvores, reduzindo a poluição atmosférica; re-oxigenação do ar; estabilização e melhoria climática; benefícios sociais, econômicos, políticos e ajuda a amenizar a paisagem urbana.

Ao descrever os tipos de uso do Passeio Público e a evolução das funções, do século XIX até os dias de hoje, verificou-se que, quanto ao uso, existia o hábito de se caminhar até o terraço, onde aconteciam eventos sociais com a realização de concertos e de espetáculos. Era, também, usado para o lazer contemplativo e passivo, sendo a acomodação nos bancos uma característica. Atualmente, o programa original se mantém, uma vez que a configuração do parque se manteve quase que inalterada e continua sendo um local adequado ao lazer passivo como descanso, contemplação da natureza, leitura e conversas.

O programa cultural é sobressaltado por suas características artísticas e históricas, porém os concertos são raros e a vista para o mar foi perdida com a abertura da Avenida Beira Mar no governo Pereira Passos.

Podemos citar a contribuição da arquiteta Vera Dias, ao afirmar que o parque sofreu mudanças em determinadas ocasiões, que acarretaram a alteração das suas funções e usos indo além do esperado. Vera nos conta que o parque passou por uma reforma em 1992, e em 1994 já não havia a questão da segurança, as pessoas tinham receio de ir ao parque, estava inteiro e, ainda em 1994 ele passou a ser freqüentado por prostitutas, pessoas desocupadas, moradores de rua e menores delinqüentes.

A partir de 1995, o parque deixa de ter o contrato com a empresa que fazia a conservação e somente era limpo quando estava em situação caótica, ai sim se fazia um mutirão de limpeza. Em 1998, é decretado o final de uma política de conservação paisagística e a COMLURB assume a limpeza do parque com uma equipe da Fazenda Modelo, composta por “ex-mendigos”, que apenas varriam e jogavam boa parte do lixo dentro dos jardins. As árvores não eram podadas e ficavam caídas sobre os arruamentos e canteiros. Nesta, mesma época a degradação ganhou aceleração. Em 1999, algumas árvores tombaram sem uma explicação e nenhuma providência foi tomada. Uma das pirâmides adernou.

Em 2000 a marginalidade da área da Lapa e Cinelândia, junto com os maloqueiros (termo usado pela segurança pública para classificar as pessoas que ocupam os espaços públicos e praticam pequenos furtos) passou a ocupar o parque. A população não se arriscava mais por medo de frequentar o local. Neste mesmo ano, começou a ser elaborado o projeto de restauração do Passeio Público que veio a ser executado em 2004.

Segundo Vera Dias, o elemento que levou à degradação neste período foi a falta de interesse político-administrativo em se conservar não só o Passeio Público, como várias praças e com as áreas verdes da cidade em geral. Vera Dias observa que esta situação vem se repetindo ao longo da história, e que o grande problema está na questão da preservação que só é eficaz com a conservação.

Muitos desses espaços são ocupados por moradores de rua, que dormem nos bancos e canteiros das praças, preparam a comida em fogueiras, cuja madeira pode vir dos bancos, danificam as árvores, fazem as suas necessidades fisiológicas nesses espaços e praticamente moram nos parques. Hoje, após a restauração, o Passeio encontra-se mais protegido, portanto, merece ainda maior atenção das autoridades responsáveis pela sua gestão.

Pode-se perceber que, ao longo do tempo, o parque passou por diversos períodos em que a integração dele com a cidade e da população com ele foi alterada em decorrência da falta de políticas públicas neste contexto. Porém, em outras ocasiões em que o poder público realizou investimentos na criação de novas áreas verdes na cidade, também ocorreram alterações nestas relações.

## 6 DISCUSSÃO

A discussão lança alguns pontos para justificar a reflexão, destacando o Passeio Público. Pretende-se justificar a importância de políticas públicas que coloquem em lugar de destaque os parques públicos da cidade e o incentivo à implantação, conservação e manutenção das áreas verdes, visando o bem-estar da população e a melhoria da qualidade de vida através do ajustamento aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

O Passeio Público que, desde o início, fez parte do plano urbano do então vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza, no final do século XVIII, representou e caracterizou uma exceção para a urbanística brasileira, que não possui tradição no planejamento das cidades, principalmente quando se trata de espaços livres públicos com o valor do Passeio. A esse respeito vale observar que poucas são as cidades que tiveram o privilégio de ter um espaço público como ponto de partida para uma reforma urbana, como aconteceu na época do vice-rei.

É importante nesta discussão ter o conhecimento do impacto que o processo de expansão da cidade nos limites adjacentes da área de estudo gerou na paisagem natural, com os sucessivos aterros e a transformação do sistema de troca entre o mar e os estuários da zona costeira. Porém, era inevitável para a cultura da época, que as lagunas e manguezais sofressem a ação antrópica e se transformassem em áreas degradadas e poluídas.

Nesse contexto, mesmo tendo sido construído sobre um sítio natural, no caso, sobre o aterro da Lagoa do Boqueirão, ao receber o primeiro parque ajardinado do país, a cidade do Rio de Janeiro ganhou uma melhoria na paisagem urbana. O projeto recuperou ambientalmente a área, pois privilegiou o espaço livre público e permitiu a perpetuação do tratamento paisagístico, que torna a área da Lapa e Cinelândia mais bonita e mais sociável.

O resultado da ação do homem na transformação do espaço onde está localizado o Passeio, constitui uma realidade física na paisagem urbana da cidade e que é percebida pela população e pelos usuários do parque. As intervenções sofridas pelo recinto urbano no seu entorno pouco modificaram o conjunto paisagístico do Passeio.

A transformação do sítio natural e as intervenções realizadas na área de estudo ao longo dos anos possuem um significado muito forte para a cidade. A paisagem urbana ali estabelecida traduz a história de ocupação e da vida do Rio de Janeiro em termos de espaços livres públicos e espaços construídos. Todos esses fatos foram percebidos pela população como mensagens de uma determinada época e integrantes de uma paisagem local.

Através da comparação com os outros espaços, que juntos compõem um sistema de áreas verdes no trecho estudado, especificamente a Praça Paris e o Parque do Flamengo

observamos que houve uma evolução nos tipos de usos e funções dos espaços livres públicos da cidade, ao longo do tempo. No Passeio sempre foi privilegiado o lazer contemplativo, mantendo-se como característica de uso marcante até os dias de hoje.

A Praça Paris foi criada para o passeio à moda parisiense, porém seu programa de uso vem sofrendo adaptações aos modelos de vida ao longo dos anos. Passou a oferecer um espaço opcional para o lazer ativo, a prática de esportes e exercícios físicos, tanto individuais como também em grupos. Mesmo não apresentando equipamentos como brinquedos, as crianças desfrutam espontaneamente do espaço.

O Parque do Flamengo é a área verde que possui características mais divergentes daquele trecho central da cidade, por possuir o atrativo praia e uma área de 121 hectares. É considerada a mais extensa e completa área de lazer da cidade, oferecendo uma variedade de equipamentos esportivos, recreativos e culturais.

A pesquisa constatou que hoje, além do lazer, que foi a proposta inicial da criação do Passeio Público, unido à contemplação como forma de lazer passivo e o hábito de utilizar o jardim para o passeio e encontros sociais caracteriza um uso eclético comum na sociedade dos séculos XVIII até o início do século XX. Hoje o parque desempenha novos papéis, como condicionamento do microclima e melhoria da paisagem urbana no trecho da área de estudo, que foram sendo assumidos devido à evolução das suas funções ao longo dos anos.

É na contemplação que o valor estético e pictórico do Passeio apresenta-se como elemento principal. O ato de passear no interior do parque destaca a função básica de circulação, que integra através dos caminhos os seus ambientes, propiciando a intimidade, o aconchego ou a reunião de grupos. Estes locais considerados de relacionamento social caracterizam a função de “estar”.

A função de lazer passivo como a contemplação da natureza, sentar nos bancos para descansar, conversar e ler não foi modificada, por ser uma prática da população em função das características paisagísticas do espaço. Como jardim histórico, ele ainda preserva o uso para programas culturais, atuando na estética e principalmente na integração do habitante com o seu habitat.

Outras funções passaram a ser desempenhadas, como ajudar a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, com o favorecimento do bem-estar público. Associada à função ecológica, está a preservação do meio ambiente urbano. A função cultural contribui para a proteção do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade. Podemos citar ainda a amenização da paisagem urbana, trazendo conforto visual entre outras vantagens para a população como, a decoração, o simbolismo e o emolduramento.

Com o processo de urbanização da cidade e o agravamento dos problemas sociais e ambientais no final do século XX, a ilha vegetal formada pelo agrupamento das árvores do parque passou a integrar e contribuir para a floresta urbana da cidade, que representa hoje um dos principais componentes naturais do ecossistema urbano. A Figura 6.1 serve de exemplo.



**Figura 6.1** Vista aérea do Passeio Público do Rio de Janeiro mostrando o entorno construído.

**Fonte:** FPJ-2003

O estudo dos efeitos positivos gerados pelo parque constatou que as árvores preservadas no Passeio passaram a desempenhar funções ecológicas como a melhoria do microclima local, atenuando a temperatura e tornando-a mais agradável. As árvores podem ainda agir sobre os efeitos dos ventos na área da Lapa e Cinelândia, reduzindo ou orientando seus movimentos, diminuindo a poluição do ar e ajudando a população no cotidiano estressante da cidade, revigorando a saúde física e mental.

A pesquisa realizada com os usuários possibilitou traçar o perfil do frequentador, além de avaliar as questões da relação deles com a área de estudo. As relações apresentadas dizem respeito às percepções da população com o Passeio, retratando a cultura do lugar e da época em que os usuários conheceram o parque. Cada pessoa, em geral os mais idosos trazem em sua memória a imagem de um período histórico. Essa imagem é o resultado das condições políticas, sociais e econômicas de cada época.

Os motivos que levam as pessoas a procurarem o Passeio são em geral atribuídos especificamente às suas características próprias e à opção que ele oferece aos seus usuários. Quanto às finalidades destacam-se o caminhar, relaxar, sentar nos bancos e principalmente descansar no horário do almoço. Os usuários são atraídos pelo verde e pela sombra em sua grande maioria, principalmente os trabalhadores das áreas próximas.

Alguns outros aspectos que foram percebidos e que vão ao encontro dos estudos da percepção em áreas verdes, é o fato dos usuários conseguirem entrar em harmonia com a natureza e declararem ainda, que se sentem tranquilos e confortáveis quando ficam no silêncio admirando o verde. Muitos chegam a dizer que atingem um total estado de satisfação quando estão no interior do parque. Alguns consideram o Passeio um verdadeiro oásis no trecho compreendido entre a Lapa e a Cinelândia.

Entre as percepções, o contato com a natureza proporcionando bem-estar se destaca. Estes elementos essenciais percebidos pelos sentidos dos frequentadores, muitas vezes encontram-se perdidos nas cidades contemporâneas, devido ao processo de construção de cidades sem considerar as relações emocionais e de significado dos espaços para os indivíduos.

Os entrevistados expressaram por meio das respostas que há um equilíbrio entre a estética do parque e as experiências e preferências deles pelo meio ambiente em que estão inseridos naquele momento. Percebem e constroem na mente uma relação harmônica com a ambiência do parque, quando interagem com os fatores físicos, químicos e biológicos, que se encontram intrinsecamente relacionados ao momento de prazer que experimentam.

Dessa forma, a população mantém uma relação estreita com o parque, que passa a participar de forma intensa do cotidiano da cidade, retratando a cultura e o período histórico de uma época. Com a evolução da cidade a imagem da paisagem que foi formada tende a ir se modificando e se adaptando aos novos modos de vida do lugar.

Consideramos fundamental a existência de espaços livres urbanos do ponto de vista da qualidade ambiental. Há muito tempo encontram-se escassos, espaços livres com as dimensões deste sítio histórico encravado na malha urbana. Assim, faz-se necessária a adoção de um modelo de gestão onde haja a integração dos fatores urbano, ambiental, social, econômico e cultural.

Alguns autores comentam que os parques urbanos são classificados como parque pelo tamanho de suas áreas e certas funções específicas. No caso o Passeio Público, que possui uma área de 25.316 m<sup>2</sup> e não oferece aos usuários os equipamentos necessários para o lazer ativo, é classificado como parque. Além disso, mais de oitenta por cento da área do Passeio é

permeável e também apresenta um número bastante considerável de indivíduos de porte arbóreo na sua composição florística.

Durante as entrevistas com os usuários, a importância do parque e suas funções ecológicas, sociais, estéticas e de lazer, como a opção de lazer gratuito, são indicações que contribuem para sustentar a tese de que o parque neste contexto está contribuindo na formação de uma cidade com uma melhor qualidade de vida, caminhando assim para a sustentabilidade urbana.

Ao ser avaliada a contribuição do Passeio Público para a sustentabilidade urbana, considera-se fundamental a contribuição do seu grupamento arbóreo para a formação da floresta urbana, composta pelas árvores em vias públicas e demais espaços livres de edificações que possuem cobertura vegetal arbórea. Atua no conforto humano nos recintos urbanos, devido a suas características naturais, proporcionando sombra, redução da poluição sonora, melhoria da qualidade do ar, redução da amplitude térmica, abrigo para pássaros, pequenos roedores, gambás, micos e harmonia estética amenizando a diferença entre a escala humana e outros componentes arquitetônicos do ambiente construído, como prédios, muros e avenidas.

A esse respeito, pode-se dizer que a vida urbana é composta pela população, suas atividades e pela paisagem que integram, agindo como componentes e também como sujeito da sua transformação. Estes componentes encontram-se interligados e são percebidos pela sensibilidade humana e ficam impressos na memória.

A paisagem formada pelos parques urbanos é percebida pelas pessoas, como harmônica, conveniente, bonita e atrativa, proporcionando a integração com o espaço e gerando prazer. Tanto o usuário como as populações locais e circulantes sentem-se orgulhosas por terem um local que eles possam apreciar, frequentar gratuitamente e ao mesmo tempo lhe fazer bem, ou seja, gerar bem-estar. Entre outros fatores, a qualidade da paisagem dos parques representa um ganho na qualidade de vida da população.

Entre as dinâmicas básicas e sócioambientais destacadas na Agenda 21 Brasileira - Cidades Sustentáveis (2000) pode ser aplicado o modelo que visa implementar estratégias para promover cidades mais verdes, mais eficientes, mais solidárias e com maior justiça social, apoiando-se no conceito de sustentabilidade ampliada. Tais estratégias incluem entre outras a conservação recuperação dos parques e áreas verdes existentes, além da restauração e proteção do patrimônio paisagístico e arquitetônico, com a recuperação das áreas urbanas degradadas.

As constatações da nossa pesquisa verificaram que o Código Florestal em seu artigo 2º, já mencionava a importância da vegetação para assegurar as condições de bem-estar

público, muito antes do surgimento do conceito de sustentabilidade, que só foi aparecer na conferência mundial de Estocolmo-Suécia (1972).

Ao se tentar estabelecer itens para mensurar a qualidade de vida, em especial quando se fala em proporções de áreas verdes para a população urbana, deve-se tomar cuidado, pois podem estar sendo atribuídos valores com pesos incorretos para alguns itens. No caso dos parques urbanos, como estes seriam valorados e inseridos ou não no Índice de Qualidade de Vida. Um outro fator é a evolução das funções ao longo do tempo, pois a valoração poderia aumentar ou diminuir de acordo com as prioridades de sustentabilidade de cada época e de cada cidade.

Uma avaliação crítica, que ajuda a compreender a questão da quantidade de áreas verdes para uma melhoria da qualidade de vida é o fato do Passeio Público ter perdido mais de 10.000 m<sup>2</sup> de sua área original, o que foi constatado com o levantamento topográfico realizado para a restauração, portanto, suas funções sociais, dentro do perímetro urbano não foram alteradas. Muito pelo contrário, as obras de restauração revitalizaram o parque devolvendo-lhe as características originais da reforma Glaziou, reiterando seu valor como patrimônio da população carioca.

O ano de 2004 ficará marcado para sempre na história do Passeio Público, que depois de atravessar um longo período de abandono foi devolvido totalmente recuperado e em condições de reassumir as suas funções, principalmente as de relacionamento social, que caracterizam a função de “estar”. A função ecológica foi pouco alterada, já que as árvores estavam desempenhando seu papel, independente da intervenção. A função cultural foi resgatada pela intervenção, quando se restaurou o jardim histórico e seus elementos construídos, reiterando seu valor, e devolvendo à população um bem cultural revitalizado. Desta forma, a aceitação social do espaço aumentou e isso ajudará a manter a sua identidade e conservação.



## 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa possibilitou uma aproximação da vivência no parque com o estudo científico associado. Foram discutidos os conceitos relacionados às diversas terminologias empregadas nos estudos e trabalhos com os espaços livres urbanos, focando as áreas verdes e enfatizando a importância dos parques urbanos para as cidades.

Os termos e conceitos tratados necessitam de estudos mais aprofundados no que tange especificamente a definição e classificação das diversas tipologias relacionadas às áreas verdes. Propõe-se que o mais adequado, referindo-se aos conjuntos arbóreos criados pelo homem, em especial os parques urbanos; como florestas urbanas, ilhas ou fragmentos florestais inseridos e cercados pelo ambiente construído, constituindo-se em verdadeiros oásis urbanos.

Os conceitos de paisagem e paisagismo relacionados com o planejamento da paisagem urbana constituem um campo de discussão interdisciplinar na gestão destes espaços e no planejamento nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, indo assim, ao encontro do que estabelecem o conceito de sustentabilidade ampliada.

Quanto ao processo histórico de evolução dos parques urbanos, buscou-se referenciar os primeiros modelos de jardim, seus idealizadores, citar alguns importantes movimentos conservacionistas, apresentar os grandes projetos do passado e as atuações de Olmstead. Este defendia a utilização econômica dos espaços livres, com oportunidade de lazer e conservação dos recursos naturais, criando espaços agradáveis para se morar e viver.

Ao observar-se a evolução do parque urbano nos séculos XIX e XX, verifica-se que estes têm acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim um testemunho vivo dos valores sociais e culturais das populações urbanas. Pode-se avançar e verificar que os mesmos constituem um elemento de forte permanência, conservando suas características principais, independente das transformações das estruturas urbanas adjacentes.

A partir da revisão e discussão do processo histórico, desde a criação dos primeiros parques ingleses, o estudo focou o parque urbano, com uma temática mais atual. Este modelo de parque contemporâneo é caracterizado pelos novos papéis que assumiu com usos e funções cada vez mais importantes para as cidades, destacando-se das demais categorias de áreas verdes.

Neste contexto, o Passeio Público passou a ser um dos mais importantes patrimônios da população carioca, por ser fundamental para o desenvolvimento da cidade e desempenhar a nobre função social de oferecer lazer gratuito, além da oportunidade de geração de renda

através do turismo. Atua também como amenizador da paisagem urbana e gera efeitos ambientais positivos para o centro histórico da área da Lapa e da Cinelândia.

Como principais fatores de efeitos ambientais positivos, destacam-se os que estão intrinsecamente relacionados com o Passeio Público, entre os quais, a melhoria na circulação ETBT/TT0

O Passeio Público de 1873 e o de 2004 estão unidos por uma característica comum, como marco histórico da capacidade criadora e construtiva de espaços tão importantes e valiosos para a cidade e tão frágeis sob a ação do tempo e do abandono. Ainda assim, conseguiu preservar suas características originais de refúgio bucólico e amenizador dos efeitos da urbanização, destacando-se também pela sua riqueza histórica e artística, representada pelos elementos construídos no interior do parque.

A utilização da Carta de Florença no projeto de Restauro em 2004 representou um avanço, porém é preciso saber até que ponto os planejadores profissionais estão ética e tecnicamente preparados para gerir com autenticidade as questões urbanas.

Um outro aspecto é quanto aos estudos que buscam o atendimento da Agenda 21 brasileira, que propõe pensar globalmente e agir localmente. Neste sentido será necessário o aprofundamento do tema para futuros projetos de planejamento urbano, onde os parques devem ser incluídos por desempenharem papéis fundamentais na gestão sustentável dos espaços livres públicos.

O parque urbano contemporâneo é caracterizado pelos novos papéis que eles assumiram com usos e funções cada vez mais importantes para as cidades. Além do lazer desempenha diversas funções sócioambientais e ecológicas.

A presença do verde e da sombra produzidos pelas copas das árvores é o grande atrativo para a população. Um dos principais efeitos positivos gerado pela vegetação é a diminuição da temperatura melhorando o microclima local.

Os parques urbanos precisam ter a devida importância nas políticas públicas voltadas para a questão ambiental e de desenvolvimento urbano sustentável. Pois, na medida em que se oferece um espaço social e ambientalmente saudável para o lazer e a sociabilidade da população está se investindo em qualidade de vida. Do ponto de vista econômico, a despesa com parques e jardins públicos, apresenta uma relação custo-benefício positiva, pois gera um alto lucro social para a população.

Desta forma, sob o ponto de vista funcional, o Passeio embora tenha uma área de pequenas dimensões, representa para os seus usuários uma grande oportunidade para o contato com a natureza e a realização de infinitas experiências pessoais e sociais. Além de apresentarem ganhos sociais, os parques quando bem conservados proporcionam qualidade de vida para a população. Como foi visto quando quase a totalidade dos entrevistados responde que o parque proporciona saúde física e mental; conforto; lazer ao ar livre; contato com a natureza e que sentem tranquilidade em seu interior.

Neste caso, o modelo de avaliação da qualidade de vida, como foi constatado, não considera estes fatores de natureza prática e fica preso a antigos métodos que não condizem



## 8 BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA E CONSULTA

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Publicação IPLANRIO. Editora Zahar, 1997.
- AB’SÁBER, A. N. A *Organização Natural das Paisagens Inter e Subtropicais Brasileiras*. Geomorfologia 41, Instituto de Geografia, USP, São Paulo, 1973, p. 1-39.
- AB’SÁBER, A. N. *Ambiente e Culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil*. Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro: SPHAN/MEC, n. 22, p. 236-253, 1987.
- ADAMS, Willian Howard. Roberto Burle Marx, *The unnatural art of tht garden. The Museum of Modern Art*. New York, 1991.
- AMARAL, A.L. do *Plano Diretor Municipal como Instrumento de Gestão Urbana e Ambiental*. In: Souza, J. C. S.; Barros, F. P. de; Rodriguez, S. K. Problemas geológicos e geotécnicos na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: ABAS/ ABGE/ SBG, 1992. P.253-257. 291p.
- ANAIS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA E V ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. 18 a 24 de setembro de 1994. São Luis do – Maranhão.
- ANDRADE, J. *Passeio Público: a paixão de um vice-rei*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 1999. 110p.
- ANDRADE, Inês El-Jaick. *Jardins Históricos Cariocas: significação cultural e preservação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2004. 1V, xvii, 181f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.
- ANDRADE, Inês El-Jaick. *O território verde nos centros históricos: paisagens da memória*. In. MARTINS, A.M.M. (Org.). Seminário Visões Contemporâneas dos Sítios e Centros Históricos. Rio de Janeiro: LABLET/ProArq/FAU/UFRJ, 2003. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, Inês El-Jaick; RIBEIRO, Rosina T. M. *Promenade des Anglais da Beira-mar:ajardinamentos da orla da Baía de Guanabara*. In. GAZZANEO, Luiz Manoel C.; SARAIVA,Suzana B. C. (Orgs). *A República no Brasil 1889-2003: Ideário e realizações*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROARQ/FAU, 2003. (Coleção PROARQ). v2. p. 67-81.

- ANDRADE, Inês El-Jaick. *Jardins históricos urbanos: sua preservação e destinação ao lazer*. In. VI Cidade Revelada: encontro de patrimônio histórico, arquitetura e turismo. Itajaí. Anais. Itajaí, Santa Catarina: Fundação Cultural de Itajaí, 2003. 1 CD-ROM.
- BARCELLOS, V. Q. *Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília*. FAU/USP. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.
- BARTALINI, V. *Os Parques Urbanos Públicos Municipais em São Paulo*. Paisagem e Ambiente 9. São Paulo. FAUUSP, 1996.
- BERTRAND, G. (1972). *Paisagem Geografia Global*. Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo-SP.
- BOHRER, C.B.A. (2000). *Vegetação, paisagem e o planejamento do uso da terra*. Geografia. Ano II nº. 4. Universidade Federal Fluminense-UFF-Niterói.
- BRASIL, Assis. *Nassau: sangue e amor nos trópicos e Jovita: a Joana d' arc brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Séries Romances Históricos Vol. 4). P. 84.
- CARVALHO, A. M. F. M. de. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. *Áreas Verdes: Conceitos, Objetivos e Diretrizes para o Planejamento*. In; Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, I Vitória ES, 13-18/09/92. Anais I e II. 1992. p. 29-35.
- CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 4771, DE 15/09/1965). República Federativa do Brasil.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.
- COSTA, L.M.S.A. *Arborização Urbana e Parques Públicos*. In: Anais do 1º Seminário de Arborização Urbana. Rio de Janeiro. EBA/UFRJ. 1996. P.45-61. 196p.
- COSTA, H.S.M.(2000). *Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos ?* R. B. Estudos Urbanos e Regionais Nº 2 / março 2000.MG-Brasil.
- DAVIDOVICH, F. R.; GALVÃO, M. V.; LIMA, B. M. O. de; Geiger; P. P. *Perspectivas geográficas do meio ambiente urbano*. In: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria Técnica, 1977.p. 123-140.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*: tradução Cid Knipel Moreira; Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.
- DECRETO nº 17.746 DE 22 DE JULHO DE 1999 – Dispõe sobre a regulamentação de uso das praças, parques e jardins da Cidade do Rio de Janeiro.
- ESCADA, M.I.S. *Utilização de técnicas de sensoriamento remoto. Para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo*. (Dissertação de Mestrado em Sensoriamento Remoto) – INPE, São José dos Campos, 1992. 133p.

- FERNANDES, Edésio e Rugani, Jurema M. (org) *Cidade, memória e legislação – A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.
- GALLERANI, M. A. C. *O Ideário Iluminista de Mestre Valentim*. Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios. São Paulo. FAU/USP. 2004, nº 18, p. 121-130.
- GONÇALVES, Wantuelfer; PAIVA, Haroldo.Nogueira. *Florestas Urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida*. Viçosa. Minas Gerais: Aprenda Fácil, 2002. 180p.
- GRANZ, G. *The Politics of Park Desing: History of Urban Parks in América*. The Mit Pess. Cambridge, Massachurttts: London, England. 1982.344p.
- GROSTEIN, M.D., JACOBI, P.(1998). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam)Usp.Revista Debates Sócioambientais-CEDEC.AnoIII-nº9- mar/abr/mai/jun.p26.
- GROSTEIN, Marta Dora & Jacobi, Pedro. *Cidades Sustentáveis – Falta de Planejamento Urbano gera Impactos socioambientais*.
- HEEMANN, A.; HEEMANN, N. *Natureza e percepção de valores*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 7, p. 109-112, jan./jun. 2003. Paraná. Editora UFPR.
- HERCULANO, S.C.; PORTO, M.F.de.; FREITAS, C.M.de.; (organiz41/967 Tm(m)Tj12 rP75934 Tm(

- KLIASS, R.G. *Parques Urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: PINI, 1993.
- KORTEN, D. C. *O Mundo Pós-Corporativo – A Vida Após o Capitalismo*. Ed. Vozes, 1998.  
O Mundo Pós-Corporativo – A Vida Após o Capitalismo. Ed. Vozes, 1998.
- LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Brasília, Senado Federal, 2001, art. 2º, inciso I.
- LAMEGO, A. R. O homem e a Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. IBGE/CNG. 1964. 361 p.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP. 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2.ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.
- LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. del B.; FIALHO, N. de O. e DEL PICCHIA, P.C.D. – *Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos*. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, São Luiz, de 18 a 24 de setembro de 1994, p. 539-549.
- LIMA, C. P. C. S. *Natureza e Cultura: O conflito de Gilgamesh*. Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios. São Paulo. FAU/USP. 2004, nº 18, p. 1-57.
- LYNCH, K. A imagem da cidade: tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACEDO, S.S. Quadro do Paisagismo no Brasil. (Coleção QUAPÁ, v. 1) São Paulo. 1999.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBIA, Fabio. *Praças brasileiras: Public squares in Brazil*. São Paulo: Universidade de São Paulo (EdUSP), 2002.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Fancine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil Brazilian Urban Parks*. São Paulo: Universidade de São Paulo (EdUSP), 2003.
- MACEDO, J. M. de. Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. 1942. Livraria Garnier p. 51-76.
- MARIANNO FILHO, José. *O Passeio Público do Rio de Janeiro (1779-1783)*. Rio de Janeiro: Mendes Junior, 1943.
- MASCARÓ, L. R. de. *Ambiência Urbana: urban enviroment*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Sagra: DC Luzzatto, 1996.
- MELLO FILHO, L. E. de; et alli. Meio Ambiente e Educação. Rio de Janeiro, 1999. Editora Gryphus. V. 3. p. 83-113.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. 4.ed. Rio de Janeiro:Univer Cidade: Topbooks, 2001.
- MELLO FILHO, Luiz Emygídio de. *O moderno jardim da Praia de Botafogo*. Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ano 21, n.1/4, p. 113-124, jan/dez 1954.



- MELLO FILHO, Luiz Emygídio de *A arborização do Aterrado Glória-Flamengo*. Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ano 29, n.1/4, p. 9-13, jan/dez 1962.
- MELLO FILHO, Luiz Emygídio de; et alli. *O inventário florístico do Parque do Flamengo*. Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ano 43, n.1/4, p. 83-102, jan/dez 1993.
- MESQUITA, L. (1996). *Arborização no Recife. Notas Técnicas Para Ajustes na Execução e Manutenção*. Recife: Ed. Universitária. Recife-Brasil.
- METZGER, J.P. *O que é ecologia de paisagens?* Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação-LEPAC. Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências USP. 2001.
- MILANO, M.S; DALCIN, E.C. *Arborização de Vias Públicas*. Rio de Janeiro, RJ: Light, 2000. 226p.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA – CONSÓRCIO PARCERIA 21. *Cidades Sustentáveis – Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/PNUD *Agenda 21 Brasileira, Bases para Discussão*, Brasília, 2000.
- NUCCI, J.C. (2001). *Qualidade Ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)*.-São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.2001.
- NUESTRA PRÓPRIA AGENDA. Comision de desarrollo y medio ambiente da américa latina y Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. Bogotá, 1990.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia das unidades de conservação ambiental do Rio de Janeiro*. 15.ed. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, PCRJ/SMAC, 1998.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *O Rio de Janeiro e suas praças*. Rio de Janeiro: PCRJ/SMAC/RioTur, 1988. (Coleção Rio mania).
- PCRJ, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-SMAC-Secretaria Municipal de Meio Ambiente *Mapeamento e Caracterização do Uso das Terras e Cobertura Vegetal no Município do Rio de Janeiro entre os anos de 1984 e 1999*. Rio de Janeiro, PCRJ/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2000. 75 p.
- PRIMACK, R.B. & RODRIGUES, E. (2001) *Biologia da Conservação*. Londrina. Viii, 328p.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987.
- REZENDE, V. L. F. M. *Planejamento e Política Fundiária. O caso da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: FAU/USP, 1995. 377 p. Dissertação de Doutorado.

- REZENDE, V. L. F. M. (2001). *Dinâmicas territoriais: Tendências e Desafios da Integração do Brasil Contemporâneo* (Anais do Workshop Internacional de Dinâmicas Territoriais Brasília - DF- Brasil).
- REZENDE, V. L. F. M. *Política Urbana ou Política Ambiental, da Constituição de 88 ao Estatuto da Cidade*. In. Ribeiro, L.C.Q, Cardoso, A.L. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.P. 139-152. 190p
- RIBEIRO, N. P. *Passeio Público: Pesquisa Histórica Iconográfica. Projeto de Restauração do Passeio Público*. 2002. 80p.
- RIBEIRO, L.C.Q., Cardoso, A.L.(2003). *Reforma Urbana e Gestão Democrática: Promessas e Desafios do Estatuto da Terra-Rio de Janeiro*: Revan: Fase. P 139-152.
- RIBEIRO, A.R.S.C. (1996) *The Relationship Between Urban Park Design, Functions and uses, A Case Study in Recife, Brazil*. Tese de Doutorado, Oxford.
- IPP - RIO-ESTUDO. Instituto Pereira Passos. Coleção Estudos da Cidade. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nº 9-abr. PCRJ/ Secretaria Municipal de Urbanismo 2001. 20 p.
- IPP - RIO-ESTUDO. Instituto Pereira Passos. Coleção Estudos da Cidade. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nº 137-set. PCRJ/ Secretaria Municipal de Urbanismo 2004. 38 p.
- SANTOS, M. (1992) *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SANTUCCI, J. *As Promenades do Rio de Janeiro: O papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2003. 1V, 170f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.
- SCALISE, W. *Parques Urbanos – Evolução, projetos, funções e uso*. Revista Assentamentos humanos, 1, p17 – 24, 2002.
- SEGAWA, H. “Brazilian colonial gardens and the Rio de Janeiro Passeio Público”. Journal of Garden History. University of Pennsylvania, v.13, nº 4, p. 213-223, Oct/Dec 1993.
- SEGAWA, H. *Ao Amor do Público. Jardins do Brasil*. Ed. São Paulo. SP. Studio Nobel / Fapesp. 1996. 255p.
- SMAC - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. *Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, PCRJ/SMAC, 1998.
- SILVA, J. A. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1974. 243 p.
- SILVA, J. A. *Direito Urbanístico brasileiro*, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981. 617 p.

- SILVA, L. J. M. da. *O estudo da percepção em espaços urbanos preservados*. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Ministério de Ciência e Tecnologia, 2003.
- SILVA, L. O. Subsídios para formulação de uma política para áreas verdes no Município de São Paulo – SEMPLA. In: São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Questão Ambiental Urbana – Cidade de São Paulo, PMSP, 1993. 72 p.
- SOUZA, M.L.(2003). *ABC do desenvolvimento urbano*-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 192p.
- STEINBERGER, Marília. *A (re) construção de Mitos – sobre a (in)sustentabilidade do(no) Espaço Urbano*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nº 4 – Maio 2001.
- TAULOIS, Cláudio. *O Passeio Público setecentista, a cidade e a memória além-mar: traçado urbano e traçado jardim*: UFRJ/Prourb, 2003. 1V, xvii, 178f. Dissertação de Mestrado em Urbanismo.
- TERRA, C.G. *Jardins públicos e sua importância no espaço urbano*: Rio de Janeiro – século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História da Arte. São Paulo – SP. 25-29 outubro de 1993. Comitê Brasileiro de História da Arte. FAPESP. USP-ECA.São Paulo-SP. 1995.
- TERRA, C.G. *O jardim no Brasil do século XXI – Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro: EBA /UFRJ, 2000.
- TERRA, C.G. (Coord.); VASCONCELLO. V. M. (Apres.); ANDRADE, R. TRINDADE, J. A. da.; BENASSI, A. H. *Arborização: ensaios historiográficos* Rio de Janeiro: EBA /UFRJ, 2004.
- TRINDADE, J. A. *Campo de Santana: um patrimônio carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2000. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arquitetura).
- TROLL, C. (1950). *El Paisaje Geográfico y su investigacion*. In: Antologia de Textos. Tradução de Benjain Diaz gonzález.
- TUAN, Yi-fu. *Topologia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.288p.
- TUAN, Yi-fu, 1930 *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Yi-fu. *Dominante and affection*. New Cork, U.S.A.: Yale University Press: New Haven and London, 1984.
- ULTRAMARI, Clóvis. *Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades*. Boletim Desenvolvimento Urbano & Meio Ambiente – nº 33, maio/junho 98.
- VILAS BOAS, Naylor Barbosa. *O Passeio Público do Rio de Janeiro: Análise da percepção do espaço*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2000. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arquitetura).

WILHEIM, J.; JÚNIOR, J.M.; KLIAS, R.G.; NARUTO, M.; LOMAR, P.J.V.;  
RAIGORODSKY, B.; GRACIANI, M.S.S.; SEVERO, V.; SHUNCK, R. *Intervenções na  
Paisagem Urbana de São Paulo*. Instituto Florestan Fernandes Mai. 2000. 37p.

**Sites:**

<http://www.iff.org.br>

<http://www.ipp.org.br>

<http://www.pcrj.org.br>

<http://www.cide.rj.gov.br>

<http://www.unilivre.org.br>

<http://www.maispasseio.com.br>

<http://www.becodogato.com.br>

<http://www.becodogato.com.br>

<http://www.usp/fau/quapa.com.br>

**CD ROM:** Rio 500 anos. *Uma janela no tempo sobre a cidade maravilhosa*, RJ: SMU/Instituto  
Pereira Passo. Diretoria de Informações Gráficas, 2002.

**CD ROM:** *História do Paisagismo no Brasil*, SP: Projeto Quapá, 2002.

## 9 ANEXOS

### 9.1 Entrevista com os Usuários do Parque (Anexo 1)

PGCA-UFF  
PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO  
QUESTIONÁRIO

Entrevistador:

Data: / / Local:

#### I - PERFIL DO USUÁRIO:

Nome do entrevistado:

Sexo: M( )

F( )

Idade ( )

Escolaridade:

Ocupação:

Bairro aonde mora ( ) ou Trabalha ( )

#### II - VOCÊ USA O PARQUE COM QUAL FINALIDADE?

( )caminhar; ( )descansar; ( )relaxar; ( )sentar nos bancos; ( )descansar do almoço; ( )outros.

#### III - O QUE MAIS LHE ATRAI PARA VIR AO PARQUE?

( )o verde; ( ) a sombra; ( )as obras de arte; ( )por ser o primeiro parque público do Brasil.

#### IV - VOCÊ FREQUENTA O PASSEIO PÚBLICO QUANTAS VEZES?

( ) todos os dias; ( ) mais de uma vez por dia; ( ) aos finais de semana; ( ) outros.

#### V - QUAL O HORÁRIO DE SUA PREFERÊNCIA PARA USAR O PARQUE?

( ) 7 – 11 hs; ( ) 11 – 15 hs; ( ) 15 – 18 hs.

#### VI - QUAL A DISTÂNCIA QUE VOCÊ SE DESLOCA PARA VIR AO PARQUE?

( ) uma quadra; ( ) duas quadras; ( ) vem de outro bairro. Qual?

VII - O QUE VOCÊ ACHA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO PARQUE?

ruim;  razoável;  boa;  muito boa.

VIII - QUAL O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PARQUE PARA VOCÊ SE SATISFAZER?

uma hora;  duas horas;  três horas;  mais de três horas;  outras opções.

IX - O QUE VOCÊ SENTE QUANDO ESTÁ NO PARQUE?

silêncio;  tranquilidade;  medo;  conforto;  total satisfação;  outros.

X - VOCÊ ACHA QUE O PARQUE CUMPRE AS SUAS FUNÇÕES?

ecológica;  social;  estética;  lazer ao ar livre.

XI – PARA VOCÊ, QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE O PARQUE GERA PARA O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO?

proporciona saúde física e mental;  conforto;  lazer;  contato com a natureza;  outros.

XII - VOCÊ ACHA QUE O PARQUE EXCLUI ALGUMAS CAMADAS DA POPULAÇÃO?

Exclui  não exclui

XIII – QUANTO AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO, COMO VOCÊ ACHA QUE AJUDOU A MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL?

aumentou a opção de lazer  melhorou o convívio social  outros

XIV – VOCÊ ACHA QUE O PASSEIO PÚBLICO AJUDA A CIDADE A SER MAIS JUSTA E MELHOR PARA A POPULAÇÃO EM QUAIS QUESTÕES?

social  ambiental  econômica

XV – VOCÊ CONSEGUE ENTRAR EM HARMONIA COM A NATUREZA QUANDO VÊM AO PARQUE DE QUE MANEIRA?

se isolando  admirando o verde  lendo  simplesmente sentado  descansando relaxando

XVI – VOCÊ POSSUI TEMPO SUFICIENTE PARA O LAZER?

sim  não

XVII – VOCÊ USA OUTROS PARQUES DO RIO DE JANEIRO COM A MESMA FINALIDADE?

( ) uso outros parques; quais: ( ) somente uso o passeio público.

XVIII – VOCÊ TEM PREFERÊNCIA PELO PASSEIO PÚBLICO? ( ) sim ( ) não por que?

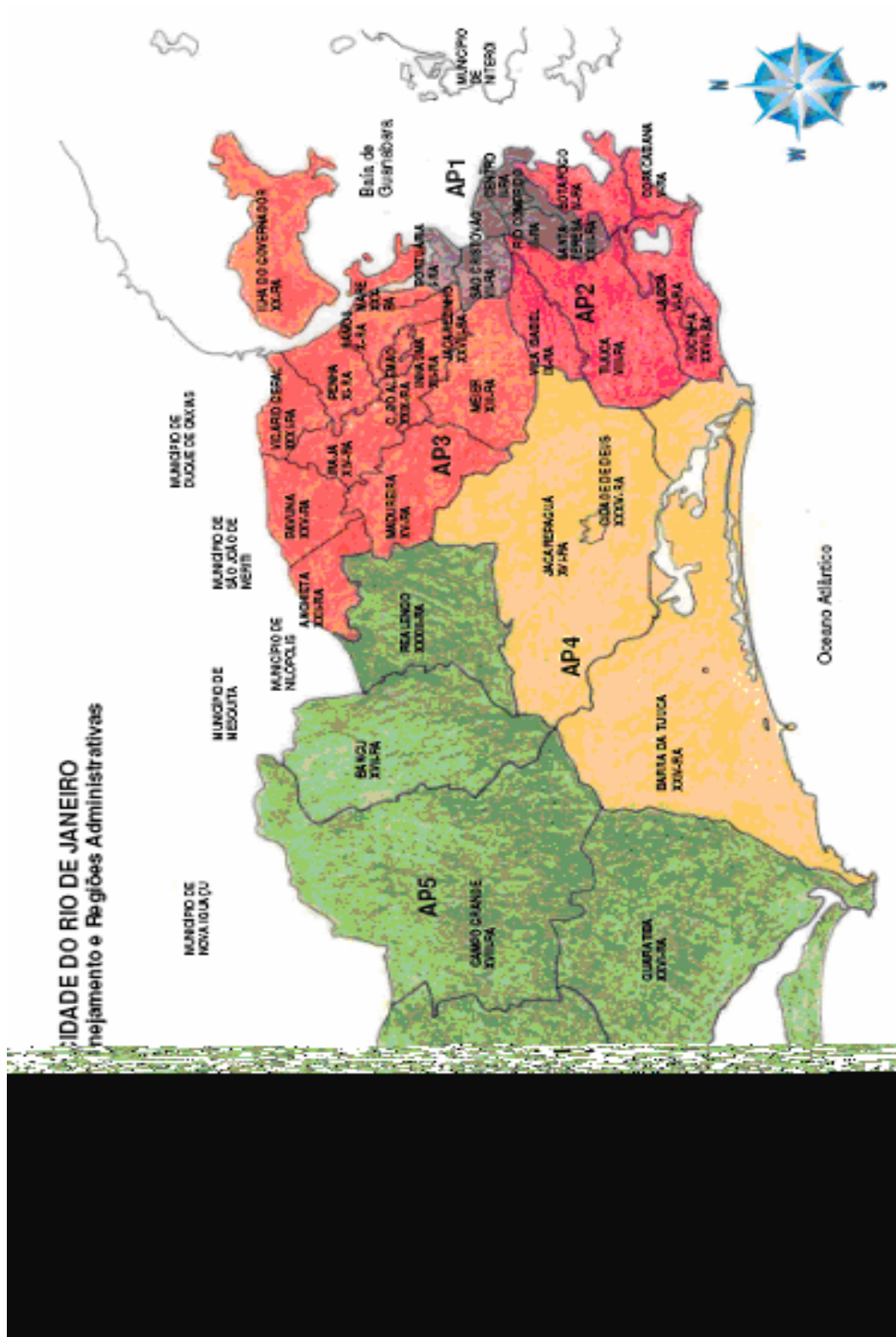
XIX – COMO VOCÊ AVALIA A SEGURANÇA NO INTERIOR DO PARQUE?

( ) ruim; ( ) razoável; ( ) boa; ( ) muito boa.

XX - VOCÊ CONHECE A IMPORTÂNCIA DO PASSEIO PÚBLICO PARA A HISTÓRIA DO RIO

DE JANEIRO? ( ) importância social ( ) ecológica ( ) histórica ( ) paisagística

### 9.2 Mapa da Cidade com as Áreas de Planejamento (Anexo 2)





# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)